

Universidade São Marcos

Cícera de Oliveira Anacleto Isawa

MERCADO DE TRABALHO E IMPRENSA NO BRASIL

(NA ÓPTICA DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO - 2003-2006)

São Paulo

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade São Marcos

Cícera de Oliveira Anacleto Isawa

**MERCADO DE TRABALHO E IMPRENSA NO BRASIL
(NA ÓPTICA DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO - 2003-2006)**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa Interdisciplinar em
Educação, Comunicação e
Administração da Universidade São
Marcos, sob orientação da Profa. Dra.
Alzira Lobo de Arruda Campos, com
vistas à obtenção do título de Mestre.

São Paulo

2010

Cícera de Oliveira Anacleto Isawa

Mercado de trabalho e imprensa no Brasil (na óptica do jornal Folha de S. Paulo - 2003-2006)

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição

_____Assinatura_____

Prof. Dr.

Instituição

_____Assinatura_____

Prof. Dr.

Instituição

_____Assinatura_____

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Franklin Larrúbia Valverde, pelo apoio e estímulo dispensados na orientação inicial do projeto.

À Profa. Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos, pela orientação, por ensinar, acreditar e me auxiliar na concretização deste trabalho.

A todo o corpo docente e discente do Programa de Mestrado Interdisciplinar, pela contribuição e troca de informações no desenvolvimento da dissertação. Agradecimento especial aos professores da banca de qualificação Dr. José Américo Martelli Tristão e Profa. Dra. Liana Maria Sálvia Coelho, pelas sugestões apresentadas.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu eterno namorado e marido, Wilson, pelo incentivo, apoio, amor, compreensão e força para vencer este desafio. E aos meus filhos queridos Augusto e Cíntia, por entenderem a ausência necessária para a realização desta dissertação.

Ao meu “padrinho” Hélio Robles de Oliveira, por todo o carinho, compreensão e por apoiar sempre minha ausência no trabalho para a efetivação deste projeto.

EPÍGRAFE

“Nunca, jamais desanimeis, embora venham ventos contrários!”

(Madre Paulina)

RESUMO

Este estudo analisa os artigos sobre emprego e desemprego publicados pelo jornal Folha de S. Paulo, considerado o de maior tiragem e circulação brasileira, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). O período escolhido é de 2003 a 2006, coincidindo com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve como promessa de campanha a geração de 10 milhões de empregos e estabeleceu a empregabilidade plena como prioridade de seu governo ao iniciar seu mandato em 2003. A taxa oficial de desemprego no Brasil é a taxa média calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para desocupados nas seis maiores regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). O quadro metodológico-conceitual sobre emprego e desemprego é interdisciplinar, englobando economistas, sociólogos, historiadores e administradores, entre outros. Esta pesquisa fundamenta-se nas considerações de especialistas em mercado de trabalho, e pela visão acadêmica representada nas dissertações, teses e artigos sobre emprego e desemprego. Esta análise cruza a produção acadêmica com a produção de artigos sobre o assunto, procurando ver a o fenômeno do desemprego nas falas do mundo acadêmico e da imprensa.

Palavras-chave: emprego, desemprego, mercado de trabalho, trabalho formal e informal.

ABSTRACT

This study analyzes the articles about employment and unemployment published by the newspaper Folha de S. Paulo, considered the one of highest circulation and print run in Brazil, according to the Institute Checker of Circulation (IVC). The period chosen is from 2003 to 2006, coinciding with the first term of office of president Luiz Inácio Lula da Silva, who had as a campaign promise the generation of 10 million jobs and established the full employability as a priority of his government when starting his term office in 2003. The official unemployment rate in Brazil is the average rate calculated by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for the unemployed in the six largest metropolitan areas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Sao Paulo and Porto Alegre).

The methodological and conceptual picture on employment and unemployment is interdisciplinary, involving economists, sociologists, historians and administrators, among others. This research is based on the considerations of specialists in the labor market, and by the academic vision represented in dissertations, theses and articles about employment and unemployment. This analysis crosses academic production with the production of articles referred to the theme, trying to see the phenomenon of unemployment in the speeches of the academic world and the press.

Keywords: employment, unemployment, labor market, formal and informal work.

SUMÁRIO

Introdução	16
I. O mercado de trabalho no Brasil: desenvolvimento globalização.....	22
a. A Concepção de Emprego na Atualidade.....	35
b. Flexibilização do Mercado de Trabalho.....	41
II. Normas e leis para o Trabalho.....	45
1. Consolidação de Leis Trabalhistas – CL.....	45
Contratação do trabalho: as cooperativas de trabalho	
Flexibilização da remuneração: fim da política salarial e início	
da PLR - Participação nos Lucros e Resultados	
Flexibilização do tempo de trabalho: banco de horas (Lei .601/1998)	
Liberação de trabalho aos domingos	
Contrato de trabalho por prazo determinado – Lei 9.601/1998	
Trabalho em tempo parcial	
Suspensão temporária do contrato de trabalho para curso de qualificação.	
Plano de Desligamento Voluntário – PDV	
Salário Mínimo – MP 1.906/97 e Lei Complementar 103/2000	
FGTS e seguro – desemprego para os trabalhadores domésticos	
Serviço Voluntário	
Flexibilidade na forma de solução dos conflitos	
Comissão de Conciliação Prévia (CCP)	
2. Trabalho Formal e Informal.....	56
III. Organização Sindical dos Trabalhadores.....	61
1. Evolução dos sindicatos.....	63
2. Sindicalismo e estrutura sindical no Brasil.....	66
3. Movimento Sindical no Brasil.....	71
4. Sindicalismo e estrutura sindical na atualidade.....	75
5. A legislação Trabalhista no Brasil e o Sindicato.....	82
IV. Empregabilidade no Brasil: Indicadores Econômicos e Financeiros.....	84

1.	Salario Mínimo.....	89
2.	Programa Primeiro Emprego.....	92
3.	Emprego para maiores de 50 anos.....	93
4.	Jovens no Mercado de Trabalho.....	95
5.	Trabalho escravo.....	96
V.	A Imprensa como veículo de formação de opinião: Um exemplo do jornal “Folha de S. Paulo”.....	98
1.	Análise das Matérias divulgadas pela Folha de S. Paulo	105
	Matérias divulgadas em 2003.....	105
	Matérias divulgadas em 2004.....	106
	Matérias divulgadas em 2005.....	108
	Matérias divulgadas em 2006.....	110
2.	A versão jornalística sobre emprego e desemprego no Brasil: o que diz a “Folha de S. Paulo	112
VI.	Visão Acadêmica sobre emprego e desemprego no Brasil.....	137
1.	Balanço dos resumos as dissertações e teses da CAPES.....	137
2.	Balanço dos artigos publicados nos encontros da ANPEC.....	148
	Conclusão.....	158
	Fontes	172
	Bibliografia.....	181

LISTA DE GRÁFICO, QUADRO E TABELAS

GRÁFICO – Índices de evolução de níveis desemprego assalariado do rendimento médio	24
QUADRO	
As concepções social- democratas e neoliberais de políticas de emprego	29
TABELAS	
1 – Comportamento dos indicadores selecionados: Recessão e Expansão no Brasil	25
2– Número de cooperativas de cooperados e empregados por segmento	47
3 – Número de cooperativas, cooperados e empregados por região	48
4 – Encargos Sociais para o Setor Industrial (Pessoal de Produção)	58
5 – Alíquota Sindical MVR	80
6- Contribuição Sindical – Reais	80
7 - Estimativa de População Economicamente Ativa (PEA)	88
8 - Evolução de Salário Mínimo no período de 2003 a 2006	90
9 - Relação entre salário mínimo e cesta básica	90
10- Taxa de Desemprego	91
11– PIB e PIB e Per capta – crescimento	92
12 - Distribuição de População por Idade Ativa	94

13- Número de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado por Regiões Metropolitanas	95
14 – Trabalho Escravo	97
15 – Perfil Leitores da Folha de S. Paulo	102
16 – Categorias das matérias divulgadas	113

LISTA DE SIGLAS

AIT	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES
ANL	ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA
ANPEC	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO
BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
CAGED	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CCP	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
CDDPH	CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA
CGT	COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES
CIESP	CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
COB	CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA
COFINS	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
CONCLAT	COORDENAÇÃO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DIEESE	DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
FAT	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
FIESP	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INPC	ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS

IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA
IVC	INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO
M.TE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
MDCI	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
MP	MEDIDA PROVISÓRIA
MPT	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
MST	MOVIMENTO SEM TERRA
MT	MINISTÉRIO DO TRABALHO
MUT	MOVIMENTO UNIFICADO DOS TRABALHADORES
MVR	MAIOR VALOR DE REFERÊNCIA
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
PAC	PACTO DE AÇÃO CONJUNTA
PAEP	PESQUISA DE ATIVIDADES ECONOMICAS
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PDV	PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO
PEA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PED	PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO
PETI	PROGRAMA PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
PIA	PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
PLANFOR	PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
PLR	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

PME	PESQUISA MENSAL DE EMPREGOS
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍCILOS
PNEA	NÚMERO DE PESSOAS NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
RAIS	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
RM	REGIÕES METROPOLITANAS
RMSP	REGIÃO METROPOLITANA SÃO PAULO
SECEX	SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR
SINE	SISTEMA NACIONAL DO EMPREGO
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TUC	TRADE UNION CONGRESS
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ULTAB	UNIÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa os artigos sobre emprego e desemprego publicados pela *Folha de S.Paulo*, ou simplesmente *Folha*, jornal considerado como de maior circulação brasileira, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), e um dos veículos de formação de opinião pública mais influentes do País.

O período escolhido é o de 2003 a 2006, coincidindo com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceu a empregabilidade plena como prioridade de seu governo, ao iniciar seu mandato em 2003, prometendo, em campanha, a geração de 10 milhões de empregos. A situação crítica vivida pela economia nacional, que acusava a presença de 7,9 milhões de desempregados, concentrou as preocupações da sociedade, espelhando-se em matéria jornalística variada, publicada por diferentes órgãos.

Tendo em vista esse panorama, este trabalho procura verificar como um compromisso de programa terá desenvolvido políticas para responder a uma demanda social, consubstanciada em promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de gerar dez milhões de novos empregos até o final de 2006. Como corolário desse problema, procura-se verificar os entrelaçamentos possíveis entre uma política pública anunciada/efetivada e o noticiário jornalístico sobre o assunto. Ou, em outros termos, como a opinião pública, expressa pela imprensa escrita, é sensível a problemas nacionais e às soluções a eles dadas pelo poder público. Para tal efeito, estuda-se a matéria concernente ao assunto publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, avaliando, nos limites do texto jornalístico, como a situação do mercado se integra às preocupações da imprensa.

De acordo com as taxas de desemprego publicadas pelo IBGE, nota-se que a globalização, a abertura do mercado para as importações, a introdução e a consolidação do Plano Real, além da flexibilização do trabalho não contribuíram para o aumento de emprego no País. Pelo contrário, o desemprego continua a ser um dos mais graves problemas do Brasil, que se cronificou com a falta de capacidade do País em prover ocupação produtiva para a sua população.

O quadro metodológico-conceitual sobre desemprego é interdisciplinar, englobando economistas, sociólogos, historiadores e administradores, entre outros. É esse quadro, apoiado em conceitos sobre globalização, neo-liberalismo e desenvolvimento que se adota nesta dissertação.

De acordo com Paul Singer, o emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. Para Paula Renato de Souza, o emprego de um país corresponde à soma de todas as pessoas ocupadas em alguma tarefa produtiva. Tendo em vista os altos índices de desemprego no Brasil, o governo percebe a necessidade emergencial de geração de emprego e faz da criação de emprego um mote de sua política econômica.

Na visão de Marcio Pochmann, as ações voltadas para o mercado de trabalho e as políticas de geração de emprego estão incorporadas ao projeto mais amplo de desenvolvimento econômico e social. Esse autor afirma que, de acordo com a concepção neoliberal, o pleno emprego é resultante do fortalecimento do livre funcionamento da economia e as políticas do governo deveriam procurar tornar os vínculos empregatícios adequados às necessidades das empresas. Somente através de um nível maior de educação dos trabalhadores, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados aos novos requisitos profissionais necessários ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação.

Tatiana Serrano afirma que o mundo do trabalho mudou, e no mundo globalizado espera-se dos trabalhadores: novas competências, requerendo experiências em diferentes situações, além de agilidade, flexibilidade e capacidade de ver as coisas de várias maneiras. O fim dos empregos é previsto por Jeremy Rifkin, ao afirmar que a maioria dos trabalhadores se sente despreparada para lutar com a transição que está ocorrendo no mundo do trabalho. Os trabalhadores capacitados enfrentam a declaração de excedentes pelas novas forças da automação e informação.

Andrea Galvão ressalta que o neoliberalismo propõe que a normatização das relações trabalhistas seja realizada pelas partes envolvidas, com a reforma trabalhista constituindo um dos pilares das reformas orientadas para o mercado. O direito do trabalho divide-se em direito individual do trabalho, o chamado direito trabalhista, e direito coletivo

do trabalho, o direito sindical. Para Galvão, o desemprego e as novas estratégias de gestão e força de trabalho afastam os trabalhadores das organizações sindicais.

No entender de Henrique Hinz, os sindicatos têm o objetivo de praticar as relações coletivas do trabalho, como também de realizar significativas atuações sociais e assistenciais nas entidades profissionais.

Ricardo Antunes afirma que a finalidade principal dos sindicatos é impedir que o operário seja obrigado a aceitar um salário inferior ao necessário para o sustento de sua família. Portanto, o papel do sindicato é fornecer aos operários alguns meios de resistência na sua luta contra os excessos do capitalismo. Nesse contexto, Henrique Macedo Hinz atribui ao sindicato o papel de colaborador com o Estado no estudo e na solução dos problemas da categoria que representa. Conforme John MacLroy, devido à ausência de uma legislação detalhada, as empresas e o Estado apoiam uma regulamentação voluntária das relações do trabalho.

Desempregado no Brasil, como referencial metodológico, é aquele que procurou um emprego no período de 30 dias antes de responder ao questionário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e não teve nenhum trabalho remunerado de sete dias. Quem não procurou emprego ou fez algum “bico” na semana anterior à pesquisa não conta como desempregado na PME (Pesquisa Mensal de Emprego). O IBGE considera na pesquisa as principais regiões metropolitanas do País, a saber: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A PME é planejada para garantir a representatividade dos resultados nas regiões aplicadas, sendo feita por amostra probabilística de domicílios.

Diante de um problema de tal magnitude, esta análise cruza a produção acadêmica com a produção de artigos sobre o assunto, procurando ver o fenômeno do desemprego nas falas cruzadas do mundo acadêmico e da imprensa. Portanto, a realidade do desemprego no País e as políticas adotadas pelo governo para sanar o drama de trabalhadores que perdem os seus postos, ou que não conseguem entrar no mercado de trabalho, são vistas a partir da linguagem acadêmica e da linguagem jornalística.

A visão do desemprego pelo mundo acadêmico seleciona dissertações e teses existentes sobre o assunto, por meio dos resumos existentes na CAPES (Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), utilizando-se de categorias determinadas por seus autores, tais como, mão-de-obra infantil, trabalho formal e informal, emprego para maiores de 40 anos, seguro- desemprego, programas para estagiários, trabalho forçado ou trabalho escravo, escolaridade e desemprego, entre outras. Tais categorias possibilitam entender temas e subtemas presentes nesses trabalhos, além dos modelos de abordagem e os recortes empíricos selecionados.

As dissertações e teses sobre emprego e desemprego no Brasil, no período de 2003 a 2006, totalizam 56 trabalhos, incluindo os programas acadêmicos e os profissionais. Desse material, 41 tratam de assuntos diretamente relacionados ao tema, incluindo-se, pois, nesta análise. Os 15 resumos restantes foram descartados, por não apresentarem similaridade com a temática.

Ainda, como literatura acadêmica, são utilizados artigos científicos apresentados em congressos da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia). Dos 665 artigos produzidos de 2003 a 2006, foram analisados 31 artigos que cuidam do mercado de trabalho, como taxas de emprego e desemprego, discriminação salarial, trabalho infantil, desemprego de jovens, entre outros.

Essas categorias, selecionadas por autores de trabalhos científicos, contrapõem-se àquelas publicadas pela *Folha de S. Paulo* sobre temas congêneres, editados no mesmo espaço cronológico. Assim, as matérias sobre emprego e desemprego, entre 2003 e 2006, chegaram ao número de 103, textos que compõem o *corpus* empírico deste estudo, juntamente com a produção científica acima mencionada.

A metodologia aqui utilizada é de natureza interdisciplinar, incluindo conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento, em especial da Economia, do Direito Trabalhista e Sociologia.

Esta pesquisa fundamenta-se nas considerações de especialistas em mercado de trabalho, como Márcio Pochmann, Paul Singer, Jeremy Rifkin, José Pastore, completada a visão acadêmica por artigos, dissertações e teses sobre emprego e desemprego. Dada a importância sindical para a compreensão do trabalho e do desemprego no Brasil, o sindicalismo compõe o quadro conceitual-metodológico, por meio dos conceitos de Sindicatos, Federações, Confederações, Contribuições Sindicais e Negociação Coletiva,

adotados pelos autores Edgar Rodrigues, Ricardo Antunes, Andrea Galvão, John MacLroy e Henrique Macedo Hinz, entre outros.

As fontes empíricas, também pluralistas, são trabalhadas de acordo com a lógica da produção de textos, baseada especialmente nos autores: Sônia Aparecida Manegaz Tomaz de Aquino, Gustavo Bezerra, Marcos Vinício Bilancieri, Priscila Matias Flori, Paulo Sergio Francalanza, Luciene Jimenez, Vanderlei Scheneider Lima, Luciana Panke, Jefferson Mariano, José Mauro Silva, Tatiana Sereno e Azizeh Otilia Emleh Polo.

Para a mensuração de dados, foram elaboradas tabelas a partir das categorias contidas na literatura científica e na jornalística, além de dados produzidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PME (Pesquisa Mensal de Empregos), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), CAGED (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego) e CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), e pela Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados).

Esta dissertação estrutura-se em seis capítulos.

O primeiro analisa o mercado de trabalho no Brasil, como o desenvolvimento e a globalização, desde a abertura do comércio até o movimento de flexibilização da legislação trabalhista que ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O segundo capítulo retrata as normas e as legislações para o trabalho marcado pela flexibilização, destacando as medidas introduzidas e suas implicações no mercado de trabalho, bem como trabalho formal e informal.

O terceiro capítulo reflete sobre organização sindical dos trabalhadores, a sua estrutura no Brasil na atualidade e o movimento sindical e a legislação trabalhista.

O quarto capítulo analisa a empregabilidade no Brasil, especificando os indicadores econômicos e financeiros e a forma de medição e divulgação dos dados sobre o mercado de trabalho para a população.

O quinto capítulo apresenta a versão jornalística sobre o desemprego no Brasil: o que diz a *Folha de S. Paulo*, entendendo a imprensa como veículo de formação de opinião.

Contém uma análise das matérias sobre emprego e desemprego, segundo categorias selecionadas pelos autores.

O sexto capítulo apresenta a versão acadêmica sobre emprego e desemprego no Brasil, de acordo com autores de teses, dissertações e artigos acadêmicos.

I. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO

Para falar do mercado de trabalho no Brasil, especialmente num período marcado por grandes mudanças, é necessário o entendimento da palavra emprego, desde a sua origem à concepção atual. E ainda considera-se relevante haver uma descrição detalhada do movimento de flexibilização trabalhista, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 1994.

Os estudos sobre o mercado de trabalho são marcados por concepções teóricas distintas e divergentes no que diz respeito à questão do emprego. Apresentam três visões: a primeira refere-se ao problema do desemprego como decorrência das baixas taxas de crescimento da economia; a segunda aborda de maneira geral o problema do desemprego no Brasil; e a terceira visão refere-se ao problema do desemprego como proveniente da estrutura econômica brasileira¹.

A década de 90, considerada uma segunda década perdida, foi marcada por baixo crescimento econômico, redução de investimentos, crescimento do desemprego, contínua concentração da renda e endividamento interno e externo. Os grupos ocupacionais que melhoraram de posição foram os associados aos serviços básicos, ao comércio e à agropecuária. Nos anos 90, as categorias profissionais de nível superior também apresentaram uma melhora relativa no total de ocupações. Tudo isso foi reflexo da presença de profissionais mais qualificados no setor público.

Todavia, o aumento de escolaridade não indicou novos conteúdos adicionados aos postos de trabalho, mas diante de uma demanda insuficiente de trabalho nas empresas, com o aumento do desemprego os empresários buscaram trabalhadores com mais escolaridade, independentemente da mudança de conteúdo nos postos de trabalho, ou não².

¹ POCHMANN, Márcio. Políticas de Emprego e renda no Brasil: algumas considerações, in: BOGUS, Lúcia & PAULINO, Ana Yara. *Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais*. São Paulo: Educ, 1997, pp. 22-25.

² POCHMANN, Márcio. *O Emprego na globalização, a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001, pp. 62-63.

O mercado de trabalho sofreu uma redução de taxas de ocupação, e a reestruturação da base produtiva e da mudança tecno-organizacional contribuiu para uma precarização da estrutura de emprego, com a queda do emprego formal e com o crescimento do vínculo informal e autônomo. Isto ocorreu no período da implementação do Plano Real, quando os preços foram estabilizados, mas a geração de empregos e o crescimento econômico não foram garantidos.

A década de 90 foi marcada por mudanças acentuadas na queda do nível de empregos formais, e com as novas maneiras de utilização do trabalho, como a terceirização de atividades antes executadas dentro das empresas, o Brasil foi afetado pelas transformações econômicas e enfrentou uma diminuição no ritmo de crescimento do emprego assalariado estruturado, decorrente dos padrões de produção.³

José Mauro da Silva afirma que no governo Collor, a recessão com um PIB de - 4,3%, achatado pela forte retração econômica, e a elevação das taxas de juros causaram um impacto negativo sobre o mercado de trabalho e provocaram uma reorganização na estrutura do emprego. Com incidência maior nos setores da indústria do que no comércio, a queda do nível de emprego se estendeu por toda a década de 90, com pequena recuperação apenas em 1993 e 1994, momento da implementação do Plano Real.⁴

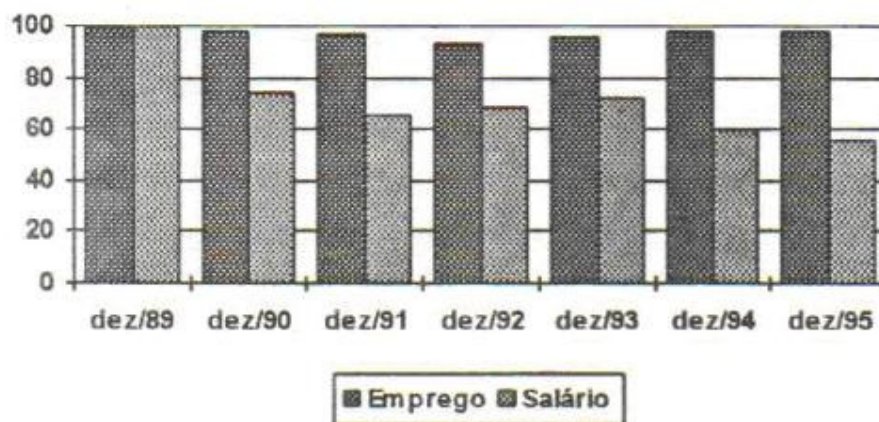
Durante a recessão de 1990/92, o setor industrial perdeu cerca de dois milhões de postos de trabalho formais em todo o país, com a recuperação se dando sem um registro positivo de repercussão no emprego regular. No período citado, o Estado de São Paulo diminuiu 25% dos postos de trabalho. Não existiu um consenso sobre a conformação de uma nova fase de crescimento sustentado, visto que a ocupação da capacidade do parque produtivo nacional se instalou gradativamente, sem a expansão significativa dos empregos assalariados com carteira assinada, e sim com o aumento na forma de ocupação precária. A precarização do mercado de trabalho ocorreu em um quadro de ausência de crescimento econômico sustentado, pois o aumento de produção não repercutiu na evolução dos salários e dos empregos⁵.

³ BILANCIERI, Marcos Vinício. *Políticas Públicas para Geração de Emprego e Renda: um estudo e avaliação do Proger Urbano*. Itu, SP: Ottoni, 2006, pp. 51-52.

⁴ SILVA, José Mauro. *O impacto das modificações econômicas dos anos 90 na estrutura de emprego*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003, p. 42.

⁵ POCHMANN, Márcio. *Políticas de Emprego...* op. cit., p. 26.

Gráfico 1 - São Paulo: Índices de evolução dos níveis de emprego assalariado e do rendimento médio real (dez. de 1989 = 100,0) ⁶



Fonte: DIEESE/SEADE.

Conforme Pochmann, tendo como exemplo o Estado de São Paulo, o gráfico acima demonstra que de 1990 a 1995 há uma queda no salário médio do trabalhador, quando comparado com o ano de 89, e também no mesmo período não há recuperação no nível de emprego. Embora haja um crescimento na economia brasileira, não há expansão de empregos formais, isto é, emprego com carteira assinada.⁷

Os principais eventos que influenciaram a economia brasileira, e conseqüentemente o mercado de trabalho, a indústria e o emprego são: a abertura comercial, a recessão econômica do período de 1990 a 1992, e o plano de estabilização econômica, baseado em uma âncora cambial e numa política de altas taxas de juros e de privatizações.

A abertura comercial teve início em 1988, quando o Brasil entrou num processo de mudanças de ordem tributária: derrubou as barreiras não-tarifárias, e ao reduzir as alíquotas de impostos sobre produtos importados facilitou a entrada de bens e insumos importados no País com preços inferiores e com qualidade diferenciada.

⁶ Idem, p. 27.

⁷ Idem, p. 27.

Em 1993, após os primeiros anos da abertura comercial, o País ainda não possuía um parque industrial moderno.

No início da década de 1990 o mercado apresentava pouco dinamismo, excesso de oferta e concorrências agressivas de preços; as exportações estavam concentradas em produtos agrícolas de baixo valor agregado, e as importações (produtos manufaturados e de alta tecnologia) mantinham um nível 10% superior ao anterior à liberação comercial. Em síntese, as exportações diminuía e as importações aumentavam. Esses aspectos foram fundamentais para a redução de oferta e de postos de trabalho no setor industrial.

A abertura do mercado interno afetou o País com a entrada de produtos importados, resultando no desemprego formal e aumentando os postos de trabalho classificados como informais, isto é, compreendiam serviços executados por conta própria sem registro na carteira de trabalho.

TABELA 1 - Comportamento dos indicadores selecionados: Recessão e Expansão no Brasil ⁸

Variação Média Anual (%)

Indicadores	Períodos de Recessão		Períodos de Retomada	
	1981/1983	1990/1992	1984/1986	1993/1995
Emprego formal	-6,3	-7,9	4,9	0,7
Emprego sem carteira (SP)	-	1,2	-	9,0
Emprego industrial	-	-9,8	8,4	2,9
Desemprego aberto (IBGE)	6,5	4,2	5,4	4,7
Desemprego total (SEADE)	-	12,4	10,7	14,2
Exportação	2,7	1,4	4,5	5,8
Importação	-5,4	4,3	-3,6	11,1
Produção industrial	-2,8	-4,8	8,7	5,8
Produtividade	4,2	6,7	3,2	8,9

Fontes : IBGE, Seade, Dieese, FGV, Mtb

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Seade = Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Dieese = Departamento Intersindical de Estudos Econômicos

FGV = Fundação Getúlio Vargas

Mtb = Ministério do Trabalho

⁸ SILVA, op. cit., p.19.

Conforme José Mauro Silva, ao analisar os indicadores da tabela acima, nota-se que após a recessão de 1981 a 1983 houve a retomada do emprego formal, que passou de -6,3% para 4,9% no primeiro período do crescimento brasileiro de 1984/1986, apresentando melhor indicador quando comparado ao segundo período da retomada do crescimento de 1993/1995, que foi de 0,7%. A média anual do emprego industrial subiu de 8,4% entre 1984 e 1986, enquanto no período de 1993/1995 o crescimento médio foi de 2,9%. E o emprego sem carteira, o chamado emprego informal, cresceu 9,0% em 1993/1995 quando comparado ao primeiro período, de 1984/1986. Observa-se também um crescimento nas exportações ao comparar o primeiro período da recessão de 1981/1983, que foi de 2,7% com o primeiro período do crescimento de 1984/1986, que foi de 4,5% e passou para 5,8% no segundo período, de 1993/1995. Há uma queda no indicador importação de -5,4% em 1981/1983 para -3,6% em 1984/1986, saltando para 11,1% no segundo período, de 1993/1995. O indicador produtividade apresentou crescimento no segundo período da retomada do crescimento, passando de 3,2% no primeiro período para 8,9%. Na aceção de José Mauro Silva, as quedas apresentadas nas importações podem ser um esforço de ajuste externo e o emprego brasileiro está ligado diretamente com o nível da atividade econômica do País, tendo queda na produtividade, e conseqüentemente haverá impacto na estrutura do emprego.⁹

Para José Mauro Silva, “a globalização deve se traduzir também em menos exclusão social, pobreza e desigualdade, permitindo conciliar eficiência e equidade em uma economia internacional competitiva”.¹⁰

O desemprego é visto como um grave problema do Brasil, pode-se dizer crônico, que representa a falta de capacidade do governo em prover ocupação produtiva para os que desejam. A taxa oficial de desemprego no País é a taxa média calculada pelo IBGE para desocupados nas seis maiores regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

Num mundo globalizado, as novas tecnologias farão com que as empresas busquem um novo perfil de empregado para todos os setores da organização, vale dizer, um profissional atualizado, generalista, dinâmico e proativo.

⁹ Idem, pp. 17-20.

¹⁰ Idem, p.12.

Na perspectiva de Paul Singer, o desemprego estrutural causado pela globalização é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico, pois não aumenta o número de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender a capacidade de produzir¹¹.

Tatiana Serrano, em sua dissertação, afirma que o mundo do trabalho mudou, e também se espera dos trabalhadores um novo perfil, novas competências. Antes, com a gestão alicerçada no controle de produtividade e de processos, o perfil do profissional baseava-se muito no conhecimento e na técnica. Os comportamentos valorizados pelas organizações apoiavam-se em atitudes de organização, planejamento, decisões e certezas comprovadas, capacidade e repetição para transformar procedimentos bem-sucedidos em rotinas. O mundo globalizado requer dos profissionais experiências em diferentes situações, agilidade, flexibilidade e capacidade de ver as coisas de várias maneiras. A necessidade passa a ser a de rever sempre a ordem e os processos, criar, inovar e ter a visão analítica do todo, uma visão global¹².

Para Márcio Pochman, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados polivalentes, motivados, e com habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho. Dessa forma, os novos requisitos profissionais necessários ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação seriam possíveis somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores.

Paulo Renato Souza esclarece que o emprego de um país corresponde à soma de todas as pessoas ocupadas em alguma tarefa produtiva¹³.

A crise do desemprego se manifesta no Brasil pelo aumento de pessoas que não exercem outra atividade a não ser a de ativamente procurar trabalho, o chamado desemprego aberto. Certamente estas pessoas têm a subsistência assegurada por outro membro da família, ou por meio de reservas ou de alguma ocupação. Os pobres, ou menos favorecidos, raramente podem se dar ao luxo de ficar desempregados.

¹¹ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6. ed.. São Paulo: Contexto, 2003, p. 23.

¹² SERENO, Tatiana. *Trajetórias Profissionais, trajetórias de vida. O significado que o trabalho tem para cada um de nós*. São Paulo (Mestrado em Administração de Empresas), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

¹³ SOUSA, Paulo Renato. *O que são empregos e salários* 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Singer acentua que o desemprego é um efeito funcional das políticas de estabilização exitosas, uma vez que a concorrência intensificada obriga as empresas a reduzir custos e aumentar a produtividade de trabalho, o que de fato implica a redução ao máximo da compra de força de trabalho¹⁴: “Os desempregados, que outrora eram denominados de exército industrial de reserva, desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras: eles evitam que os salários subam.”¹⁵

As ações voltadas ao mercado de trabalho incorporam diferentes interpretações a respeito do seu funcionamento, e como parte histórica da social-democracia, as políticas de geração de emprego estão incorporadas ao projeto mais amplo de desenvolvimento econômico e social. Pochmann assevera:

No que diz respeito à concepção neoliberal de políticas de geração de emprego, cabe destacar que elas constituem parte complementar e seletiva das políticas econômicas. O pleno emprego é concebido como resultante do fortalecimento do livre funcionamento da economia, sendo residuais, localizadas e compensatórias as medidas voltadas para o mercado de trabalho e não devem comprometer as forças da concorrência¹⁶.

De acordo com a concepção liberal, as políticas do governo deveriam procurar tornar os vínculos empregatícios adequados às necessidades das empresas. O emprego seria concebido como resultante do fortalecimento do livre funcionamento da economia.

¹⁴ SINGER, *op. cit.* .

¹⁵ *Idem*, p. 13.

¹⁶ POCHMANN, *op. cit.*, p. 33.

Quadro 1. As concepções social-democrata e neoliberal de políticas de emprego.

Social-democrata (histórica)	Neoliberal (recente)
- Os interesses dos trabalhadores são elevados ao <i>status</i> da universalidade;	- Prevalência dos interesses individuais, tendo na concorrência o princípio da eliminação de empregos e empresas menos capazes;
- cada pessoa interessada em trabalhar deve ter direito ao trabalho, patrocinado pela existência de emprego com salários adequados ou pela garantia de renda, através da política social, que contribui para transformar as pessoas em consumidores e cidadãos (segurança de renda e emprego);	- a capacidade individual de cada um é que define a sua transformação de cidadão em consumidor, predominando a insegurança na renda e emprego. Quanto mais livre o funcionamento do mercado de trabalho, mais fácil o alcance do pleno emprego;
- o Estado deve se fazer presente em todas as oportunidades que favoreçam a construção de uma sociedade menos desigual, como forma de corrigir as distorções do mercado, aumentando, quando necessária, a participação no excedente econômico (sistema tributário progressivo);	- o Estado deve deter a menor participação possível no excedente econômico, com sistema tributário proporcional e maior espaço para as decisões privadas;
- a definição e construção do Estado de bem-estar social é importante, não apenas devido à sua capacidade de geração de emprego no setor de serviços (saúde, educação, serviços privados), mas como forma de alcançar padrões mais homogêneos de consumo;	- as áreas sociais devem se limitar ao contexto da seletividade e da complementaridade ao setor privado, voltadas exclusivamente para parcelas minoritárias da população;
- o sindicato aumenta seu poder de força quando há relações democráticas de trabalho, maior presença no local de trabalho, contratação coletiva centralizada e pleno emprego;	- o sindicato possui papel reduzido, mais orientado para a definição de reivindicações dos trabalhadores por empresa, permitindo que os salários e a jornada de trabalho estejam associados à produtividade e às oscilações da economia;
- a defesa de mecanismos institucionais, regulados para a constituição de um mercado de trabalho estruturado, com menos formas heterogêneas possíveis de ocupação e renda;	- o mercado de trabalho deve ser a expressão da relação entre oferta e demanda de mão-de-obra, permitindo formas heterogêneas de ocupação e menores salários de acordo com a produtividade nas empresas;
- as restrições administrativas e econômicas para as demissões e esforços para a ampliação dos contratos de longa duração;	- a flexibilização dos contratos de trabalho é necessária para adequar o custo da mão-de-obra às oscilações do mercado, com baixas restrições econômicas e administrativas nos casos de demissão;
- a ampliação das políticas de garantias de mínimos de renda (seguro-desemprego vinculado ao programa de treinamento; subsídios para formação e treinamento de mão-de-obra).	- a diminuição dos benefícios públicos e a criação de mecanismos de garantia de renda com menor valor possível para segmentos de mais jovens do mercado de trabalho, com o objetivo de estimular a aceitação de emprego com salários menores, se necessário, promovendo ocupações em pequenos negócios (autoemprego).

Fonte: Pochmann, *Políticas de Emprego...* op. cit., pp. 34-35.

Emir Sader assegura que “o fator mais poderoso do neoliberalismo continua sendo sua dimensão político-ideológica”¹⁷. Os governos neoliberais têm pouco prestígio, mas ao estabilizar a moeda eles obtêm o voto da maioria. É o que se pode notar no governo de

¹⁷ SADER, Emir, Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal, in SADER, Emir e GENTILI, Pablo, Pós-neoliberalismo II, p. 135.

Fernando Henrique Cardoso, que teve um baixo índice de popularidade, mas no momento da eleição presidencial, ao apresentar o problema de continuidade ou não da estabilidade da moeda, o prestígio do plano econômico tornou-se fundamental. O mesmo autor considera ser o neoliberalismo regressivo em termos da institucionalização de direitos e, neste sentido, constituir muito mais uma contrarreforma social que um projeto de modernização.¹⁸

Do ponto de vista da modernização, o elemento mais forte do neoliberalismo é a luta anticorporativa, uma vez que a corporação está dentro do Estado e da sociedade. Nesse sentido, os direitos corporativos chocam-se com os direitos de cidadania global e da economia nacional, podendo opor obstáculos à universalização dos direitos.

Ainda conforme Sader, sem os partidos e os intelectuais, os movimentos sociais são abandonados.¹⁹

Atualmente, a Central Única dos Trabalhadores, CUT, é o setor mais forte, pois são os funcionários públicos que defendem os interesses democráticos socializáveis para o conjunto da sociedade. Poucas vezes se questiona sobre a péssima qualidade dos serviços públicos para o conjunto de população em países como o Brasil. Por outro lado, o MST (Movimento Sem Terra) legitimou o direito do trabalho e a ocupação de terras não ocupadas.

Sader vê a questão da moralidade do neoliberalismo como um assunto que deve ser considerado muito a sério:

Quando o governo brasileiro usa bilhões de dólares para apoiar banco e nada para garantir o direito ao emprego, a universalização da saúde e da educação, estamos diante de uma lógica brutalmente cruel. Tudo pode ser fechado no País: uma escola, um hospital, uma empresa industrial, mas se um banco se fecha, seu teto cai sobre a cabeça de todo o povo.²⁰

Para Andrea Galvão, ao longo dos anos 1980 e 1990, a reforma trabalhista constitui um dos pilares das reformas orientadas para o mercado:

¹⁸ Idem, p. 136.

¹⁹ Idem, p. 153.

²⁰ Idem, p. 156.

Para os neoliberais, a desregulamentação das leis de proteção do trabalho constitui um “imperativo” econômico fundamental, inovado em nome da competitividade, da produtividade, da formalização do mercado de trabalho e do combate ao desemprego.²¹

Os neoliberais propõem que a normatização das relações de trabalhistas seja realizada pelas partes nelas envolvidas. O neoliberalismo pode ser tratado como um movimento intelectual, uma ideologia, um conjunto de políticas. Ele ilustra bem o mecanismo de alusão/ilusão, uma vez que o capital se vale das desigualdades sociais efetivamente existentes para se fortalecer diante do trabalho, reduzindo ou eliminando conquistas obtidas ao longo de um século de lutas. E sob o aspecto de ideologia, o liberalismo se caracteriza pela apologia do livre mercado e as críticas à intervenção estatal, oferecendo à burguesia novas frentes de acumulação de capital (privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro e a transferência para o setor privado da prestação de serviços como: saúde, educação e previdência social).²²

O neoliberalismo combate, em nome de um Estado mínimo e enxuto, o Estado do bem-estar social e seus congêneres, como o Estado desenvolvimentista brasileiro. Os direitos sociais são substituídos por políticas compensatórias e focalizadas, que dão ao cidadão precavido – transmutado em cliente - a liberdade de adquirir no mercado a forma de proteção social que melhor lhe convém.

O neoliberalismo converte-se em ideologia dominante ao se apropriar e conferir ressignificação a demandas e aspirações de parcela de classes dominadas, invertendo-lhes o sentido. No processo de inversão, direitos restritos são convertidos em “privilégios” e conquistas trabalhistas são consideradas “custos” dos quais as empresas devem imperiosamente se desfazer. Pode-se concluir que o projeto neoliberal no Brasil se consolidou com o Plano Real através da eleição de Fernando Henrique Cardoso²³.

A ideologia neoliberal se aproveita de algumas demandas dos movimentos populares que reivindicam autonomia perante o Estado, explorando a insatisfação popular diante do caráter cartorial e clientelista do Estado brasileiro, e assim permitindo ao

²¹ GALVÃO, Andreia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, FAPESP, 2007, p. 21.

²² Idem, p. 36.

²³ Idem, pp. 38 e 45.

neoliberalismo se converter em ideologia dominante, em que os efeitos se estendem para as classes dominadas.²⁴

A implementação do neoliberalismo no Brasil, a partir de 1990, não permite afirmar que esse projeto fosse preponderante no interior da sociedade, uma vez que as eleições presidenciais de 1989 foram polarizadas entre a candidatura Collor e a que representava um projeto democrático-popular-desenvolventista de Lula.

As primeiras medidas apresentada pelo governo Collor referiram-se à abertura econômica e à privatização. A abertura econômica era tida como instrumento para aumentar a competitividade das empresas brasileiras e a privatização era apresentada como forma de combate à crise fiscal do Estado. As estratégias eram de controle de inflação promovida pelo primeiro plano de estabilização econômica do governo.

As medidas liberais atraíram capitais de curto prazo que buscavam ganhar com a diferença de remuneração proporcionada pelo mercado brasileiro em relação ao mercado externo, acelerada no primeiro semestre de 1992 e revertidos – exemplo-razão da crise gerada pelo impeachment.

O governo Itamar Franco manteve os pilares do modelo econômico neoliberal, conduzido de forma errática em sua gestão. Um exemplo foi a diminuição das privatizações. O Plano Real permitiu a continuidade e a consolidação do projeto neoliberal inaugurado por Collor, assegurando a vitória com ampla maioria dos votos de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro turno das eleições de 1994.²⁵

De acordo com Galvão,

Enquanto a estabilização monetária propicia uma melhora nas condições de vida da população situada na base da pirâmide salarial, geralmente à margem do mercado formal de trabalho; as reformas neoliberais suprimem direitos do trabalhadores do setor formal, especialmente dos funcionários públicos, produzindo impactos negativos em sua renda.²⁶

²⁴ Idem, p. 38.

²⁵ Idem, p. 50.

²⁶ Idem, p. 51.

Ainda que o êxito do Plano Real no controle inflacionário tenha tido como contrapartida o aumento do desemprego – da precarização do trabalho,

o impacto diferenciado da política neoliberal, tanto entre as classes dominadas quanto entre as classes dominantes, permite compreender por que no Brasil o ritmo de implantação da estratégia neoliberal é mais lento do que o pretendido pelo governo.

A deteriorização das condições de trabalho resultante da adoção do neoliberalismo promoveu o aumento de políticas compensatórias e emergenciais ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Vários programas criados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso foram parcialmente executados, não investindo o total de recursos previstos originalmente pelo orçamento, como no caso do bolsa-escola, que aplicou 29,1% dos recursos previstos em 2001.²⁷

A política social adotada pelo programa neoliberal não permite aos trabalhadores enfrentar um contexto econômico adverso. A ação coletiva dos trabalhadores sofreu impactos negativos, dificultando a mobilização social e a adoção de práticas de resistências.

Os sindicatos representam os trabalhadores do setor formal, que cada vez mais é reduzido. O desemprego e as novas estratégias de gestão da força de trabalho afastam os trabalhadores das organizações sindicais.

O aumento do desemprego, da precarização e da informalidade constituem, por si sós, motivos mais do que suficientes para dificultar a ação sindical. Porém, o impacto do neoliberalismo não se dá apenas no plano político e econômico, mas também no plano ideológico.²⁸

A ideologia neoliberal afeta negativamente o movimento social em geral e o movimento sindical, em particular, afastando os trabalhadores de seus sindicatos, favorecendo as parcerias entre capital e trabalho, distanciando os sindicatos de uma perspectiva de classe. A repercussão do neoliberalismo junto aos trabalhadores e suas organizações sindicais é diferenciada. A CUT e a CGT demonstram maior resistência à política de privatização, à abertura comercial e desmantelamento de serviços públicos e

²⁷ Idem, p. 79.

²⁸ Idem, p. 83.

combate aos direitos, mas o mesmo não ocorre com a Força Sindical, fundada em 1991, chamada de Sindicalismo de Resultado, que foi fundada com o objetivo de se apresentar como sindicalismo do governo, e ao patronato como interlocutora legítima e confiável.

Reforma Sindical

A reforma trabalhista promovida pelos governos neoliberais tem como eixo a redução dos direitos trabalhistas.

O assunto reforma sindical é polêmico e divide centrais sindicais e patronais entre a defesa da unicidade ou o apoio do pluralismo sindical, a fim continuar a manutenção das Contribuições Compulsórias.²⁹

Conforme Pochmann, as políticas de trabalho podem ser ativas e passivas. As políticas ativas atuam sobre a demanda de mão-de-obra, e as políticas passivas incidem sobre a oferta e a manutenção das ocupações já existentes. O Brasil, historicamente, tem confiado no pressuposto de que o crescimento econômico seria capaz de gerar empregos para a população economicamente ativa. Cinco são as alternativas de políticas de trabalho ativas que poderiam ser implantadas: 1) estabelecimento de um projeto que defina as linhas gerais do crescimento econômico, expressando o emprego como uma questão central na agenda nacional. A segunda alternativa – reforma agrária, porquanto no País, de cada cinco empregados, um é estabelecido no campo. A terceira alternativa refere-se à desconcentração de renda para estimular a geração de empregos. Melhorar a distribuição de renda permitirá transformar trabalhadores em consumidores. Além da reforma tributária, outros mecanismos de garantia de renda e políticas públicas seriam necessários, como programa de renda mínima e elevação do salário mínimo. Grande parte da população não consome serviços pessoais; o adicional de renda para esses serviços influenciará na geração de empregos e renda em quantidade expressiva de pessoas nos pequenos negócios, como barbeiros, encanadores, eletricitistas, etc. A quarta alternativa refere-se à retomada de investimentos em infraestrutura material (saneamento, habitação, telecomunicação, etc.), e se descentralizados até o plano municipal, esses programas terão maior dimensão sobre o emprego. A quinta alternativa está relacionada ao serviço social_ à melhoria da qualidade e eficácia dos serviços públicos e ampliação das atividades em parceria com as comunidades de assistência e de prestação de serviços.

²⁹ Idem, p. 265.

Para maior eficiência, as políticas de geração de emprego e renda deveriam estar associadas à implementação de novo projeto de desenvolvimento econômico e social, com forte compromisso com o emprego. Com relação às políticas passivas ou compensatórias, o Brasil tem muito a avançar; para Pochmann, são três as alternativas a serem seguidas: 1) implantação de uma nova agência pública para o emprego, com capacidade para a intermediação da mão-de-obra, atendimento dos benefícios sociais e para a formação e qualificação dos trabalhadores; 2) a reformulação do seguro-desemprego, diferenciando os benefícios de acordo com o perfil do desempregado e associação de programas de treinamento; 3) introdução de um sistema democrático de relações do trabalho para evitar a precarização do trabalho e repensar nas leis trabalhistas e sociais.³⁰

A Concepção de Emprego na Atualidade

O significado do trabalho está relacionado à atividade humana, à qual se conferem várias conotações como castigo, tortura, um esforço, uma indignidade, um cansaço, uma falta de lazer. Porém, através dos séculos este significado tem mudado, “tornando-se progressivamente, com o advento da sociedade industrial, uma fonte de prosperidade para os cidadãos e as nações, um mecanismo de realização pessoal e até mesmo uma solução terapêutica para alguns problemas de ordem psicológica”³¹.

Na opinião de Celso Leite, existem várias versões para a origem da palavra “trabalho”: a mais corrente diz que ela vem do latim *tripalium*, uma espécie de aparelho formado por três paus, destinado a sujeitar os cavalos recalcitrantes na hora de ferrá-los e para arrancar confissões de criminosos. Outra versão explica que trabalho se originou do “termo latino *trabaculu*, da mesma raiz que deu em português trava, travar, e que em latim significava também uma canga colocada nos escravos para obrigá-los a trabalhar”.³²

³⁰ POCHMANN, *Políticas de emprego...* op. cit., pp. 38-39.

³¹ AQUINO, Sônia Aparecida Manegaz Tomaz de. *Flexibilização, Desemprego e Direito ao Trabalho*. Mestrado - Universidade de São Paulo, 1999, p.91.

³² LEITE, Celso Barroso. *O século do desemprego*. São Paulo: LTR, 1994, p. 13.

O homem, já equipado com a visão do bem e do mal, tem que trabalhar; esta é a concepção de trabalho ligada à visão punitiva apresentada no livro do *Gênesis*, em que Adão e Eva são expulsos do Paraíso e recebem como castigo o trabalho. A ideia de trabalho, seja obrigação, subordinação ou subjugação, é mais forte até que a condenação do homem de ter que suar para conseguir sua subsistência, como afirma a Bíblia: “Ganharás o pão com o suor do teu rosto.”³³

Atualmente, com o avanço tecnológico, máquinas são comandadas por outras máquinas, robôs são criados para substituir o homem. Há uma transformação no mundo do trabalho, os empregos migram da produção para a comercialização, e os serviços exigem dos trabalhadores não apenas aumento de conhecimento técnico, mas uma nova mentalidade. O trabalho é um componente essencial da vida em sociedade, sem ele o ser humano se desintegra material e espiritualmente, contaminando o organismo social e comprometendo a sua própria sobrevivência, afirma Sônia Aquino³⁴.

O emprego, sob o aspecto de trabalho assalariado, não tem sido a excelência da atividade humana, pois no decorrer da história ele tem ocupado diferentes lugares e representações. Trabalhar tem mais de um significado em quase todas as línguas da cultura europeia; em latim distingue *laborare*, a ação, e *operare*, a obra; em italiano, *lavorare* e *operare*; em espanhol, *trabajar* e *obrar*; em inglês, *labour* e *work*; e em português podem-se encontrar labor e trabalho com os significados de realizar uma obra de reconhecimento social, ou esforço repetitivo, rotineiro e incômodo³⁵.

O conceito de trabalho tem mudado através dos séculos, passando a ser considerado um castigo para a humanidade, um advento da sociedade industrial, uma fonte de prosperidade para os cidadãos e nações, um mecanismo de realização pessoal, e até solução terapêutica para problemas psicológicos.

José Pastore admite que raciocinar sobre o futuro requer uma reciclagem nos conceitos utilizados no mercado de trabalho, e ao ouvir falar em acomodar a força de trabalho, pensava-se logo em emprego. Atualmente o emprego está agonizando. O mundo do trabalho no novo milênio será completamente diferente: no início do século será

³³ Idem.

³⁴ AQUINO, Sônia, op. cit., p.96.

³⁵ JIMENEZ, Luciene. *Efeitos do Desemprego Prolongado na Divisão Sexual do Trabalho*: estudo de uma população masculina do ABC. São Paulo: 2002, p. 24.

sacramentado com a morte do emprego no sentido de uma atividade específica exercida de forma continuada por uma pessoa numa empresa, e não a morte do trabalho, uma vez que haverá muitas coisas a serem feitas.

Portanto, o emprego vai morrer para a maioria dos trabalhadores, que vão se transformar em provedores de serviços, engajados em projetos que terão começo, meio e fim. Ao término de um projeto iniciarão outro na mesma empresa ou em outra, ou até mesmo na própria casa, por meio de trabalho em tempo parcial, temporário, e de teletrabalho. Trabalharão por contratos, em equipes multifuncionais, com variados grupos que demandam seu talento. No mundo da flexibilização do trabalho não haverá espaço para grandes hierarquias. As pessoas serão polivalentes, o adestramento em determinadas profissões não será mais suficiente. As pessoas trabalharão menos e de modo mais eficaz.³⁶

De acordo com Alzira Lobo de Arruda Campos, na década de 90 houve um esforço mais decisivo a favor da desregulamentação, privatização e desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho, que fundamentou a estabilidade do modelo de crescimento anterior.

Para a autora:

(...) uma série de reformas, tanto no âmbito das instituições como do gerenciamento empresarial, visavam a quatro objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas do interesse público³⁷.

No futuro, só haverá lugar para quem tiver formação. O trabalhador desqualificado não terá valor, e não haverá lei, sindicato, ou força para reverter essa tendência. O processo de preparação das novas gerações para o trabalho é o grande desafio do governo brasileiro desde 2003.

³⁶ PASTORE, José. *A Agonia do emprego*. São Paulo: LTR, 1997, pp.18 -19.

³⁷ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *O trabalho no capitalismo informacional*. Vitória: Faculdade Estácio de Sá, v. 2, 2003, pp. 233-245.

Diante do cenário descrito, o mundo do trabalho refletirá mutações técnico-produtivas, marcadas pela maior insegurança no emprego e pela grande concorrência da população ativa. Os novos conhecimentos científicos e tecnológicos estarão associados às competências exigidas para contratação de empregados. Os novos requisitos necessários ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em constante transformação serão atendidos somente através de um maior nível de educação dos trabalhadores.

Na lição de Singer, o emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. Todas as pessoas no mundo inteiro falam do desemprego e da falta de bons empregos que pagam e oferecem estabilidade e perspectiva de carreira e outros benefícios e seguros. Este discurso universal é partilhado pela chamada classe média, que no Brasil tende a ser restrita aos ricos, pois os pobres carecem de emprego, caso contrário não seriam pobres. Necessita-se de ocupação, o que difere de emprego, pois a relação de emprego só existe quando alguém ou empresa dá emprego a alguém³⁸.

Os empresários gostam de falar de oferta de trabalho, como se emprego fosse alguma dádiva que a firma faz ao empregado. Na realidade é o contrário: é o trabalhador que oferece, ele que é o vendedor, e a mercadoria não é o emprego, mas a capacidade de produzir do trabalhador³⁹.

De conformidade com Denys Cuche, a cultura tem um sistema de valores na sociedade e cada indivíduo se identifica com os valores universais, e neste contexto social considera-se o trabalho como um valor cultural⁴⁰.

Tatiana Serrano argumenta que o valor atual do trabalho tem seu histórico desde a Idade Média, que passou a ser da produção para a criação de objetos. Atualmente, todo trabalho torna-se labor: tudo o que é concebido como resultado da força e do labor humano. O propósito é produzir e consumir, pois vive-se numa sociedade de consumo, buscando a satisfação imediata das necessidades, que passam de físicas à sobrevivência social e psicológica. Com o significado que o trabalho tem hoje na vida das pessoas e na sociedade, parece que elas perderam a oportunidade de propiciar a construção do mundo ao

³⁸ SINGER, Paul, op. cit.

³⁹ Idem, p. 12.

⁴⁰ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2002.

seu redor, de artefatos não diretamente ligados à produção, como máquinas, ou para a construção de sua própria história.

Às vezes as pessoas falam da própria vida separando os aspectos pessoais dos profissionais. A dissociação e falta de significado para a atividade profissional faz com que a pessoa se sinta morta enquanto trabalha, como se estivesse apenas fazendo uma obrigação, como se ter prazer e sentido no trabalho fosse algo proibido. É neste contexto que as mudanças atuais no mercado de trabalho dão um novo significado ao trabalhador, que passa da condição de “labor” para “*homo faber*,” tornando possível a expansão das manifestações humanas, a reflexão com outras pessoas e a concessão de novos significados à própria história, buscando o desenvolvimento profissional⁴¹.

O mercado de trabalho retrata o surgimento do novo paradigma de emprego – mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional, numa sociedade em que o emprego desempenha um papel central não somente na obtenção de renda, como na integração social do indivíduo, na formação de sua identidade pessoal, fruto da mudança, do padrão atual de acumulação do capital na era das tecnologias da informação. E a preocupação com a exclusão social está fortemente ligada às mudanças provenientes do mercado de trabalho.⁴²

O ser humano constrói sua identidade, a consciência que tem de si mesmo como um ser autônomo presente no mundo. Esta construção é um processo dinâmico e contínuo, pois está sempre recebendo informações durante a sua existência e no universo social em que vive.

Ao se perguntar a uma pessoa inserida no mercado de trabalho – quem é você? Automaticamente ela responderá: eu sou secretária, sou gerente, engenheiro, arquiteto, operador de produção, desenhista, químico, seja lá qual for a sua ocupação, haverá a identificação. A identidade é formada ao longo do tempo, através de processos inconscientes, não é algo inato, existente desde o nascimento. A identidade individual é sempre construída pela relação com o outro; seja individual ou social, ela é processo em andamento e não algo acabado. Lage complementa: “É no trabalho que a pessoa se sente útil, estabelece grande parte de suas relações pessoais e alimenta a autoestima. Em razão

⁴¹ SERENO, Tatiana, op. cit.

⁴² DUPAS, Gilberto. *A economia global e exclusão social, pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

disso, não é raro que termine associando o cargo no emprego à formação da própria identidade..⁴³”

Entretanto, buscam-se profissionais com mais escolaridade e com as competências que atendam às novas posições de trabalho. Por um lado, aqueles que por motivo de reestruturação da empresa devido às inovações tecnológicas perderam o emprego, não se identificam com as posições atuais disponíveis no mercado de trabalho. Por outro lado, as empresas possuem vagas com dificuldades de preenchimento, e demoram até mais de seis meses para identificar no mercado um profissional que atenda às qualificações exigidas para a posição; pode-se exemplificar com as áreas de tecnologia da informação, contabilidade, etc.

Rifkin Jeremy prevê o fim dos empregos e afirma que a maioria dos trabalhadores se sente despreparada para lutar com a transição que está ocorrendo. Trabalhadores com vários anos de escolaridade, habilidades e experiência, enfrentam a declaração de excedentes pelas novas forças da automação e informação.⁴⁴

Rifkin ressalta que:

Para alguns, especialmente para os cientistas, engenheiros e empregados, um mundo sem trabalho sinalizará o início de uma nova era na história, na qual os seres humanos serão libertados finalmente de uma vida de árduo trabalho e de tarefas repetitivas sem sentido. Para outros, a sociedade sem trabalhadores evoca a ideia de um futuro sombrio de desemprego em massa e pobreza generalizada, acentuada por tumultos sociais e revoluções⁴⁵.

O trabalho já foi representado de várias maneiras: degradante, alienante, um dever moral, uma obrigação ligada à satisfação das necessidades básicas. A sociedade moderna é constituída em torno da ética do trabalho, pode-se chamá-la de sociedade do trabalho. A ética do trabalho foi fundada no valor da acumulação como recompensa pelo trabalho executado. Na sociedade atual, o trabalho está vinculado à possibilidade de garantir proventos, determinar renda, *status* social e organizar a própria vida. A centralidade do

⁴³ LAGE, Amarilis. Demissão causa rupturas na vida social –*Folha de S. Paulo*, 9/3//2003.

⁴⁴ RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 13.

⁴⁵ Idem.

trabalho na vida das pessoas é resultado da exigência da sobrevivência, inserção social, reivindicação de um direito coberto pela legislação brasileira.

“O mundo do trabalho passou e está passando por transformação, da mesma forma o trabalho passa e adquire valores diferenciados pelas pessoas.”⁴⁶

Flexibilização do Mercado de Trabalho

Sônia Aquino lembra que o termo flexibilização não pertence ao vernáculo português, trata-se de um neologismo, uma palavra que veio enriquecer a língua, para designar um fenômeno novo nas relações de trabalho:

Flexibilização é o processo de adaptação das normas trabalhistas às exigências e necessidades da ordem econômica, política e social, abrandando-se normas rígidas através do poder estatal ou da autonomia coletiva, com o objetivo de conferir às empresas melhores condições de competitividade para a preservação de empregos ou a criação de postos de trabalho⁴⁷.

Para Vanderlei Lima, duas questões inquietantes sustentam a discussão sobre os processos de flexibilização e desregulamentação do Direito do Trabalho. Uma é a incapacidade de geração de novos postos de trabalho, resultante do processo de globalização e do acelerado avanço tecnológico no processo produtivo. E a outra questão é o papel dos sindicatos na defesa dos interesses das categorias que representam. O autor reforça que os adversários à flexibilização dizem que ela significa desproteção por não ter a investigação necessária, e é negativa com relação a custo-benefício⁴⁸.

Nas relações de trabalho, o processo de globalização fez com que as empresas transnacionais escolhessem um país para implantar novas unidades produtivas de acordo

⁴⁶GARCIA, Dirce Maria Falcone. Um estudo sobre jovens estudantes – trabalhadores: da inserção ocupacional aos sentidos do trabalho. *Cardenos CERU*, série 2, nº 15, 2005, p. 42.

⁴⁷ AQUINO, Sônia, *op. cit.*, pp. 40-41.

⁴⁸ LIMA, Vanderlei Schneider. *Estudo sobre Flexibilização e a desregulamentação do Direito do Trabalho no Governo FHC*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar /Ciências Sociais). Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, 2002, p.71

com o preço barato da mão-de-obra, dos incentivos fiscais proporcionados pelos governos, do grau de refluxo do sindicalismo e da segurança no sistema financeiro. Assim, os conceitos de contratação individual e coletiva buscam novas formas úteis e funcionais, à custa da precariedade de emprego, para estimular a subcontratação e a cooperação como a moderna regulação das forças produtivas.

A transformação de um direito legal em um direito de prática social só se efetiva quando o trabalhador exige que a lei seja cumprida e quebra sua relação original de dependência, transferindo-a para um reconhecimento consciente de seus direitos de cidadão.

Nos anos 90, o Brasil se modernizou, se industrializou e a economia cresceu, porém a maioria da população permaneceu marginalizada. O poder público continuou nas mãos de uma elite, na maioria das vezes insensível às reivindicações da população.

Vanderlei Lima assegura que se constrói um país que obteve êxito do ponto de vista do capital, e que o governo Fernando Henrique Cardoso foi a representação fiel da continuidade da política e dos interesses da elite: desemprego gigantesco, privatizações das empresas estatais, gastos sociais cortados, demissões em massa⁴⁹. Ele enfatiza que é preciso flexibilizar as fontes do Direito do Trabalho, não extirpando de vez o princípio da proteção, mas adequando-o à realidade socioeconômica nacional:

Não dá para negar a existência da globalização e seus reflexos no mundo do trabalho, bem como da revolução tecnológica. É óbvio que a competitividade entre os produtos é maior, posto que uma empresa pode se instalar hoje no país em que a mão-de-obra é mais barata, o que acarreta a desvalorização cada vez mais crescente no trabalho executado pelos trabalhadores. Isso faz com que poucos sejam os trabalhadores efetivamente amparados pelo Direito do Trabalho, pois a maioria trabalha sequer com o devido registro em carteira, fazendo parte do chamado mercado informal.⁵⁰

Após a Segunda Guerra, com surgimento das máquinas automáticas, houve grande desenvolvimento da produção e do consumo de massa. Era o início de um sistema organizacional rígido e hierárquico, que mantinha uma força de trabalho de baixa qualificação em trabalhos na linha contínua de produção. Surgia então o modelo de

⁴⁹ Idem, p.62

⁵⁰ RAFAEL, Márcia Cristina. *Direito do Trabalho, alterações legislativas e perspectivas*. Curitiba: Juruá, p.61.

produção chamado fordismo, isto é, produção baseada na concentração diretiva, padronização do trabalho, grandes estoques, alta produtividade e durabilidade de produtos.

Aquino caracteriza:

O Estado do Bem-Estar Social garantia a inserção social dos segmentos populares através da regulação do mercado de trabalho, e da tutela do trabalhador assalariado que prestava serviço em empresas autoritárias com origem na organização taylorista do trabalho.⁵¹

O autor complementa:

Em vários países com legislação regulamentada está acontecendo um processo de desregulamentação por meio do qual se pretende desbloquear o mercado de trabalho, ajustando-o às novas exigências de produtividade e de competitividade.

Flexibilizam-se formas e condições de emprego, demissões, horário de trabalho, tempo de trabalho, duração de trabalho, salários. Muitos defendem essas flexibilizações, alguns as execram, outros as aceitam com reservas.⁵²

Só existe uma unanimidade: não se pode ficar indiferente à flexibilização.

A legislação social-trabalhista surgiu como tese de que o Estado deveria intervir nas relações de trabalho para garantir o mínimo de direito devidos aos trabalhadores, que ocorreu na primeira metade do século XIX e do Tratado de Versalhes, dando origem à Organização Internacional do Trabalho⁵³.

A OIT, Organização Internacional do Trabalho, foi criada em 1919, após o término da I Guerra Mundial, e desde a sua criação o trabalhador foi eleito como centro dos seus estudos com o objetivo de tornar a justiça social universal. Trata-se de um foro internacional de discussão de temas trabalhistas que possui uma estrutura tripartite, congregando governos, empregadores e trabalhadores. O Brasil é membro fundador e um dos dez membros permanentes do Conselho de Administração:

A OIT Brasil oferece cooperação técnica aos programas prioritários e reformas sociais do Governo brasileiro, incluindo o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Fome Zero, Primeiro Emprego e diversos programas governamentais e não-governamentais de erradicação e prevenção do trabalho infantil, de combate à exploração sexual de

⁵¹ AQUINO, *op. cit.*, p.6.

⁵² *Idem*, p. 9.

⁵³ RAFAEL, Márcia Cristina, *op. cit.* p. 43.

menores; de promoção de igualdade de gênero e raça para a redução da pobreza, da geração de empregos, de fortalecimento do diálogo social e de programas de proteção social.⁵⁴

Com os grandes processos de reengenharia e *downsize*, as empresas passaram a terceirizar as atividades que não faziam parte do negócio e focar e investir suas forças nas suas atividades principais:

Áreas de simples prestação de serviços que não criassem um diferencial competitivo, como recepção, limpeza, folha de pagamento, atendimento ao consumidor, etc., foram terceirizadas, formando novas empresas. É o boom do ramo de prestação de serviços.⁵⁵

Após 1994, no campo das relações de trabalho, diversas medidas pontuais foram introduzidas no Brasil, entre elas: remuneração, alocação, contratação de trabalhadores, jornada de trabalho, e as comissões de conciliação prévia, com o objetivo de programar formas de solucionar conflitos individuais de trabalho. Essas alterações foram implementadas em dois momentos importantes da vida política e econômica do País: na introdução e consolidação do Plano Real (1994-1996) e na crise do desemprego em 1998. Essas reformas estavam coerentes com o programa do governo Fernando Henrique Cardoso, que buscava competitividade global e uma modernização da sociedade e da economia brasileira.

Outras propostas foram apresentadas pelo governo federal, como a alteração do sistema de representação sindical, do direito de greve, de reformulação do Judiciário trabalhista, mas sua prioridade era a flexibilização do artigo 7º da Constituição Federal (dos direitos sociais) e da CLT.

⁵⁴ Organização Internacional do Trabalho. Disponível em:
< <http://www.oitbrasil.org.br/inst/brasil/index.php>>. Acesso em: 14/9/2008.

⁵⁵ SERENO, op. cit., p. 39.

II. NORMAS E LEIS PARA O TRABALHO

Consolidação das Leis Trabalhistas

A CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas — é o principal código legislativo brasileiro referente ao direito do trabalho. Todos os decretos e regulamentos atinentes aos sindicatos e à legislação social encontram-se sistematizados na Consolidação das Leis do Trabalho, que passou a vigorar no Brasil em 10/11/1943, quando Getúlio Vargas e o Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho assumem a compromisso de renovação do país. Na ocasião foi sistematizada a legislação existente com a introdução de várias disposições inovadoras. A CLT foi materializada por um grupo de juslaboralistas sob a coordenação de Luiz Augusto do Rego Monteiro.⁵⁶

Foi aprovada através do Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943. Entrou em vigor em 11 de novembro desse mesmo ano. Pode-se afirmar que a CLT sintetizou toda a política trabalhista de Vargas e passou a reger todo o campo de funcionamento interno dos sindicatos das relações entre o Estado, as associações operárias, os sindicatos patronais, os empregadores e empregados nos locais de trabalho.

Em síntese, a CLT pode ser dividida em três partes principais: 1) uma de “tutela do trabalho”, que contém os dispositivos referentes à proteção do trabalhador, assim como dos deveres do empregado e das obrigações do empregador; 2) uma parte referente à organização sindical propriamente dita e 3) uma parte referente à Justiça do Trabalho.”⁵⁷

Todos os benefícios e vantagens concedidos aos trabalhadores, como férias, proteção da mulher ao trabalho e ao menor, higiene e segurança no trabalho, bem como duração da jornada de trabalho foram incorporados.

Conforme Fausto, a organização sindical enquadrava o patronato e os trabalhadores assalariados estabelecendo a organização e o relacionamento entre eles. Os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, assim a

⁵⁶ CARRION, Valentim. *Comentários à Consolidação das leis do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2003, p.18.

⁵⁷ FAUSTO, op. cit., p. 620.

CLT fixava detalhadamente todo o funcionamento interno dos sindicatos, desde a quantidade de membros da diretoria e o modo das eleições eram supervisionados pelas Delegacias Regionais do Trabalho. Com a CLT as greves ficavam proibidas e o Ministério do Trabalho podia intervir nos sindicatos desde a destituição das diretorias ao fechamento do sindicato. A CLT estabeleceu oito grandes setores de atividades para os sindicatos de acordo com o ramo e setor econômico, estabelecendo a confederação de empregadores e empregados: indústria, comércio, transportes marítimos, fluviais e aéreos; transportes terrestres; comunicação e publicidade; crédito; educação e cultura; e profissões liberais. O setor mais importante era o industrial, cada setor subdividia-se em grupos e cada grupo deveria ter um sindicato patronal e outro de empregado. A Confederação Nacional da Indústria corresponde à Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais e a Confederação Nacional do Comércio, à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.⁵⁸

O decreto está assim redigido:

O Presidente Da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, **DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente. Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República— Getúlio Vargas -Alexandre Marcondes Filho.⁵⁹

Contratação do trabalho: as cooperativas de trabalho

A disseminação das cooperativas ocorreu a partir de 1994.

A Lei 8.949/1994 possibilita que os trabalhadores se organizem entre si e formem cooperativas de trabalhos para prestar serviços para uma empresa sem vínculo trabalhista. Nesta lei introduziu-se o artigo 42 da CLT, parágrafo único, que afirma: “Qualquer que

⁵⁸ FAUSTO, op cit, pp. 620-621.

⁵⁹ CARRION, op. cit., p.17.

seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.”⁶⁰

A política nacional do cooperativismo é definida pelo artigo 90 da Lei n. 5.764/71, que estabelece a inexistência de vínculo entre a cooperativa e os associados, e sua inclusão na CLT abriu espaços para ampliação de fraudes com escudo na lei, os chamados “coopergatos”. Os trabalhadores, como sócios das cooperativas, não têm carteiras de trabalho registradas e não têm férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, FGTS, previdência social, enfim, não têm assegurados os direitos básicos do trabalhador. A empresa, por não estabelecer o vínculo trabalhista, não paga as contribuições sociais e previdenciais embutidas na folha de pagamento, o que lhe proporciona uma redução de custos, mesmo com a obrigação de pagar PIS e COFINS inserida em 1999.

TABELA 2 - Número de Cooperativas, Cooperados e Empregados, por Segmento

(Base: 31 de dezembro de 1998 e 2001)

Segmentos	Número de Cooperativas		Número de Cooperados		Número de Empregados	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001
Agropecuário	1.408	1.587	1.028.37	822.294	107.086	108.273
Consumo	193	189	1.412.66	1.467.386	8.017	7.676
Crédito	890	1038	825.911	1.059.369	5.800	20.680
Educacional	193	278	65.818	73.258	2.330	2.720
Infraestrutura	187	187	523.179	576.299	5.161	5.431
Especial - escolar	4	7	1.964	2.064	6	6
Habitacional	202	297	46.216	69.668	1.226	1.375
Minação	15	37	4.027	48.481	24	34
Produção	91	147	4.372	9.892	35	348
Saúde	585	863	288.929	327.191	15.443	21.426
Trabalho	1.334	2391	227.467	322.735	5.057	7.443
Total	5.102	7.021	4.428.92	4.779.147	150.185	175.412

Fontes: GIMENEZ, Denis Maracci, KREIN, José Dari e BIAVASCHI, Magda B. As cooperativas de mão-de-obra e os Tribunais Regionais do Trabalho. Fonte: OCB/DETEC/Banco de Dados, <http://www.oces.org.br/jnoticias.htm>

⁶⁰ Idem, p.56.

TABELA 3. Nº DE COOPERATIVAS, COOPERADOS E EMPREGADOS POR REGIÃO

Base: Brasil - 31 de dezembro de 1998

Região	Total de cooperativas	Total de cooperados	Total de empregados
Norte	190	38.146	1.535
Nordeste	1.137	362.913	8.996
Centro-Oeste	325	155.504	9.449
Sudeste	2.434	2.643.431	72.237
Sul	1.016	1.228.931	59.252
Total	5.102	4.428.925	151.469

Fonte: OCB/DETEC/Banco de Dados

<<http://www.metropolitan.coop.br/sobre.aspx>>. Acesso em 6 de setembro de 2008.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) está procurando coibir os “coopergatos”. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC conseguiu que nenhum cooperativado recebesse menos que um piso salarial da categoria. O crescimento das cooperativas traz implicações para o mercado e relações de trabalho no Brasil.⁶¹

Apresentam-se a seguir as medidas efetivas de flexibilização introduzidas no Brasil a partir do Plano Real.

Flexibilização da remuneração: fim da política salarial e início da PLR - Participação nos Lucros e Resultados

A maneira de participação de lucros adotada na Constituição de 1988 pode ser considerada como uma forma de flexibilização, por não ter caráter salarial e por estar isenta de encargos trabalhistas ou previdenciários. A adoção vigorosa e generalizada da PLR só ocorreu a partir de 1995; até então “se adotou o caminho irregular e mesmo inconstitucional da edição de Medidas Provisórias e por que a regulamentação em várias

⁶¹ KREIN, J. D. A reforma trabalhista de FHC: análise da efetividade. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho*. 15. Região, v. 24, 2004, pp. 270-299.

medidas provisórias, desde a 794 de 29 de dezembro de 1994, até a 1.619-42 de 13 de março de 1998, foram objeto de críticas”⁶².

No início, ela substituiu o reajuste salarial, uma vez que as empresas negociavam abono em forma de PLR em vez de uma recomposição salarial. O crescimento dos acordos de PLR até 1997 coincidiu com a estabilização da moeda e o fim da política salarial. Para algumas empresas, a PLR tornou-se um abono para atender à pressão dos trabalhadores por reajustes salariais, pois não estava associada às metas.

Trabalhadores e empresários têm objetivos diferentes com a PLR. Para as empresas, a PLR é a introdução de uma remuneração variável como forma de redução de custos fixos e comprometimento dos trabalhadores com o aumento de competitividade. E para os trabalhadores, é a apropriação dos lucros ou resultados, acesso às informações econômicas da empresa, oportunidade para organização sindical no local de trabalho e participação no processo de reestruturação produtiva.

A PLR foi regulamentada através da Lei n. 101, de 19 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial de 20 de dezembro de 2000:

“Art. 1: Esta lei regula a participação trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI da Constituição.”⁶³

Os beneficiados com a PLR são os trabalhadores da ativa e do quadro principal da empresa, excluindo estagiários, terceirizados, temporários, contratados por prazo determinado, aposentados e prestadores de serviços. A PLR tem um efeito perverso ao excluir todos que trabalham pelo bom desempenho na empresa. É uma forma de aprofundar a diferenciação entre os empregados que trabalham no mesmo espaço.

⁶² AQUINO, *op. cit.*, p. 204.

⁶³ PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos & CESPEDES, Livia. CLT. Consolidação das Leis do Trabalho / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva - 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 246.

Flexibilização do tempo de trabalho: banco de horas (Lei 9.601/1998)

O banco de horas foi criado como medida flexibilizadora, através da Lei 9.601/98, alterando o parágrafo 2 do art. 59 da CLT. Márcia Cristina Rafael elucida:

Tem por finalidade a dispensa dos acréscimos salariais quando houver excesso de horas em um dia, desde que exista a correspondente diminuição em outro dia, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, não excedendo a jornada semanal prevista, e que a compensação seja feita no período máximo de 01 (um) ano, com previsão obrigatória em acordo ou convenção coletiva de trabalho, para que possua validade.⁶⁴

Com o banco de horas a empresa passa a controlar o tempo do empregado conforme as necessidades de produção. Isto é, ela utiliza o banco de horas para ajustar os ciclos de produção durante o ano e a determinação do trabalho à sua realidade produtiva. A jornada semanal é ampliada nos momentos de pico, e nos momentos de refluxo a jornada é reduzida. O pagamento ocorre após um ano, somente se nesse período o empregado tiver trabalhado mais que a jornada anual. O banco de horas isenta a empresa de contratar novos empregados no período máximo de produção, assim mantendo o número de desempregados.

Trata-se de um tema controvertido, pois de um lado há controvérsias entre os trabalhadores, uns defendem o banco de horas para preservar o emprego, e outros reforçam os aspectos destruidores e flexibilizadores do trabalho e as resistências sindicais.

De outro lado, há uma pressão dos setores empresariais para a sua adoção. A lei obrigada o registro dos contratos de banco de horas no Ministério de Trabalho e do Emprego. A compensação da jornada passa a ser anual e não mais semanal, permitindo a contagem das horas (débito e crédito) favorecendo a empresa e o empregado. Há setores com acordos informais de bancos de horas, em que a negociação não passa pelo sindicato.

O banco de horas significa um aumento da racionalização do processo de trabalho e uma intensificação do ritmo de trabalho.

⁶⁴ RAFAEL, *op. cit.*, p. 94.

Liberação de trabalho aos domingos

A MP 1.878-64 /1999 – trabalho aos domingos no comércio (supermercados, lojas e shoppings) - Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A medida provisória 1.878-64/99 – institui o trabalho aos domingos, no comércio varejista em geral, sem a previsão de passar por negociação coletiva, a partir de 9 de novembro de 1997: “Fica autorizado, a partir de 9 de novembro de 1997, o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, observado o art. 30,1, da Constituição.”⁶⁵

As medidas que não foram eficazes tinham o objetivo de estimular a geração de emprego, ou evitar demissões, a saber:

Contrato de trabalho por prazo determinado – Lei 9.601/1998

A Lei 9.601/1998 foi criada com o objetivo de diminuir o número de desempregados no País; trata-se de uma nova espécie de contrato de trabalho por prazo determinado, também conhecido como contrato temporário, alterando o parágrafo 2 do artigo 443 da CLT: “O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.”⁶⁶

O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

- a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo,
- b) de atividades empresariais de caráter transitório,
- c) de contrato de experiência.⁶⁷

Para estimular as empresas a admitirem um maior número de empregados, a lei prevê a redução em 50% das contribuições sociais (salário-educação, contribuição ao Sistema S, ao Incra, etc.), e em 2% o valor do depósito do FTGS e a dispensa do aviso prévio e multa de 40% sobre as verbas rescisórias. Considerando os dados de desemprego no Brasil e o número insignificante de admitidos nessa categoria, pode-se afirmar que houve um fracasso.

⁶⁵ PINTO, WINDT & CESPEDES, op. cit., p. 247.

⁶⁶ Idem, p. 56.

⁶⁷ Idem.

Quanto à contratação por tempo determinado, as empresas e sindicatos a evitam para não criar uma divisão entre os empregados na mesma empresa, grupo com menor direito trabalhista básico.

O sistema de contratação brasileiro já é bastante flexível, este é o principal motivo que explica a pequena efetividade da flexibilização na geração de empregos. A flexibilidade foi denunciada na Convenção de 158 da OIT, porém as empresas continuam utilizando a legislação em vigor, que permite a demissão sem justa causa, ajustar a quantidade de força de trabalho por meio do contrato temporário de trabalho via agência de emprego nos período de maior pico de produção, rebaixar o custo do trabalho, permitir férias inferiores a 30 dias e estimular este tipo de contratação.

Trabalho em tempo parcial

O trabalho em tempo parcial é permitido, com a finalidade de fomentar a empregabilidade, considerando que as empresas ao adotarem uma jornada de trabalho menor poderiam contratar um maior número de empregados. A jornada de até 25 horas semanais, o salário e os demais direitos trabalhistas estarão em conformidade com a duração da jornada trabalhada, mas não preveem a participação do sindicato na negociação.

“Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.”⁶⁸

Suspensão temporária do contrato de trabalho para curso de qualificação

A Constituição instituiu o artigo 476 – A, que determina a suspensão do contrato de trabalho para a requalificação profissional:

O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante

⁶⁸ Art 58-A- Consolidação das Leis do Trabalho – MP 1.709/98, atualizada para a MP 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. PINTO, WINDT & CESPEDES, op. cit., p. 12.

previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471.⁶⁹

Os interesses dos empregadores prevalecem, pois durante o período da suspensão do contrato de trabalho o empregado não recebe salário, não tem direito à liberação do FGTS nem à indenização de 40%. Não haverá contagem de tempo de serviço para férias e 13º salário, e isenta a empresa de recolher FGTS e as contribuições previdenciárias no período.

O empregado deverá firmar por escrito o termo de concordância com a suspensão para qualificação profissional, especificando as condições para efeito de suspensão para qualificação profissional.

O Plano de Desligamento Voluntário

O Plano de Desligamento Voluntário – PDV — foi instituído através da Lei 9.468/97, com o objetivo de ajustar as contas públicas para os servidores da União, e foi copiado pelos Estados e municípios. Trata-se de uma política de geração de desemprego. Muitas vezes a implementação do PDV ignora a necessidade de um programa de orientação financeira aos trabalhadores. As empresas deveriam orientar os empregados para uma nova situação no mercado de trabalho, considerando a idade, habilidades profissionais, remuneração média, as aptidões físicas, e no caso de um negócio próprio, um estudo e planejamento do setor para traçar um projeto da viabilidade ou não do previsto. Porém, os PDVs têm cumprido os objetivos dos empregadores, das demissões coletivas, do enxugamento do quadro funcional e substituição da mão-de-obra através da terceirização e da contratação de novos empregados com salário inferior ao dos antigos empregados.

⁶⁹ Idem, p. 62.

Salário Mínimo – MP 1.906/97 e Lei Complementar n. 103/2000

A Medida Provisória n. 1.906/97 acaba com o índice de reajuste oficial de correção do salário mínimo, e este passa a ser definido pelo Poder Executivo, sob apreciação do Congresso Nacional.

A Lei Complementar n. 103/2000, de 14 de julho de 2000, trata da regionalização do piso salarial, criada pelo governo federal como saída para o impasse político buscando um valor maior para o salário mínimo.

Sabe-se que o baixo valor do salário mínimo, que funciona como referência no mercado de trabalho, condena o trabalhador à exclusão de uma eventual sociedade de consumo. Pode-se dizer que ele é sinônimo de miséria para grande número da população.

FGTS e seguro-desemprego para os trabalhadores domésticos

A Lei n. 10.208, de 2001, introduz a possibilidade de o empregado doméstico ter acesso ao FGTS e ao seguro-desemprego. Esta lei teve origem na Medida Provisória n. 1.986, de 13 de dezembro de 1999, com a inclusão do artigo 3-A – Lei n. 5.859/72. A inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é facultada mediante requerimento do empregador. O direito à categoria está condicionado à vontade do empregador. Portanto, o governo faz de conta que amplia os direitos dos domésticos, mas na verdade demonstra como gostaria que as relações do trabalho se desenvolvessem. Há discriminação na legislação ao limitar o benefício do seguro-desemprego ao valor de um salário mínimo e por um período não excedente a três meses, o que difere dos demais trabalhadores, que poderão receber até cinco parcelas de um salário mínimo⁷⁰.

⁷⁰ LIMA, *op. cit.*, p. 86.

Serviço voluntário

De acordo com a Lei n. 9.608/98, o serviço voluntário é aquele que não é remunerado e prestado por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada sem fins lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, científicos, recreativos ou de assistência social. Essa modalidade não gera vínculo empregatício, nem obrigação da natureza trabalhista, previdenciária ou afim.⁷¹

Flexibilidade na forma de solução dos conflitos

Os fiscais do Ministério do Trabalho, quando encontram qualquer descumprimento da lei trabalhista ou da convenção coletiva, não aplicam multas e sim notificam o empregador para negociar a fraude.

Comissão de Conciliação Prévia (CCP)

Medida introduzida a partir de janeiro de 2000 (Lei 9.958, de 12.1.2000 – DOU 13.1.2000) com o propósito de dar materialidade à reforma trabalhista nos aspectos relacionados à remuneração, tempo de alocação no trabalho, e às reformas processual, procedimental e sindical para facilitar a aplicação da reforma dos direitos materiais. Permite a realização de acordos de conciliação na base de representação do sindicato de outra categoria que não tenha CCP organizada.

A terceirização da mão-de-obra contribui para a eliminação dos direitos trabalhistas, ao repassar para outra empresa que normalmente esteja enquadrada em outra categoria econômica. A utilização da força flexível do trabalho é fruto dos novos métodos organizacionais implantados no Brasil a partir dos anos 80.

O problema do desemprego não se resolve só no âmbito do mercado de trabalho; depois da aprovação dessas medidas o problema da recessão econômica se agravou, e as

⁷¹ CLT – artigo 1 da Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

empresas só contratam se tiverem demanda por força de trabalho, e não quando houver rebaixamento da oferta do valor do trabalho.

Trabalho formal e informal

O mercado de trabalho se conceitua quanto à formalidade e informalidade. Considera-se emprego formal aquele em que o trabalhador possui registro, é controlado pelo Estado, pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Reforça-se que a informalidade é caracterizada pela ausência de intervenção do governo como regulamentação ou contribuição do Estado. O termo “setor informal” foi utilizado pela primeira vez em 1972, em um documento para descrever as condições em Gana e no Quênia, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).⁷²

De acordo com Paul Singer, os empregados informais não têm acesso aos direitos assegurados pela legislação trabalhista, como: Previdência Social, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, horas extras, sindicatos, entre outros.

Diferentes conceitos de informalidade são adotados nas análises econômicas. Há uma dificuldade em adequar uma única definição para as diferentes situações da informalidade, como por exemplo, os “flanelinhas”, os vendedores ambulantes, os mecânicos, os médicos e os consultores de informática. As transformações nas economias mundiais, levam as reformulações nas características da atividades informais, afirma Anita Kon:

[...] o setor informal é definido como uma alternativa para o desemprego aberto, sendo determinado pelo excedente de mão-de-obra e possibilitado pela facilidade de produção, pouca organização produtiva e processos tecnológicos simples, acompanhado de baixa proteção oferecida pelas políticas governamentais.⁷³

⁷² PANKE, Luciana *As mudanças de argumentos nos discursos de Lula, sob o prisma da temática emprego*. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de São Paulo, 2005 p. 130

⁷³ KON, Anita. *Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro*, p. 3 –artigo disponível em : <http://ideas.repec.org/p/anp/en2004/156.html>, acesso em 10/4/2010.

Ainda conforme a autora, o setor informal é visto como exercendo um papel de ajuste entre oferta e demanda no mercado de trabalho, em virtude da mão-de-obra excedente do mercado formal. O setor informal é definido a partir das atividades que não são legalizadas, ou que não cumprem as regulamentações ou legislações fiscais, laborais, financeiras, cambiarias entre outras. São as chamadas economias subterrâneas, invisíveis, paralelas ou negras.⁷⁴

A autora acrescenta que

(...) a condição de informalidade das atividades brasileiras é determinada por um lado por políticas públicas que priorizam a continuidade da estabilização econômica e, por outro, pelas transformações estruturais intensificadas e mais velozes manifestadas de forma diferenciada tanto em âmbito global, internacional quanto regional, e que resultam em formas também diversas de inserção do trabalho.⁷⁵

Pode-se dizer que o setor informal não é considerado apenas como um conjunto de atividades de sobrevivência desempenhadas por pessoas destituídas de qualificação e que se situam às margens da sociedade. Nos países menos desenvolvidos e para as economias industriais mais avançadas é, sim, um intenso dinamismo econômico nas atividades não reguladas que são geradoras de renda, muitas vezes com empreendedores com nível de renda superiores a atividades formais. Anita acrescenta que o setor informal “é um componente integrante do conjunto das economias e não apenas um apêndice marginal destas”.⁷⁶

José Pastore afirma que o grande problema do Brasil é exatamente o de promover a travessia de milhões de trabalhadores do mercado informal para um mercado formal, que ofereça um mínimo de garantias de que as despesas fiquem entre zero e 102%:

Esse é o problema. A lei brasileira não admite meio-termo. Ou se contrata com todas as proteções, que custam 102%, ou se contrata sem nenhuma proteção, que custa zero.⁷⁷

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem, p. 4.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ PASTORE, op. cit., p. 65.

TABELA – 4- Encargos Sociais para o Setor Industrial (Pessoal de Produção)⁷⁸

Tipos de encargos	(%) sobre o salário
Grupo A – Obrigações sociais	
Previdência social	20,0
FGTS	8,0
Salário-educação	2,50
Acidente do trabalho (média)	2,00
SESI	1,50
SENAI	1,00
SEBRAE	0,60
INCRA	0,20
Subtotal A	35,80
GRUPO B – Tempo não trabalhado I	
Repouso semanal	18,91
Férias	9,45
Feriados	4,36
Abono de férias	3,64
Aviso prévio	1,32
Auxílio enfermidade	0,55
Subtotal B	38,23
Grupo C – Tempo não trabalhado II	
13º salário	10,91
Despesa de rescisão contratual	2,57
Subtotal C	13,48
Grupo D - incidências	
Incidência cumulativa grupo A/B	13,68
Incidência do FGTS sobre 13 ° sal.	0,87
Subtotal D	14,55
TOTAL	102,06

Fonte: Itens da Constituição e CLT - extraídos do livro *O desemprego tem cura*, p. 140.

De acordo com Pastore, mudar as leis trabalhistas não é fácil, pois elas estão ligadas aos valores e à concepção de vida do brasileiro, que acredita que quanto mais direitos

⁷⁸ Idem, p. 140.

forem incluídos nas leis, mais proteção existirá. A globalização da economia brasileira, a revolução tecnológica e as novas modalidades de trabalho fazem com que o Brasil precise de um sistema com mais negociação, em que as partes acertem o que for melhor para elas, respeitando direitos inegociáveis como proibição do trabalho infantil, proteção à saúde do trabalhador, aos idosos, etc.

No Brasil, o mercado informal já atingiu 60%. Uma parte é fraude, é verdade. Mas a maior parte decorre de (novas) formas de trabalhar que não se ajustam às leis atuais. Como consequência, as pessoas são forçadas a viver sem as proteções convencionais – todas atreladas ao emprego formal. Por exemplo, só pode receber seguro-desemprego ou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ou se aposentar, quem teve emprego.⁷⁹

Celso Leite explica que "informal", no caso, significa à margem da organização regular da sociedade, sob vários aspectos, a começar pelo tributário na atividade econômica e pelo trabalhista na atividade profissional.⁸⁰

Para o autor, o trabalhador da economia informal não é um desempregado, é quase sempre um subempregado, e o subemprego é uma forma atenuada de desemprego.

A dificuldade de encontrar um emprego regular leva as pessoas à precariedade do emprego informal.

O mercado informal é desamparado pela legislação brasileira, quem está nele não tem seguro-desemprego, aposentadoria e nem pensão por viuvez, e cada vez as pessoas ingressam mais no mercado informal do que no fixo, afirma José Pastore. Segundo este autor, o Brasil é campeão de encargos sociais e de ações trabalhistas.

Nos anos 90, o emprego informal era "uma alternativa viável a pequenas firmas ou àquelas que só contratam mão-de-obra temporária, como fazendas em épocas de colheitas ou empresas de construção, que empregam trabalhadores diferentes em cada fase de projeto".⁸¹

A lei brasileira pretende regular tudo, mas para a maioria dos especialistas em força de trabalho, ela não regula nada. Com isto, o mercado informal ignora os mil artigos da lei

⁷⁹ Idem, p. 22.

⁸⁰ LEITE, *op. cit.*, p.58.

⁸¹ SINGER, *op. cit.*, p.108.

e deixa os brasileiros na ilegalidade. A Constituição brasileira instiga a desconfiança, o desrespeito e a confrontação, pois fixa o valor da hora-extra, preocupa-se com o turno de revezamento, estabelece regras para o piso salarial, e tantas outras coisas que poderiam ser negociadas pelas partes, e assim lhes desenvolveria a confiança, o respeito mútuo e a cooperação. As palavras de Pastore demonstram que:

Sem crescimento não há emprego, é verdade. Mas o crescimento não é tudo. O Brasil não para de perder postos de trabalhos no mercado formal. Nos últimos quatro anos, 85% dos novos postos de trabalhos foram criados no mercado informal. Essa é a maior prova de que o obstáculo aos empregos formais é a excessiva rigidez da legislação trabalhista. Para sair disso, precisamos flexibilizar, crescer e educar.⁸²

O autor afirma que antes da Constituição de 1988, o mercado informal já tinha o tamanho de 45%, e depois da nova Carta, com a introdução de inúmeros novos direitos, o mercado explodiu e chegou em 1997 a 57%.

A principal base do mercado informal é a desregulamentação, a falta de capital, a instabilidade, a baixa renda e produtividade e a insuficiente qualificação de mão-de-obra. Ele reforça ainda que a Organização Internacional do Trabalho, na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho em 1993, recomendou que para definir o mercado informal fosse necessário acrescentar o segmento de assalariados sem carteira de trabalho assinada.

Luciana Panke acrescenta:⁸³

Um trabalhador de uma região metropolitana do país que tem carteira assinada recebe, ao final do mês, 30% a mais que um camelô ou do que um empregado de uma empresa que não registra seus funcionários. Essa é a diferença média de ganho dos trabalhadores formais e informais, segundo dados coletados pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil.⁸⁴

⁸² PASTORE, José. *O Desemprego Tem Cura?*, São Paulo, SP: Makron Books, 1998 pp. 145-146.

⁸³ PANKE, *op. cit.*

⁸⁴ SOARES, Pedro. Com registro, renda é 30% maior. *Folha de S. Paulo*, 5/11/2003 – Editoria Dinheiro, p. B10.

III. ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES

Os sindicatos que surgiram a partir do século XIX, foram locais de organizações essenciais para o avanço das classes operárias. Os sindicatos passam a preocupar-se com a formação ideológica dos trabalhadores, através do trabalho cultural das massas e proporcionando a educação política necessária para a construção da sociedade socialista. São, portanto, terrenos férteis para o avanço de todos os setores do proletariado.

As instituições sindicais têm em sua origem o objetivo de representar e defender os interesses dos trabalhadores e a igualdade social num determinado espaço e segmento econômico. No decorrer de sua evolução os sindicatos buscaram ampliar o foco de sua abrangência para âmbito nacional; no entanto, vivenciaram diversos desafios de cunho ideológico e político e suas estruturas e estratégias esbarraram em particularismos divergentes, impedindo uma expressão maior ou mesmo transnacional, esta última, proveniente da globalização.⁸⁵

Os sindicatos surgem do esforço das classes operárias na luta contra o despotismo e a dominação do capital. Têm como finalidade principal impedir que os salários fiquem abaixo do mínimo necessário para manutenção e sobrevivência do trabalhador e da sua família, isto é, impedir que o operário seja obrigado a aceitar um salário inferior ao necessário para o sustento da sua família, afirma Ricardo Antunes.

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução de máquinas mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.⁸⁶

O sindicato nasceu na Inglaterra, os *trade-unions*, na segunda metade do século XVIII, momento da produção em larga escala em que se acentuava de um lado, a sociedade em grandes capitalistas e de outro lado, os proletários mediados por uma

⁸⁵ POLO, Azizeh Oflia Emleh. *O poder e a cultura organizacional no Brasil: o indivíduo nas organizações*. Dissertação de Mestrado. Universidade São Marcos, 2008. p. 84

⁸⁶ ANTUNES, Ricardo C. *O que é Sindicalismo*. (Coleção Primeiros Passos) 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980 - pp. 12-13.

massa de pequenos comerciantes e artesãos. O capitalismo já trazia a superexploração do trabalho que atingia até 16 horas por dia, exploração do trabalho feminino, infantil, e trabalho insalubre, além da aglomeração da população em locais sem as mínimas condições de vida e habitação.

O papel dos sindicatos desde sua origem “é fornecer aos operários alguns meios de resistência na sua luta contra os excessos do capitalismo”.⁸⁷

Segundo Henrique Macedo Hinz, o art.513, d, da CLT, atribui ao sindicato o papel de colaborador com Estado no estudo e na solução dos problemas relacionados na categoria que representa, demonstra que o sindicalismo brasileiro foi fundado na concepção corporativa de Estado que busca a supressão dos conflitos entre o capital e trabalho e entre a sociedade e o Estado, visando ao progresso da Nação. A visão corporativa inserida foi fundada, na Carta Del Lavoro, de Mussolini, que foi abandonada na Itália e vigente no Brasil.⁸⁸

A lei votada no Parlamento Inglês, em 1924, foi importante, pois o povo conquistou o direito à livre associação. As associações sindicais já existiam na Inglaterra, porém reprimidas no desempenho de suas atividades. Assim, os *trade-unions*, como chamados pelos ingleses, se desenvolveram e tornaram-se bastante poderosos, sendo responsáveis por fixar os salários, regulamentar em função do lucro e nivelar em cada categoria.

Os *trade-unions* não só negociavam com os capitalistas a criação de uma escala de salários, como forçavam aceitação. Eles também ajudavam os operários em greve ou desempregados através da chamada Caixa de Resistência, aumentando assim a capacidade de luta. À medida que as associações ficavam poderosas, os patrões através das demissões pressionavam os operários a renunciar formalmente à participação nas associações sindicais, fazendo com que algumas fossem extintas, reforça Antunes.⁸⁹

Na Inglaterra, Robert Owen foi destaque na luta dos *trade-unions*. Em 1819 ele conseguiu que fosse votada a lei limitando o trabalho feminino e infantil. Presidiu também o Primeiro Congresso em que os *trade-unions* se fundiram numa única e grande associação sindical denominada Grande União Consolidada dos Trabalhadores, criada em 1834.

⁸⁷ Idem, p. 14.

⁸⁸ HINZ, Henrique Macedo. *Direito coletivo do trabalho*, p.1 Ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009

⁸⁹ .ANTUNES, op cit., pp. 17-19.

Organizaram as cooperativas de consumo e de produção, os mercados operários, local para troca de produtos através de bônus do trabalho, em que a unidade era a hora produzida.⁹⁰

Os sindicalistas ao utilizaram das greves como a principal arma contra o capitalista e assim dando o primeiro passo na luta contra emancipação das classes operárias. Portanto, eles foram fundamentais para o avanço das lutas operárias, ressalta Antunes.

Evolução dos sindicatos

Desde a sua concepção, os sindicatos foram essenciais para o avanço da lutas operárias. A evolução não foi só na Inglaterra como também outros países, como na França, Alemanha e Estados Unidos.

O proletariado iniciou um processo de luta, desencadeado desde reivindicações puramente econômicas até movimentos propriamente políticos como o Cartismo na Inglaterra, as Revoluções de 1848 em França e Alemanha e a celebre Comuna em Paris de 1871.No movimento sindical o trade-unismo, que aspirava a reivindicações predominantemente econômica, já não era a única tendência.⁹¹

Conforme John Macllroy, a organização sindical quase autônoma surgiu no início dos anos 1900 e floresceu antes de 1920, em que oito milhões de trabalhadores eram sindicalizados e representavam 45% da força de trabalho. Durante a depressão do entreguerras, o número de sindicalizados caiu pela metade. O crescimento surge a partir da segunda metade dos anos 1930, em que a taxa de sindicalização se expande para nove milhões nos anos 40 e 13,5 milhões – isto mais de 55% da força de trabalho em 1979. Diz o autor supracitado:

O movimento sindical caracterizava-se pela unidade institucional, relativa ausência de fragmentação política e partidária e pela descentralização. A Central Sindical Nacional, o TUC (Trade Union Congress) foi fundado em 1968 por entidades sindicais: elas estabeleceram limites rígidos sobre seus poderes de coordenação e regulação, concedendo de má vontade e autonomia. O TUC não encontrou nenhuma rival importante e, através deste século, a maioria dos sindicalistas tornou-se membro de suas entidades filiadas.⁹²

⁹⁰ Idem, p.20.

⁹¹ Idem, pp. 23-24.

⁹² MACLROY, John. O inverno do Sindicalismo, in: *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*, Boitempo, pp. 40-42.

No século XIX, o trade-unismo que aspirava reivindicações econômicas já era a única tendência.

O crescimento das organizações nos locais de trabalho aumentou o poder de negociação, que geralmente era fragmentado e informal, e o declínio do poder regulador dos acordos com os empregadores.

A classe trabalhadora inglesa buscava criar espaço da sociedade capitalista, ao invés de transformá-la. O sindicalismo encontrava-se enraizado numa economia forte e predatória, “seus líderes se viram diante de um Estado cada vez mais minimalista com qual mantinham relações por meio de partidos estabelecidos, sendo seu maior inimigo um judiciário inundado em concepções individualistas em laissez-faire sobre a lei”.⁹³

Devido à ausência de uma legislação detalhada, as empresas, os sindicatos e o Estado apoiavam uma regulamentação voluntária das relações de trabalho. Com a criação do partido trabalhista entre 1900 e 1918, a reforma do sindicalismo ganha um aspecto de organização independente. Até 1970, o Partido Trabalhista ficou no governo em 11 de 15 anos precedentes, e isto garantiu uma influência importante dos sindicatos nos assuntos de Estado. A Inglaterra havia conhecido duas décadas de crescimento dos sindicatos. Afirma Macllroy: “As consequências inflacionárias da negociação coletiva não regulamentada e descentralizada eram mais e mais estereotipadas como um fator-chave do declínio econômico.”⁹⁴

O sindicalismo chamado revolucionário surgiu na França e Itália, onde a classe operária ainda não atingira o grau da concentração da indústria inglesa e onde os níveis de exploração capitalista eram mais violentos. Essa corrente enfatizava que a sociedade capitalista não se transformaria através de reformas. Somente a greve geral poderia levar à transformação radical da sociedade. Como principais teóricos desta corrente figuram o francês Georges Sorel e o italiano Arturo Labriola. Ambos acreditavam que a única forma de ação efetiva revolucionária da classe operária se dava por meio da ação direta nas fábricas e da deflagração da greve geral, isto é, pela prática da luta exclusivamente econômica.⁹⁵

⁹³ Idem, pp.42-43.

⁹⁴ Idem, p. 43.

⁹⁵ ANTUNES, op. cit., p. 23.

A terceira tendência foi constituída pelos sindicalistas anarquistas, que como os sindicalistas revolucionários, negavam a política e enfatizavam a importância e a exclusividade no processo de emancipação da sociedade. Os teóricos dessa concepção libertária foram Proudhon, Kropotkin e Malatesta.⁹⁶

O anarquismo expandiu-se nos países europeus que tinham menor desenvolvimento capitalista e menor concentração industrial, como Espanha, França, Itália, Portugal e na maioria dos países latino-americanos.

Surge, também, outra corrente sindical, chamada de reformista, baseada no *trade-unismo* inglês. Essa corrente se opõe à atuação revolucionária do proletariado e afirma que o princípio de que os sindicatos constituem um meio de luta para obter reivindicações justas, buscando melhoras para os trabalhadores dentro da sociedade capitalista. Exemplificada pelo sindicalismo norte-americano que expressa uma ideologia conservadora e adequada aos interesses capitalistas.⁹⁷

O sindicalismo cristão, uma outra corrente preocupada com as relações entre capital e trabalho, baseada na encíclica *Rerum novarum*, de Leão XIII, adota ampla colaboração social e atribui ao capitalismo a responsabilidade de desenvolver essa função para se tornar um sistema justo. Rejeita a violência e luta das classes, tanto patronal como a operária. Esse sindicalismo se destaca em países como a Itália.

A corrente corporativista, por sua vez, surgiu na vigência do fascismo, por meio da repressão ao movimento sindical antifascista:

Em 1927 Mussolini decretou a Carta Del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas: as corporações tornaram-se subordinadas às dependentes do Estado fascista. Expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital, negando violentamente a existência da luta de classes, com o nítido objetivo de garantir a acumulação capitalista em larga escala e com um alto grau de exploração da classe operária.⁹⁸

⁹⁶ Idem, p.24.

⁹⁷ Idem, p.25.

⁹⁸ Idem, pp. 28-29.

Essa corrente se organizou depois que os trabalhadores foram privados de qualquer representação em que os partidos políticos das classes operárias foram destruídos e ficaram sem liberdade sindical, liberdade de reunião e demais liberdades democráticas.⁹⁹

A luta incansável da classe operária pela unidade sindical se dá desde os primeiros tempos visando ao fortalecimento de classe. Há também sindicalistas que propõem o pluralismo sindical, criação de vários sindicatos para uma única categoria e criação de várias centrais sindicais independentes como existe em vários países da Europa. Há central sindical controlada pelos comunistas, pelos democratas cristãos e pelos social-democratas. Com isso, enfraquece o poder de representatividade das classes. Já o princípio de unidade garante a existência de um único sindicato representativo para cada ramo de atividade, e assim fortalecendo o movimento sindical e evitando a existência de um sindicato para cada empresa.

Cabe ao trabalhador optar pela sindicalização ou não, mesmo na existência do princípio de unidade sindical. Uma central única e forte não impede a existência de várias tendências, sejam comunistas, socialistas, reformistas ou democratas- cristãos, o importante é que todos estão juntos em torno das reivindicações imediatas da classe operária na luta contra a exploração capitalista. Antunes ressalta:

A luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas.¹⁰⁰

Sindicalismo e estrutura sindical no Brasil

Os primeiros movimentos sindicais no Brasil surgem num período marcado por grandes mudanças políticas, como o fim da escravidão, a ampliação da economia agrária para a manufatureira e depois para industrial, a queda da Monarquia e a Proclamação da República. Azizeh Otilia Emlech Polo relata:

⁹⁹ Idem, p. 29.

¹⁰⁰ Idem, pp 37-41.

Os primeiros aglomerados de trabalhadores independentes foram observados nas cidades litorâneas, que recebiam os imigrantes que encontravam seu sustento nas atividades manufatureiras. No entanto, grande fonte de estímulo à formação da união proletária organizada proveio de agrupamentos políticos, não apenas republicanos que procuravam arregimentar intelectuais, imigrantes, profissionais liberais e operários das novas classes de trabalho que surgiam com o capitalismo emergente.¹⁰¹

De acordo com Henrique Macedo Hinz, há um erro histórico na doutrina brasileira ao tratar as origens do modelo sindical associada à noção de corporativismo com fascismo e alegar que o modelo brasileiro seria uma cópia da Carta Del Lavoro, de Mussolini. O sistema sindical brasileiro precisa ser compreendido de acordo com o contexto histórico nacional, entre as décadas de 1920 e 1930, quando se desenvolveu um movimento contrário ao movimento político vigente, apoiado na ordem liberal oligárquica, com os partidos regionais e o poder dos coronéis. A ordem democrática era, na verdade, elitista, pois o direito de voto era restrito e o poder tinha origem local, uma vez que não havia uma identidade nacional. Essa ordem baseava sua ideologia na política mundial da época, consubstanciada pelo Tratado de Versailles, e com as interferências causadas pela Revolução Russa, e as constituições do México e de Weimar, ue defendiam a ideia de um Estado nacional forte, interventor na ordem econômica, sobretudo para mitigar os conflitos entre o capital e o trabalho. Assim instituiu-se o modelo técnico em que empregados e empregadores, organizados em suas categorias, atendiam ao bem do Estado nacional, defendendo os seus interesses pautados na harmonia entre capital e trabalho. Nesse modelo corporativista a organização patronal existiria ao lado da profissional, havendo limitação da quantidade de organizações e não haveria competição entre elas. As corporações técnicas advindas do modelo corporativo apresentaram trabalhos realizados para elaboração da Constituição Federal de 1937. Esse modelo permanece até os dias de hoje.¹⁰²

Os sindicatos no Brasil tinham como objetivo principal conquistar os direitos fundamentais do trabalho, visando à melhoria salarial, à redução da jornada de trabalho, entre outras. O primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, lançou bases para uma organização sindical de âmbito nacional (COB), isto é, Confederação Operária Brasileira,

¹⁰¹ POLO, op cit, p. 85.

¹⁰² Hinz, op. cit., pp. 3-4.

que lutava pelas reivindicações básicas e pela solidariedade com outros países. Contava com 43 delegados que representavam os centros mais dinâmicos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Representavam as duas tendências existentes no movimento operário nesse período, a anarco-sindicalista que privilegiavam a luta direta na fábrica e a outra era composta pelo socialismo reformista, esta lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores e utilizava-se da luta parlamentar em nível de Estado.

De acordo com Edgar Rodrigues, o Movimento Sindicalista Revolucionário iniciou uma nova fase em 1903. Segundo as teses e debates aprovados no 1º Congresso Operário Brasileiro, os trabalhadores preferiram um sindicalismo revolucionário, antimilitarista, apolítico e laico. O 1º Congresso Operário aconselha a organização dos operários em sociedade de resistência econômica, sem abandonar a defesa pelos direitos públicos e adoção pela associação de resistência de uma doutrina política ou religiosa ou de um programa eleitoral. Esse evento deliberou que a confederação deveria iniciar uma campanha contra a prepotência que vitimavam os colonos, e aconselhou a se organizarem em sindicatos de resistência, promovendo a emancipação dos trabalhadores das fazendas. O 1º Congresso, ademais, votou e aprovou a criação da Confederação Operária Brasileira, que entrou em vigor em 1908, sob a inspiração da CGT francesa, que se mantinha fiel ao sindicalismo revolucionário.¹⁰³

A Coordenação da Central Sindical procedeu à distribuição de circulares para todas as organizações operárias do Brasil, citando as bases que orientavam a Central Sindical Operária Brasileira:

1. Promover a união dos trabalhadores assalariados para a defesa dos seus interesses morais e materiais econômicos e profissionais;
2. Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando mais força e coesão aos esforços e reivindicações, tanto moral como materialmente;
3. Estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado, e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo se para isso de todos os meios de comunicações existentes, como do jornal intitulado “A Voz do trabalhador”;

¹⁰³ RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, pp. 82-88.

4. Reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário em todo o país.¹⁰⁴

Edgar Rodrigues ressalta que a Confederação Operária Brasileira era constituída por federações locais ou estaduais de indústria ou de ofício ou por sindicatos isolados em lugares onde não houvesse federações. Toda organização confederada teria um delegado por sindicato, assim como os sindicatos isolados. Não poderiam fazer parte da confederação os sindicatos formados por trabalhadores assalariados, que tivessem como base principal a resistência. Ainda, a confederação não poderia fazer parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas. Cada sindicato contribuiria para as despesas, com pagamento de uma cota mensal por cada um de seus membros. Como capital federal, o Rio de Janeiro foi escolhido para a sede da Comissão.

Preocupados com a propaganda, os membros de confederação propuseram-se a escolher uma comissão para redigir um jornal, que deveria conter: informações sobre associações e o movimento operário; avisos e convocações; e artigos redigidos de acordo com os assuntos das bases sindicais. A redação do jornal receberia anualmente o parecer do Congresso.

A respeito de disposições gerais, estabeleceu-se que a Comissão Federal deveria abrir um *referendum* anual sobre a data e a sede do Congresso. Este deveria apresentar anualmente relatórios dos trabalhos à Comissão Federal. Após a análise dos relatórios, no prazo de dois meses, a Comissão Federal publicaria uma circular, com a data, o lugar e os temas propostos.¹⁰⁵

O jornal *A voz do trabalhador* foi fundado por resolução do Congresso e iniciou-se em 1º de fevereiro de 1908, sob a orientação de Manuel Moscoso, um militante libertário.

As primeiras organizações que aderiram à Central Operária foram as seguintes: União dos operários das Pedreiras, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral e Centro dos Operários Marmoristas, União dos Operários Estivadores, Centro dos Empregados em Ferrovias, União dos Chapeleiros, União dos Operários Corrieiros e Artes Correlativas, Liga Operária Italiana, Liga dos Artistas Alfaiates, União

¹⁰⁴ Idem, pp. 115 -118.

¹⁰⁵ Idem, p.119.

dos Carpinteiros e Artes Correlativas, União dos Manipuladores de Tabaco, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, Centro dos Operários do Jardim Botânico, Liga das Artes Gráficas, União dos Maquinistas Terrestres, Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais, União dos Recebedores em Ferrocarris, Sociedade de Classe dos Marceneiros, Sociedade Protetora dos Operários Funileiros, Bombeiros e Gasistas, União Operária do Engenho de Dentro, Centro Internacional do Pintores, todas do Rio de Janeiro, Federação Operária, União dos Trabalhadores Gráficos, União Operária de Ribeirão Preto, Liga Operária de Campinas, União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas, União dos Artistas Sapateiros, Sociedade Internacional dos Operários, todos de São Paulo e Santos; União Operária Alagoana, do Ceará, Federação Socialista Baiana, Centro Operário de Campos, Centro Operário Fluminense, ambos do Estado do Rio de Janeiro; União Operária, do Rio Grande do Sul; Junta Auxiliadora dos Operários (Nova Lima), Centro das Classes Operárias (Juiz de Fora), ambas do Estado de Minas Gerais.¹⁰⁶

O 1º Congresso Operário aconselhou o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica sem abandonar a defesa dos direitos políticos, e aconselhou também que todas as associações adotassem o nome de Sindicato. O 1º Congresso Operário Brasileiro terminou com a vitória de um sindicalismo revolucionário, demonstrando que o trabalhador não pensava somente em satisfazer suas necessidades básicas do estômago, foi discutida também a questão social e assim triunfava a concepção anarquista do sindicalismo.¹⁰⁷

No movimento operário do Brasil integravam-se militantes de diversos países, que aqui viviam e trabalhavam, mas que também mantinham intercâmbio principalmente com os países da América Latina e da Europa. As Federações Operárias do Brasil sustentavam vínculos com organizações operárias nacionais e internacionais, por meio da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), com sede na França.¹⁰⁸

O sindicalismo revolucionário procurava assegurar uma vida social progressiva de bem-estar, moral e justiça, capaz de criar em cada indivíduo uma ideologia libertária e de solidariedade humanista universal. O sindicalismo comportava todos os órgãos necessários à vida, todos os meios que contemplavam o bem-estar social, formando uma

¹⁰⁶ Idem, pp. 119 -120.

¹⁰⁷ Idem, p. 132.

¹⁰⁸ Idem, p. 135.

unidade de resistência, que “se criou com a pressão natural das condições da vida, das necessidades econômicas, familiares, artísticas, científicas e morais, da coordenação e da solidariedade humana.”¹⁰⁹

O segundo e o terceiro Congresso Operário ocorreram em 1913 e 1920 e tentavam reavivar a Confederação Operária Brasileira. Épocas em que o governo brasileiro já procurava controlar o movimento sindical.

As greves eram decretadas seguidamente em combate aos chamados sindicatos amarelos, isto é, “pelegos” os que eram subordinados ao governo. Em 1917, em São Paulo a greve iniciada numa fábrica de tecidos foi aderida por todo setor têxtil, e pelas demais categorias. A paralisação foi total e o número de grevistas passou de 2.000 para 45.000 pessoas.

A repressão à greve, por parte do governo, levou alguns grevistas à morte. Mesmo assim elas se expandiam por aumento salarial e melhores condições de trabalho, entre 1918 e 1920 no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Bahia e outras localidades brasileiras.

Movimento Sindical no Brasil

Em 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com medidas de regulamentação que de um lado oficializavam o sindicalismo e protegiam o trabalhador. E, de outro lado, controlavam a instituição sindical dos operários e patrões.

Fruto de uma classe dominante o Estado varguista procurou num primeiro momento o movimento operário sindical com a criação do Ministério do Trabalho, que objetivava elaborar uma política sindical visando a conter a classe operária dentro dos limites estabelecidos pelo Estado e para formular uma política de conciliação entre o capital e o trabalho.

¹⁰⁹ Idem, p.138.

Boris Fausto avalia que os anos 30 foram cruciais para o futuro do sindicalismo brasileiro, ao se tratar do movimento associativo operário, significou um rompimento com o passado e as mudanças afetaram a natureza da organização sindical. As mudanças não resultaram de uma evolução normal do sindicalismo, como aumento de aderentes ou maiores influências, elas foram provocadas fora do movimento sindical, isto é resultado de uma ação governamental no âmbito profissional e do movimento associativo.

Diferente dos demais países capitalistas desenvolvidos, no Brasil, o reconhecimento do sindicato, a implantação e a formação de um sindicalismo de massas foi resultado de ação de outros grupos políticos, que controlavam a ação sindical e impuseram ao patronato como único representante legal dos trabalhadores. O sindicato se transformou numa associação que para existência e desenvolvimento independem do apoio prestado pelos trabalhadores. O processo de oficialização do sindicalismo brasileiro desenvolve-se ao logo da década de 1930, com a vitória da Aliança Liberal e ascensão de Vargas.

Na década de 30, os rumos futuros do sindicalismo no País, bem como do padrão de relacionamento entre as classes passa de liberal para intervencionista. A concepção seria a de que os poderes públicos deveriam regulamentar as relações entre os trabalhadores e os empresários, estabelecer as modalidades associativas profissionais, selecionar os conflitos entre as partes, criar uma legislação de proteção ao trabalhador, e assim não ficando às margens dos conflitos industriais e das questões sociais, conforme Fausto.¹¹⁰

Em 1931 foram criados os pilares do sindicalismo no Brasil, através do Decreto 19.770, que estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos e proibia que os operários utilizassem durante as greves e também definia o sindicato como um órgão de cooperação e colaboração com o Estado. Esse decreto proibia o desenvolvimento das atividades políticas e ideológicas dentro do sindicato e também a associação a sindicatos internacionais. Limitava a participação dos operários estrangeiros e proibia a associação dos funcionários públicos aos sindicatos. Tendo como o exemplo do fascismo italiano – o decreto também garantia um sindicato único por categoria.

A nova lei da sindicalização foi rejeitada por 75% dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As leis trabalhistas, que eram limitadas a

¹¹⁰ FAUSTO, op. cit., pp. 603-605.

algumas categorias como os ferroviários e portuários, foram expandidas. Conquistaram a jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores.

Nessa ocasião, no Brasil, predominava a tendência anarco-sindicalista que conseguiu organizar a Federação Operária de São Paulo. Os socialistas criaram a Coligação dos Sindicatos Proletários em 1934. E os comunistas, nesse mesmo ano, criaram a Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo. Dessa forma crescia a mobilização dos trabalhadores que estabeleceram em março de 1935 a Aliança Nacional Libertadora.

No dia 4 de abril de 1935, após o Primeiro Comício da ANL - Aliança Nacional Libertadora —, foi decretada a Lei de Segurança Nacional, que significou uma grande derrota e perda de autonomia do movimento sindical e operário no Brasil, intensificando-se as associações abertas.¹¹¹

Em 1937, após o Estado Novo, institucionalizaram-se os sindicatos, como órgãos quase oficiais e integrados ao Estado, embora continuassem como associações voluntárias, sem a obrigatoriedade de adesão dos trabalhadores.¹¹²

Em 1939, foi promulgado o Decreto-Lei 1.402, que instituiu o enquadramento sindical em que as categorias seriam reconhecidas somente mediante a aprovação do Ministério do Trabalho. No mesmo ano foi criado o imposto sindical – pagamento de um dia de trabalho por ano, por todos os assalariados. Esse imposto tornou-se uma fonte financeira para a manutenção dos dirigentes – “amarelos” ou pelegos. Com a criação do imposto sindical foram proporcionadas condições financeiras para que os sindicatos se transformassem em órgãos de lutas de classes e prestadores de assistencialismo social, função do Estado e não dos sindicatos operários. Assim foi constituída a estrutura sindical brasileira subordinada ao Estado.

A estrutura predominante não permitia a criação de organismos sindicais horizontais, como a Central Sindical, que apesar de rígida, as organizações autônomas surgiram dessa estrutura.

¹¹¹ ANTUNES, op cit., p. 62.

¹¹² FAUSTO, op. cit., p. 606.

As lutas sindicais ressurgiram no período 1945-1964, e com elas as seguintes tendências: uma que temia o projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas; outra que era liderada pelo PCB, alinhado ao nacionalismo de Vargas; e uma terceira, nacional e popular. Todas essas tendências estavam interessadas em lutar pela liberdade democrática, pela anistia ampla e irrestrita aos presos políticos, pela legalização do partido comunista brasileiro e por eleições presidenciais e à Assembléia Constituinte.¹¹³

Em 1945, com a queda de Vargas, foi criado o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), que rompia com a estrutura vertical dos sindicatos. Em 1946, com o avanço da lutas e o fortalecimento das unidades sindicais – foi instituída a Confederação Geral dos Trabalhadores. Com Getúlio Vargas no poder havia o avanço as classes operárias. O direito de greve foi assegurado aos trabalhadores pela Constituição de 1946, através do Decreto 9.070, de 15 de março de 1946, assinado pelo presidente Dutra. No último ano do governo de Vargas e no início dos anos 50, o movimento sindical atingiu uma grande dimensão. Nas greves, a participação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) era intensa e tornava a liderança cada vez mais significativa.¹¹⁴

A criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) deu-se no início dos anos 60, e após várias manifestações grevistas foi realizada o III Congresso Sindical Nacional, que unificou as forças dos trabalhadores brasileiros sob uma única organização nacional, o CGT, que constituído e dirigido por líderes sindicais tinha como objetivo combater o peleguismo das Confederações Nacionais. O CGT visava a aglutinar os sindicatos de Norte a Nordeste do País.

As greves ocorriam rapidamente. Em 1963, 700.000 operários em greve conseguiram 80% de aumento para todos os trabalhadores, além de forçar o diálogo dos patrões com as diversas categorias operárias representadas pelo Pacto de Ação Conjunta (PAC). Com o golpe de 1964, toda a liderança operária foi esmagada e cerca de 1.800 delegados sindicais metalúrgicos de São Paulo foram denunciados à polícia e perderam seus empregos. Foi criada também a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), assim se iniciando os Sindicatos Rurais.¹¹⁵

¹¹³ ANTUNES, op. cit., pp. 64-65.

¹¹⁴ Idem, pp.66-67.

¹¹⁵ Idem, p. 72.

Foi no período de 1945-1964 que o movimento operário atingiu maior amplitude. O sindicalismo mantinha a sua tendência corporativista.

Em 1968, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco enfatizava a necessidade da criação das comissões de fábricas. Neste mesmo ano foi realizada uma greve geral e o Ministério do Trabalho declarou sua ilegalidade, determinando a intervenção no sindicato. Após a derrota de 68, foram desestruturadas as demais possibilidades de manutenção de greve.

Os sindicatos enfraquecidos ressurgiram com uma nova roupagem na década de 70; as comissões de fábricas pleiteavam ações imediatas, como reposição salarial e melhores condições de trabalho. Essas comissões adquiriram legitimidade e se espalharam por todas as regiões do País. Nasceu então um sindicalismo independente do Estado, oriundo das comissões improvisadas nas portas das fábricas. Foi nessa época que o torneiro-mecânico, Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, obteve expressão e tornou-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, assumindo o posto das principais lideranças brasileiras.¹¹⁶

Em 1978, em Osasco, as máquinas voltam a parar e os operários entram em cena novamente. Trata-se do início das grandes mobilizações nas fábricas e nos sindicatos visando à reposição salarial. Para os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Diadema, a paralisação já estava prevista há anos, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que contava com a solidariedade dos sindicatos de todo o país. Dessa forma, voltavam à tona as lideranças sindicais e o movimento operário, desde a organização nas bases até a luta democrática em todos os níveis: social, econômico e político.¹¹⁷

Sindicalismo e estrutura sindical na atualidade

De acordo com Ramalho, a força do movimento sindical acumulada nos anos 70 e 80 proporcionou ao sindicato brasileiro, nos anos 90, o reconhecimento do papel de ator político importante. “Essa legitimidade foi construída nas lutas sindicais contra o governo

¹¹⁶ POLO, op cit., p. 90.

¹¹⁷ ANTUNES, op. cit., pp. 55 a 87.

militar pós-64, nas greves regionais e nacionais e serviu como base nos diversos processos de negociação estabelecidos com o empresariado em anos recentes.”¹¹⁸

Surge um novo sindicalismo estruturado a partir dos trabalhadores do ABC. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) conseguia representar a insatisfação dos setores dos trabalhadores mais organizados como o fracasso dos planos econômicos. Ramalho ressalta que isso se deu pelo fato de a CUT ter se apoiado nas campanhas por reposição salarial, com um grande número de sindicatos de categorias importantes, como as dos metalúrgicos, bancários, químicos e outros.

As principais características desse sindicalismo são crítica à estrutura sindical e a defesa da livre negociação entre patrões e empregados, sem a ingerência do Estado; o afastamento do poder público da esfera das relações de trabalho, e, ao nível de organização, uma prática militante de base, buscando fortalecer o sindicato a partir das fábricas.¹¹⁹

Para Andreia Galvão, a ambiguidade da CUT expressa o contraste entre posições distintas, adotando um discurso mais ofensivo que na prática, e assim adotando um viés propositivo. “O sindicalismo propositivo caracteriza-se por priorizar a ação institucional, em detrimento do trabalho de organização e mobilização das bases, e por negociar de maneira ‘realista’, sem se confrontar com os elementos das propostas apresentadas pelo governo e pelo patronato.”¹²⁰

Ainda de acordo com Andreia Galvão, na década de 30, a unicidade sindical, impostos sindicais e o poder normativo da Justiça do Trabalho eram vistos como mecanismo de controle dos trabalhadores e de redução dos conflitos capital x trabalho. Até os anos 80, os representantes patronais não se manifestavam de forma crítica ante a estrutura sindical vigente e foram contra a unicidade sindical na Constituição de 1988. Porém, com a posse do governo Collor, algumas lideranças passaram a mostrar as contradições entre corporativismo e democracia e discursando favoráveis ao pluralismo. As associações patronais e os sindicatos da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT, futura CUT) foram contra a reforma do ministro do Trabalho Almir

¹¹⁸ RAMALHO, José Ricardo. Precarização do Trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil, in ANTUNES, Ricardo (org.), *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 98.

¹¹⁹ Idem, pp. 98-99.

¹²⁰ GALVÃO, op. cit., p. 89.

Pazzianoto, ao porem em votação a Convenção 87 da OIT – que estabelecia a liberdade sindical, pois instauraria o pluralismo sindical e levaria à perda do imposto sindical.¹²¹

Conforme Azizeh Polo, a década de 80 foi marcada pelo aumento do poder de barganha do governo com o Estado no que se referiu ao estabelecimento de normas salariais, e com os empresários na conquista por reajuste acima do percentual previsto na lei.

Na década de 90 a CUT – Central Única dos Trabalhadores perde poder e glória e entra em cena a Força Sindical, que assume o papel em função de sua estratégia de aliança e apoio à política do governo de Fernando Collor de Melo, e depois de Fernando Henrique Cardoso. A Força Sindical atuou fortemente junto ao governo de Fernando Henrique Cardoso e ao Parlamento, formulando leis e projetos para flexibilização do mercado de trabalho no período de 1995 a 1999.

A década de 90 também alterou as relações de poder e conquista do sindicalismo, momento em que se assistiu ao elevado aumento de desemprego devido às privatizações, fusões e aquisições de empresas nacionais e internacionais. Os sindicatos perdiam o seu poder de influência nas negociações e no cenário econômico devido à política do governo, que priorizava o controle da inflação com a comunicação de que seria possível aumentar o emprego através das alterações nas regras de contratação e de demissão.¹²²

A estrutura sindical, de acordo com o princípio confederativo, é composta por sindicatos, federações e confederações. O sindicato é a base dessa estrutura. Não há hierarquia nessa estrutura, mas uma relação de coordenação entre os três entes. O sindicato tem autonomia para realizar as atividades que são necessárias para o bom cumprimento do seu papel perante os seus representantes.

Hinz ressalta que, de acordo com o artigo 534 da CLT, se houver sindicatos interessados, eles poderão organizar uma federação representativa da categoria por eles constituída. O papel da federação será o de coordenar as atividades dessas entidades visando a melhor alcançar os objetivos comuns. E as confederações são formadas por várias federações, mas o sindicato não pode se filiar a uma confederação.

¹²¹ Idem, pp.104 -105.

¹²² POLO, op. cit., pp. 112-115.

Os empregados e empregadores podem se organizar em entidades sindicais, que serão os sujeitos das relações coletivas do trabalho. “Assim, os sindicatos são a organização de pessoas físicas ou jurídicas com vistas na prática das relações coletivas do trabalho.”¹²³

Os sindicatos têm a finalidade de praticar as relações coletivas do trabalho, não se restringindo somente a esse papel, mas também são significativas as atuações sociais e assistenciais nas entidades profissionais.

Em recente decisão, que teve por relator o Ministro Carlos Velloso, nos autos do processo de Recurso Extraordinário n.210.029, o Plenário do eg, STF decidiu que os sindicatos podem defender qualquer direito do trabalhador, em âmbito individual ou coletivo dando interpretação ampla ao disposto no art.8º, III, da Constituição Federal, pondo fim à longa dissidência doutrinária e jurisprudencial sobre a questão.¹²⁴

Os empregados entendem que se unindo teriam mais oportunidades de terem seus pleitos atendidos, principalmente em ocasiões de greves. Dessa mesma forma, os sindicatos unidos a outros representantes da mesma categoria, porém de outras bases territoriais, terão maior poder de pressão sobre a categoria oposta. Com o objetivo de defender os interesses da categoria, os sindicatos poderão dividir os custos e contratar melhores serviços de assessoria jurídica, econômica e estratégica. Os sindicatos dos empregados têm um papel reivindicativo e as entidades patronais têm o objetivo de frear as reivindicações, isto é, defendem-se das pretensões dos empregados que estão reunidos em sindicatos. As empresas, através das convenções coletivas, padronizam seus custos de produção, como piso normativo, percentual de remuneração de horas extras, evitando a concorrência predatória entre as empresas da mesma base territorial.

Hinz elucida que uma federação não é hierarquicamente superior a um sindicato, e nem uma confederação é superior às federações e sindicatos. O papel é coordenar as entidades inferiores, por exemplo, federação, sindicato e confederação, federações. Os sindicatos passam cumprir o que é deliberado pela federação, por decisão espontânea vinda das próprias assembleias gerais, com vistas na padronização de atuação e não por

¹²³ HINZ, op. cit., p. 32.

¹²⁴ Idem.

obrigação. Pode ocorrer que um sindicato filiado a uma federação não siga os parâmetros propostos por ela.

As centrais sindicais são reconhecidas formalmente como entidades associativas ligadas à atividade sindical, através da Lei n. 11.648, de 31 de março de 2008. O modelo sindical brasileiro é confederativo, fundado no princípio da unicidade sindical, e sendo assim não há espaço para as centrais sindicais como entidades sindicais *stricto sensu*.¹²⁵

As entidades sindicais defendem interesses de terceiros, os que são legalmente representados ou associados, como também os seus próprios interesses. A importância da manifestação dos interesses dos trabalhadores e empregados na formação da vontade do sindicato, no ato de sua criação com a fixação das categorias e base territorial, como também autoimpor contribuições para o custeio das entidades sindicais pertencentes ao sistema federativo, é ressaltada na Constituição Federal de 1988.¹²⁶

As entidades sindicais necessitam de recursos financeiros para realizar suas atividades conforme o modelo jurídico pátrio e são várias as fontes de receitas. A contribuição sindical é a única fonte que possui previsão legal expressa para sua cobrança, conforme arts. 578 a 610 da CLT. A forma e o prazo de recolhimento da contribuição sindical estão estabelecidos nos artigos 582 a 588 da CLT. Os recolhimentos devem ser feitos na Caixa Econômica Federal, numa guia específica onde consta o código da entidade sindical. A contribuição sindical patronal e feita pelo empregador sempre no mês de janeiro de cada ano. Também são de responsabilidade dos empregadores o desconto e o recolhimento das contribuições sindicais devidas pelos empregados, no mês de março de cada ano, conforme arts. 589 e 591 da CLT. A arrecadação das contribuições é dividida entre sindicato, federação, confederação e Ministério do Trabalho. A contribuição que cabe aos empregados corresponde a um dia de trabalho, independentemente da sua forma de remuneração. Para os empregadores, o valor corresponde a uma importância proporcional do capital social da firma ou empresa registrado na Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante aplicação de alíquotas, conforme tabela a seguir. Para Hinz¹²⁷:

¹²⁵ Idem, p. 38.

¹²⁶ Idem, p. 57.

¹²⁷ Idem, pp. 71-76.

Tabela – 5 Alíquota Sindical – MVR

Capital Social	Alíquota (%)
I – Até 150 MVR	0,8
II – Acima de 150 até 1.500 vezes o MVR	0,2
III – Acima de 1.500 até 150.000 vezes o MVR	0,1
IV – Acima de 150.000 até 800.000 vezes o MVR	0,02

Fonte: Hinz, op. cit., p.76.

Vale ressaltar que do valor arrecadado, 60% vão para os sindicatos, 20% ficam com o Ministério do Trabalho para uma conta especial de um fundo aplicado em políticas voltadas para os trabalhadores, 15% são destinados às federações representativas do grupo econômico e 5% são destinados às confederações.¹²⁸

Tabela 6. Contribuição Sindical em Reais

Capital Social	Alíquota (%)	Parcela a adicionar à contribuição sindical calculada
1. De R\$0,01 a R\$1.425,62	Contribuição mínima	R\$11,40
2. De R\$1.452,63 a R\$2.851,25	0,8	-
3. De R\$2.851,26 até R\$28.512,45	0,2	R\$17,11
4. De R\$ 28.512,45 até R\$ 2.851.245,00	0,1	R\$45,62
5. De R\$2.851.245,01 até R\$15.206.640,00	0,02	R\$2.326,62
6. De R\$15.206.640,01 em diante	Contribuição máxima	R\$5.367,95

Fonte: Idem, p.77.

¹²⁸ http://www.cspb.org.br/UserFiles/File/Plano_Nacional_de_Organizacao_Sindical.doc, acesso em 14 de setembro de 2009.

Para se calcular a contribuição sindical, dever-se-ia primeiro enquadrar o capital social na “classe de capital” correspondente, multiplicar o capital social pela alíquota correspondente à linha em que for enquadrado o capital e adicionar ao resultado encontrado o valor constante da coluna “parcela a adicionar”, relativo à linha do enquadramento do capital.¹²⁹

A contribuição assistencial era estipulada em acordo coletivo do trabalho, convenção coletiva do trabalho ou sentença normativa. Ocorria na época da realização da assembleia-geral extraordinária, que tratava das negociações coletivas, no momento da data-base, tanto para os sindicatos profissionais como para os patronais. O valor devido da contribuição ou taxa assistencial era fixado em termos de percentual sobre o do salário corrigido dos empregados; para o empregador, sobre a faixa de capital social ou sobre o número de empregados. O empregador pagava o valor devido diretamente ao sindicato, e nos casos dos empregados, como a contribuição sindical, o valor era descontado do empregado e repassado para a entidade sindical.¹³⁰

Quanto à contribuição confederativa, seu objetivo era o de promover um meio de sustentação financeira da estrutura confederativa sindical pátria. Era instituída em assembléia-geral sindical. A contribuição associativa, por sua vez, tratava-se de uma contribuição mensal do empregado ou empregador que quisesse realizar um trabalho mais dedicado à sua entidade sindical ou realizar serviços destinados somente aos sócios, e para tanto havia a necessidade de associação ou filiação voluntária e de cumprimento aos requisitos dos estatutos sindicais. Os valores eram estabelecidos nos estatutos sociais e no art. 545 da CLT.¹³¹

Para ter acesso aos resultados das negociações coletivas obtidas, o trabalhador brasileiro não precisa ser associado ou filiado a um sindicato, porém o trabalhador filiado tem o direito de usufruir dos benefícios que os sindicatos propõem, como dos serviços assistenciais, das colônias de férias, entre outros.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem, p. 78.

¹³¹ Idem, p. 79.

A Legislação Trabalhista no Brasil e o Sindicato

Por meio do Decreto de 26 de novembro de 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para tratar dos problemas trabalhistas, dos do comércio e da indústria no sentido de regulamentação das atividades operárias, como também patronais. Com isso o controle das classes operárias e da classe empresarial estava em poder do governo. Antes de 1930, já existiam iniciativas por parte do governo para elaboração de leis de proteção ao trabalhador. Pode-se exemplificar com a lei de amparo aos operários vítimas de acidente de trabalho de 1919, a Lei Elói Chaves de 1923, que instituía caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários. e a lei voltada para o trabalho do menor.

Foi durante o governo provisório de Getúlio Vargas que vários decretos foram estabelecidos bem como um conjunto de leis de proteção aos operários, de regulamentação do trabalho abrangendo os diversos aspectos da vida fabril das diversas categorias profissionais. Como exemplo, temos os decretos que estabelecem a jornada de trabalho de oito horas, a organização do sistema de previdência social para estivadores, funcionários públicos e comerciários, a proteção do trabalho da mulher e do menor, regulamentação das condições de trabalho para os bancários, para empregados das farmácias, padarias, transporte terrestre, entre outros. A maioria dos decretos foi transformada em leis no período de 1932-34, gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A atuação de Vargas no campo da legislação social correspondeu à aprovação do Decreto 19.700, de 1931, que regularizava a sindicalização dos empregados e empregadores. Para tanto, às associações sindicais era atribuído o direito de defender os direitos dos trabalhadores que exerciam funções idênticas ou similares, direitos estes de interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais. O decreto promulgado durante o governo provisório era o primeiro passo para que o governo pudesse controlar as associações profissionais.

O Departamento Nacional do Trabalho foi criado em 1931 para promover as medidas de previdência social e melhorar as condições de trabalho. Ele possibilitava o direito de fechamento dos sindicatos, das federações ou confederações por seis meses, bem com a destituição da diretoria e dissolução completa da associação.

Para reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho era necessário ter um mínimo de 30 associados maiores de 18 anos, sendo que dois terços deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados. A elaboração de contratos de trabalhos e a manutenção de cooperativas e outros serviços assistenciais eram papéis dos sindicatos.¹³²

Vale ressaltar que o Decreto nº 19.770, em seu art. 9º impunha a unicidade sindical, de forma que reconhecia a classe que reunia o maior numero de associados, e a legislação permitia a possibilidade de formar sindicato por empresa, por indústria e por profissão. A unicidade sindical vigorou até 1934, quando o Decreto nº 24.694 procurou adequar a legislação relativa à organização sindical dos dispositivos da Constituição de 1934.¹³³

¹³² FAUSTO, op.cit., pp. 606 -609.

¹³³ Idem.

IV. EMPREGABILIDADE NO BRASIL: INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Este capítulo retrata os dados oficiais divulgados sobre o mercado de trabalho em fontes como IBGE, CAGED e DIEESE, no período de 2003 a 2006, considerando as principais categorias mencionadas nas matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, objeto deste estudo:

Cada nação possui um contingente de pessoas em condições de participar das atividades de produção social conhecido como População Economicamente Ativa (PEA).¹³⁴ Porém, apenas uma parte da população acaba envolvida com as atividades de produção social – os que estão empregados. A outra parte é identificada pelo desemprego aberto, que corresponde aos trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente, e sem desenvolver qualquer atividade laboral, indica o grau de concorrência no interior do mercado de trabalho em torno do acesso às vagas existentes.¹³⁵

Nas diversas nações, além de haver divergências metodológicas, não há homogeneidade na apuração dos indicadores de desemprego. “Tanto é possível encontrar medidas de desemprego em âmbito nacional, regional, municipal ou metropolitano, como informações produzidas com periodicidade anual, trimestral e mensal.”¹³⁶

Identificar o desemprego no Brasil não é fácil em razão da existência de três metodologias na apuração mensal, considerando as regiões metropolitanas: a PME – Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Recife), a PED – Pesquisa Emprego e Desemprego, realizada pelo DIEESE em cooperação com a Fundação SEAD_ ambas procuram medir o desemprego em seis regiões metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Distrito Federal, Belo Horizonte e Recife), e o SINE, que realiza uma pesquisa mensal de ocupação e desocupação na região metropolitana de Fortaleza.

¹³⁴ POCHMANN, op. cit., p. 78.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem, p. 79.

No plano nacional, a identificação e medição do desemprego fica ao encargo do censo demográfico, gerado a cada dez anos, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente, ambas sob responsabilidade da Fundação IBGE.¹³⁷

Com relação à empregabilidade, de forma sutil serão mencionadas as ações implantadas de acordo com a política pública de trabalho do governo Lula.

Definir empregabilidade não é tarefa tão simples, por haver na literatura várias definições que a concebem tanto como o puro e simples acúmulo de qualificações, quanto como a capacidade de se empregar, independentemente se o significado for de diferentes empregos, funções e conhecimento em um curto espaço de tempo¹³⁸.

Na concepção de Pastore,

O avanço tecnológico e as novas formas de produzir tendem a qualificar a força de trabalho e não desqualificá-la. Isso vale para a maioria das atividades e tem muito a ver com o emprego. A empregabilidade é exatamente essa capacidade de se adaptar às mudanças, aprender continuamente, usar o bom senso, ter lógica de raciocínio, ser versátil, sobretudo, ser capaz de transferir conhecimento de uma área para outra.¹³⁹

A avaliação das flutuações das tendências no mercado de trabalho é medida através de indicadores mensais sobre a força de trabalho, realizada pela Pesquisa de Mensal de Emprego – PME, que abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A PME é feita por uma amostra probabilística de domicílios, planejada para garantir a representatividade dos resultados nos níveis geográficos onde ela é produzida¹⁴⁰.

Para um melhor entendimento dos índices, segue-se uma descrição das principais estimativas e indicadores mencionados na PME _ Pesquisa Mensal de Empregos realizada pelo IBGE.

¹³⁷ Idem, p.100.

¹³⁸ SERRANO, *op. cit.*

¹³⁹ PASTORE, José. *O Desemprego tem Cura?* p. 266.

¹⁴⁰ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão _ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística _ IBGE. Pesquisa Mensal de Empregos, vol. 23.

Os resultados da PME são retratados por períodos previamente definidos, chamados períodos de referência, a saber: semana de referência _ semana de domingo a sábado, que precede a semana definida para entrevistas nos domicílios, com a data de referência e a data do último dia da semana de referência. Período de referência de 30 dias _ é o período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Período de referência de 365 dias_ é o que finaliza no último dia da semana em referência. Mês de referência_ é o mês anterior ao de quatro semanas de referência que compõe a pesquisa.

A PME considera a população ocupada na semana de referência: as pessoas que exerceram algum trabalho, remunerado ou não, durante pelo menos uma hora completa, ou tiveram trabalho remunerado e estão temporariamente afastadas na semana de referência. E população desocupada compreende as pessoas sem trabalho na semana de referência, que estavam disponíveis e que procuraram e não encontraram nada após terem saído do emprego no período de referência de 30 dias.

População Economicamente Ativa: é a soma das pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência. E a população não-economicamente ativa é constituída por pessoas em idade ativa que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas na semana de referência.

Considerando a condição de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, que produzem estimativas e indicadores, a Pesquisa Mensal de Emprego as classifica em economicamente ativas e em não-economicamente ativas, a saber:

O número de pessoas em atividade _ compreende as de 10 anos ou mais de idade na semana de referência. E o número de pessoas economicamente ativas (PEA) são as pessoas ocupadas na semana de referência, e as desocupadas são as que procuram trabalho no período de referência de 30 dias. O número de pessoas ocupadas são as que exerceram um trabalho remunerado (em dinheiro, mercadorias ou benefícios) ou sem remuneração, por conta própria ou para um empregador, durante pelo menos uma hora na semana de referência.

Número de pessoas desocupadas _ a pesquisa compreende as pessoas que não trabalharam na semana de referência, procuraram emprego num período de 30 dias e estavam disponíveis para assumir um trabalho naquela semana.

O PNEA - Número de Pessoas Não-Economicamente Ativas_ compreende as pessoas que não trabalharam nem procuram emprego no mês de referência _ 30 dias.

A taxa de atividade - refere-se ao percentual de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas de 10 anos ou mais de idade na semana da pesquisa.

O percentual de pessoas ocupadas é a relação entre o número de pessoas ocupadas e o total de pessoas de 10 anos ou mais na mesma semana de referência.

O percentual de pessoas desocupadas é a relação entre o número de pessoas que não trabalharam na semana de referência, procuraram emprego e estavam disponíveis para assumir um trabalho, e o total de pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Em novembro de 2002 a PME passou a considerar desempregado quem procurou emprego até um mês antes de responder à pesquisa.

Quanto ao significado de desempregado como referencial metodológico no Brasil, considera-se que:

(...) desempregado é quem procurou uma vaga nos 30 dias antes de responder ao questionário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e não teve nenhum trabalho remunerado no período de sete dias.

Uma vez por mês, os pesquisadores do IBGE visitam cerca de 38.500 domicílios nas seis principais regiões metropolitanas do País _Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, levam em conta a população acima de dez anos de idade e fazem as projeções.

Quem não procurou emprego ou fez algum bico na semana anterior à pesquisa não conta como desempregado na PME (Pesquisa Mensal de Emprego).

A PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), feita pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos), mede também o "desemprego oculto", incluindo nas estatísticas até quem procurou emprego nos 12 meses anteriores à pesquisa, quem teve algum trabalho precário ou trabalhou sem remuneração. Mas os dados estão limitados a uma amostra de 3.000 domicílios na região metropolitana de São Paulo.¹⁴¹

¹⁴¹ Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 27/7/2006, editoria Brasil, p. A9.

TABELA 7 - Estimativa da população economicamente ativa (PEA) e taxa de desemprego - RM e Distrito Federal 2003-2006 (em 1.000 pessoas)

São Paulo					
	2002	2003	2004	2005	2006
PEA	9619	9770	9941	10038	10075
Ocupados	7791	7826	8082	8342	8483
Desempregados	1828	1944	1859	1696	1592
Taxa de desemprego (em %)	19.0	19.9	18.7	16.9	15.8

Salvador					
	2002	2003	2004	2005	2006
PEA	1611	1671	1692	1717	1749
Ocupados	1171	1203	1261	1298	1336
Desempregados	440	468	431	419	413
Taxa de desemprego (em %)	27.3	28.0	25.5	24.4	23.6

Porto Alegre					
	2002	2003	2004	2005	2006
PEA	1736	1771	1807	1835	1855
Ocupados	1470	1475	1520	1569	1590
Desempregados	266	296	287	266	265
Taxa de desemprego (em %)	15.3	16.7	15.9	14.5	14.3

Belo Horizonte					
	2002	2003	2004	2005	2006
PEA	2166	2285	2359	2391	2476
Ocupados	1774	1828	1904	1992	2134
Desempregados	392	457	455	399	342
Taxa de desemprego (em %)	18.1	20.0	19.3	16.7	13.8

Recife					
	2002	2003	2004	2005	2006
PEA	1523	1539	1550	1536	1593
Ocupados	1214	1182	1192	1193	1254
Desempregados	309	357	358	343	339
Taxa de desemprego (em %)	20.3	23.2	23.1	22.3	21.3

Distrito Federal					
	2002	2003	2004	2005	2006
PEA	1090	1126	1163	1203	1245
Ocupados	864	869	920	975	1011
Desempregados	226	257	243	228	234
Taxa de desemprego (em %)	20.7	22.9	20.9	19.0	18.8

Fonte: DIEESE/Seade, TEM/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Nota: (1) População Economicamente Ativa (PEA) é a soma de ocupados e desempregados.

Dados ajustados pela autora

Salário Mínimo

De acordo com o DIEESE, o salário mínimo necessário é uma estimativa feita a partir de preços que indicam o menor salário que deveria ser recebido pelo trabalhador para satisfazer as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, considerando dois adultos e duas crianças.

A *Folha de S.Paulo* divulgou em 30/4/2006, que sob o comando do governo Lula o salário mínimo subiu, o desemprego diminuiu e aumentou a contratação com carteira assinada:

O aumento real do salário mínimo foi de 25,32% de 2003 a 2006, segundo o Dieese. No primeiro mandato de FHC (1995-1998), o salário mínimo encolheu, com uma queda real de 2,40%. Entre 1999 e 2002, segundo mandato do governo tucano, voltou a crescer _ nesse período o ganho real foi de 20,56%. Quem ganhava salário mínimo precisava trabalhar 158 horas e 45 minutos em março de 2002 para comprar uma cesta básica em São Paulo. Em março de 2006, o trabalhador precisou de 130 horas.¹⁴²

Em 2003, o salário mínimo passou de R\$200,00 para R\$ 240,00, teve um aumento de 20%, e nesse período a inflação medida pelo INPC _ Índice Nacional de Preços ao Consumidor_ foi de 18,54%. Em 2004, o salário mínimo foi reajustado em 8,33%, passando de R\$240,00 para R\$260,00, e a inflação medida pelo INPC no período foi de 7,06%. Em maio de 2005, o salário mínimo foi reajustado em 15,38%, passando de R\$260,00 para R\$300,00, e no mesmo período a inflação acumulada foi de 6,61%. No último ano do primeiro mandato do governo Lula, o salário mínimo foi reajustado em 16,67%, passando para R\$350,00, e a inflação medida pelo INPC acumulado no período foi de 3.21%.¹⁴³

¹⁴²Idem, em 30/4/2006, editoria Dinheiro, p. B6.

¹⁴³ DIEESE – nota técnica sobre salário mínimo.

TABELA 8- Evolução do salário mínimo no período de 2003 a 2006

Período	Salário Mínimo - R\$	% Reajuste	% INPC	Reajuste Real
Abril 2002	R\$200,00			
Abril 2003	R\$240,00	20%	18,54	1,23%
Mai 2004	R\$260,00	8,33%	7,06	1,19%
Mai 2005	R\$300,00	15,38	6,61	8,23%
Abril 2006	R\$350,00	16,67	3,21	13,04
Total		75%	39,64%	25,32%

Fonte: Elaboração Dieese.

São Paulo é considerado o município com a cesta básica mais cara do País. Segue-se tabela ilustrativa comparando o percentual de salário mínimo para aquisição da cesta básica, bem como a quantidade de horas necessárias de trabalho para adquiri-la.

TABELA 9 –Relação entre salário mínimo e cesta básica no município de São Paulo de 1990 a 2006

ANO	Cesta Básica x Salário Mínimo (em %)	Jornada de Trabalho Necessária
1990	92,42	203h19min
1991	77,79	164h32min
1992	85,56	188h14min
1993	78,07	171h46min
1994	102,35	225h10min
1995	99,69	219h18min
1996	88,08	180h22min
1997	81,32	178h56min
1998	81,98	180h22min
1999	79,86	175h42min
2000	78,47	172h38min
2001	73,51	161h04min
2002	70,53	155h10min
2003	73,20	161h04min
2004	68,09	149h48min
2005	62,60	137h43min
2006	52,67	115h53min

Fonte: Dieese - Tabela ajustada pela autora.

Tabela 10. Taxa de Desemprego (1985-2002)

ANO	Taxa de desemprego anual em % medida em SP	Taxa de desemprego anual – IBGE em % medida nas seis regiões metropolitanas	Varição do PIB em % sobre o ano anterior
1985	12,2	5,3	7,85
1989	8,7	4,3	(-4,35)
1992	15,2	4,6	4,22
1995	13,2	7,6	0,13
1999	19,3	7,1	4,36
2002	19	7,3	1,5

Fonte: Dieese - Elaborada pela autora.

Alguns dos motivos relatados pela *Folha* sobre o aumento do desemprego: o governo vai cortar os gastos e investir menos; o mercado externo fica mais restrito para as empresas brasileiras, sem expandir a produção; e as exportações, com a meta de criar 10 milhões de empregos, fica comprometida.

Em 16/2/2003, a *Folha* divulgou na editoria Dinheiro, a taxa de desemprego anual em SP, medida pelo Dieese, e a taxa de desemprego medida nas seis principais capitais do País, de acordo com o IBGE e a variação do PIB no período. Nesse mesmo dia a *Folha* noticiou que Lula enfrentava o maior desemprego da história. Em 27/7 /2003, na editoria da *Folha* e no Caderno Brasil, os repórteres Pedro Soares, Marta Salomon e Mario César Carvalho escreveram sobre a situação do crescimento do desemprego no primeiro semestre do governo Lula, o desencadeamento da crise e os indicadores econômicos no período.

Houve uma retração no mercado de trabalho em 2003, devido à estagnação da economia e ao enfraquecimento do nível de atividade econômica.

As relações do trabalho caminharam para a informalidade, e o emprego estabelecido por lei perdeu espaço para o trabalhado, negociado diretamente com o patrão.

De acordo com o IBGE, o número de trabalhadores informais, com renda e condições de trabalho precárias, apresentou crescimento logo no primeiro ano do mandato do governo Lula.

TABELA 11. PIB e PIB per capita. Crescimento real anual Brasil 1996-2006 (em %)

Ano	Taxa real de variação anual do PIB	Taxa real de variação anual do PIB <i>per capita</i>
1990	-4.3	-5.5
1991	1.0	-0.6
1992	-0.5	-2.2
1993	4.9	3.3
1994	5.9	4.2
1995	4.2	2.6
1996	2.7	1.1
1997	3.3	1.7
1998	0.1	-1.4
1999	0.8	-0.7
2000	4.4	2.8
2001	1.3	-0.2
2002	1.9	0.4
2003	0.5	-0.9
2004	4.9	3.4
2005¹	2.9	1.5
2006¹	3.7	2.3

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais (nova base - ano de referência 2000)

Elaboração: DIEESE

Nota 1: Resultado das Contas Nacionais Trimestrais

Dissertação: SILVA, José Mauro, op. cit., p. 20.

Tabela ajustada pela autora.

Programa Primeiro Emprego

A estratégia do ministro do Trabalho Jaques Wagner era lançar oficialmente o Programa em 1º de maio, Dia do Trabalho, durante o evento na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Porém, por ser tratar de um programa caro, a *Folha* divulgou em 29/4/2003 que o programa devia ser lançado ainda no mês de maio.

O objetivo do governo era evitar que os empregos dos filhos causassem os desempregos dos pais. Ele também pretendia utilizar a estrutura já existente no Brasil para fazer a qualificação dos jovens, e o Primeiro Emprego seria financiado pelos recursos da

União, verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além da renúncia fiscal.¹⁴⁴

De acordo com a *Folha*, o governo pretendia oferecer aos jovens pelo menos quatro opções diferentes, como as descritas a seguir:

Eles poderão receber bolsa de estudo para continuar na escola, conseguir uma ocupação na iniciativa privada, atuar como agente comunitário em ações dos governos federal, estadual, ou municipal, ou ter acesso a programas de microcréditos para montar seu próprio negócio. No caso da iniciativa privada, o governo pretende dar incentivos às empresas que contratarem jovens.¹⁴⁵

Emprego para maiores de 50 anos

Entre 2003 e 2006, o desemprego atingia mais os jovens, enquanto aqueles indivíduos de mais de 50 anos de idade estavam numa situação praticamente de pleno emprego, conforme revelam dados do IBGE.¹⁴⁶

A tabela abaixo mostra a população em idade ativa, distribuída por idade nos anos de 2003 a 2006. A participação da faixa etária com 50 anos ou mais de idade demonstra crescimento em todas as regiões pesquisadas, enquanto a faixa de 18 a 24 anos permanece em declínio no período mencionado.

¹⁴⁴ *Folha de S.Paulo*, 18/3/2003 – Primeiro emprego tentará abafar críticas. Editoria Brasil, p. A. 6.

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ SOARES, Pedro. *Folha de S.Paulo*, 25/9/2003. Mais estudo não garante emprego. Editoria Dinheiro, p. B2.

Tabela 12: Distribuição da População em idade ativa, por regiões metropolitanas, segundo a idade (em %)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
10 a 14 anos							
2003	9,7	10,4	9,3	10,4	8,9	10,0	10,3
2004	9,5	10,2	9,5	10,1	8,9	9,6	9,9
2005	9,2	9,9	9,2	9,7	8,8	9,2	9,7
2006	9,4	10,2	9,4	9,9	8,9	9,5	9,6
15 a 17 anos							
2003	6,4	7,0	7,3	6,7	5,5	6,6	6,3
2004	6,2	6,9	6,9	6,7	5,4	6,4	6,2
2005	6,1	6,6	6,6	6,6	5,4	6,1	6,0
2006	5,9	6,5	6,1	6,3	5,4	5,9	6,1
18 a 24 anos							
2003	15,7	16,6	18,6	17,0	14,0	15,8	15,0
2004	15,4	16,5	18,4	16,8	13,7	15,4	14,7
2005	14,9	16,1	18,4	16,0	13,2	15,1	14,6
2006	14,6	15,5	17,5	15,7	12,9	14,7	14,1
25 a 49 anos							
2003	44,9	44,4	46,4	44,7	43,4	46,0	43,8
2004	44,6	43,8	46,2	44,4	43,2	45,8	43,3
2005	44,6	44,5	45,9	44,8	42,9	45,8	43,5
2006	44,4	44,3	46,3	44,8	42,7	45,4	43,4
50 anos ou mais							
2003	23,3	21,6	18,5	21,3	28,3	21,6	24,6
2004	24,3	22,7	19,1	22,1	28,9	22,8	25,9
2005	25,2	22,9	20,0	23,0	29,8	23,9	26,4
2006	25,7	23,6	20,6	23,5	30,1	24,5	26,8

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

A participação média dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado no total de ocupados passou de 15,5% em 2003 para 14,8% em 2006. Esta redução decorreu do crescimento mais acentuado entre os empregados com carteira de trabalho assinada (13,3%), uma vez que entre 2003 e 2006 o contingente de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado registrou variação de 3,1%.

Outro aspecto a ser considerado a respeito da evolução desta categoria refere-se à mudança na trajetória em 2006 quando se observa em número de pessoas esta forma de

inserção. Como pode ser confirmado na tabela a seguir, o contingente de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado apresentou elevação entre 2003 e 2005 e redução apenas em 2006, quando passou de 3.101 mil, em 2005, para 2.993 mil pessoas, em 2006.

Tabela 13: Número de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, por regiões metropolitanas (em mil pessoas)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	2.902	215	182	260	676	1.364	206
2004	3.058	204	179	284	686	1.491	214
2005	3.101	195	196	267	688	1.528	227
2006	2.993	204	202	277	646	1.439	225

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Jovens no mercado de trabalho

O desemprego leva as famílias mais pobres a introduzirem os jovens no mercado do trabalho. Por questão de sobrevivência, as crianças são obrigadas a completar a renda da família.

Por meio da Lei Federal 10.748, de 22/10/2003, o Ministério do Trabalho e Emprego criou o programa Meu Primeiro Emprego, programa voltado a estudantes recém-formados com a finalidade de contribuir para a geração de oportunidade de emprego para os jovens brasileiros. As principais características do programa são: incentivo financeiro às empresas para gerar emprego para os jovens, incentivo à responsabilidade social das empresas que admitirem jovens, apoio ao empreendedorismo, qualificação direcionada ao emprego formal e ao empreendedorismo, incentivo à aprendizagem, apoio ao estágio e estímulo ao serviço comunitário.¹⁴⁷

Em 2004 o Ministério do Trabalho e Emprego criou o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude – DPJ, com a finalidade de atuar na promoção

¹⁴⁷ BILANCIERI, op. cit., pp. 87-88.

de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda nesse segmento.

As políticas para a juventude em desenvolvimento no Ministério do Trabalho e Emprego obedecem aos princípios que norteiam as ações voltadas à qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra de todos os possíveis beneficiários e beneficiárias do Sistema Público de Emprego.¹⁴⁸

Trabalho escravo

Após mais de 100 anos da assinatura da Lei Áurea, o Brasil ainda convive com os males deixados pela exploração da mão-de-obra escrava. Atualmente a escravidão se manifesta na clandestinidade, marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos.

O governo federal elegeu a erradicação de todas as formas de escravidão como uma das principais prioridades do governo. O Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado pelo governo, Ministério do Trabalho e Emprego, e contém medidas que devem ser cumpridas pelo diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da Sociedade Civil brasileira. O documento foi elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), constituída em 5/2002. O plano atinge as determinações do Plano Nacional de Direitos Humanos, expressas na política pública dedicada à repressão do trabalho escravo.¹⁴⁹

¹⁴⁸ http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/apresentacao.asp, acesso em 17/8/2010.

¹⁴⁹ http://www.mte.gov.br/trab_escravo/erradicacao_trab_escravo.asp, acesso em 16/4/2010.

Tabela - 14 - Trabalho escravo, Brasil 1999-2006

Anos	Número de casos	Número de pessoas escravizadas
1999	16	1.099
2000	21	465
2001	45	2.416
2002	147	5.559
2003	238	8.385
2004	236	6.075
2005	276	7.707
2006	262	6.930

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo
Elaboração: DIEESE

Com o objetivo de oferecer qualificação profissional aos trabalhadores resgatados nas ações fiscais para mudar as expectativas de contratações no mercado de trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Mato Grosso (SRTE/MT), criou o Programa de Qualificação e Reinserção Profissional dos Trabalhadores Egressos do Trabalho Escravo, ou em situação de vulnerabilidade.

O programa é fruto da integração das ações existentes tanto no governo federal como no governo do Estado, e oferece dois tipos de cursos, os de curta duração e os de longa duração. Os cursos de qualificação profissional têm carga horária entre 80 e 340 horas. Os cursos rápidos proporcionam profissionalização ao trabalhador egresso para que ele possa estar preparado para ir sozinho buscar uma posição no mercado de trabalho. O programa ainda mantém contato com o SINE – Sistema Nacional de Empregos, visando a encaminhar os participantes para uma vaga formal. Os cursos de longa duração se enquadram na Lei de Aprendizagem. São cursos com duração de um ano, direcionados aos jovens de 14 a 24 anos de idade. O programa oferece ajuda de um salário mínimo a cada trabalhador.¹⁵⁰

¹⁵⁰ CASTILHO, Monyke . Dignidade recuperada. SRTE/MT lança programa de qualificação para egressos o trabalho escravo. *Revista Trabalho* – jan/fev/ março 2010 – pp. 16-18 – acesso em 18/4/2010. http://www.mte.gov.br/trab_escravo/erradicacao_trab_escravo.asp

V. A IMPRENSA COMO VEÍCULO DE FORMAÇÃO DE OPINIÃO: UM EXEMPLO DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

A principal função da ação jornalística é informar; os propósitos jornalísticos têm a finalidade de informar conforme o interesse público, a intenção e o controle consciente do fazer. Necessita de um valor moral ou um princípio ético para escolher e administrar criativamente as técnicas do fazer, tendo em vista a elaboração estética, afirma Chaparro.¹⁵¹

O direito à informação e à liberdade de expressão são princípios éticos que devem nortear todas as leis reguladoras dos costumes na informação, da Lei da Imprensa aos manuais de redação. Para os jornalistas, nada pode sobrepor-se ao dever da investigação, do fazer, da verdade, da moral e da ética. Nesse contexto surgem situações do dia-a-dia de um jornalista, com a dúvida entre o revelar e o omitir uma informação que contraria os interesses de uma fonte importante, a decisão de fazer um título positivo ou negativo em relação a ministro amigo, colaborar ou não com a polícia, divulgando ou evitando a divulgação de certas notícias, até mesmo aceitar ou recusar convite para jantar com alguém do governo ou dos departamentos de relações de empresas interessadas na divulgação, e adequar o texto conforme os interesses dos editores. Entra em vigor o Código de Ética do jornalista, que é muito mais um código moral, de natureza comportamental do que ética, pois contém o roteiro das obrigações de comportamento como denunciar a corrupção, divulgar fatos de interesse público, lutar pela liberdade de pensamento e expressão, opor-se ao arbítrio do autoritarismo e da opressão e defender os princípios expressos na Declaração dos Direitos Humanos. A Folha orienta a sua conduta por um projeto editorial que vem se desenvolvendo desde os meados da década de 70, com o objetivo de produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário.”¹⁵² Esses valores têm características doutrinárias, e estão impregnados na personalidade do jornal que ajudou a moldar o estilo de imprensa brasileira nos últimos anos.¹⁵³

¹⁵¹ CHAPARRO, Manuel C. *Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994, p.22.

¹⁵² Manual de Redação da Folha, p.10.

¹⁵³ Idem, pp.24-25.

O manual da Folha registra que a um texto noticioso mais flexível deve corresponder um domínio superior do idioma, bem como ser redobrada a vigilância quanto à verificação prévia das informações, à precisão e inteireza dos relatos, à sustentação técnica das análises e à isenção necessária para assegurar o acesso do leitor aos diferentes pontos de vista suscitados pelos fatos.¹⁵⁴

Para a Folha, a edição enfrenta o desafio de mobilizar as possibilidades de pesquisa propiciada pela informática, utilizar melhor a computação gráfica e desenvolver a utilização elegante das imagens coloridas, esforços esses que devem ser integrados de modo criativo e didático para que se possa assegurar uma apresentação mais aguda de tudo que foi considerado importante.

O Manual da Redação da Folha apresenta diversas etapas da produção de um jornal, e a descrição de cada etapa é acompanhada de exemplos concretos, por se tratar de um guia para nortear os procedimentos internos e também as aspirações dos jornalistas a fim de que a Folha possa firmar sua singularidade e relevância na era da informação eletrônica. Para oferecer ao leitor uma correta expressão dos fatos, o trabalho do jornalista deve ser metucioso e refletido. Abrange a observação e a investigação detalhada dos fatos, a redação clara e precisa, atitude de independência, a edição pluralista e criativa com organização hierárquica das notícias. A Folha valoriza o planejamento do trabalho jornalístico e a discussão em equipe dos acontecimentos, para oferecer aos leitores uma visão clara, complexa e original dos fatos.¹⁵⁵

A qualidade do trabalho da equipe está vinculada ao bom planejamento do editor, que seja capacitado para planejar suas funções, organizar o tempo e dedicar-se à concepção e ao acabamento e aprimoramento do material que será publicado na sua editoria. Cada editoria é composta por profissionais capacitados para elaborar tecnicamente a pré-pauta e a pauta consolidada. Portanto, cabe a cada jornalista buscar a investigação dos fatos, e assim oferecer à sua editoria sugestões de reportagens e novos e melhores ângulos de uma notícia. A Folha recomenda que cada jornalista consulte diariamente a pauta consolidada para ter uma noção clara do conjunto que será produzido.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Idem, p. 15.

¹⁵⁵ Idem, pp. 19-20.

¹⁵⁶ Idem p.21.

A busca da objetividade jornalística e o distanciamento crítico são fundamentais para garantir a lucidez quanto ao fato e seus desdobramentos concretos.¹⁵⁷

O leitor da Folha, ao comprar o jornal, estabelece com ele o pacto de interlocução com o objetivo de enriquecer sua opinião e conhecimento dos fatos. O resultado de uma atitude crítica é o diferencial, além do modo pelo qual ele pode surpreender e inquietar o leitor.

Quanto mais fontes, mais ricas serão as reportagens. O objetivo delas é transmitir ao leitor com agilidade as informações novas, objetivas e precisas sobre fatos, personagens, produtos e ideias. Os jornalistas devem estar atentos aos fatos; no geral, ler diversos e variados tipos de publicações e cultivar fontes em sua área de atuação. Obter informações fundamentadas e assim obter as informações exclusivas dos acontecimentos, levando em consideração o cruzamento das informações.

A edição do jornal está sujeita ao olhar crítico do leitor que desenvolveu mecanismos de interpretar como as notícias estão organizadas no espaço do jornal. Os títulos devem ser claros, com poucas palavras e em ordem cronológica. O objeto da notícia é atrair e despertar o interesse do leitor.

O editor é aquele que está mais próximo do interesse do leitor, e além de ser o primeiro leitor, ele também deve ser o primeiro crítico da matéria realizada e transmitir para a equipe o que considerou bom e o que precisa ser melhorado.

A Folha não se atrela a grupos, partidos políticos ou tendências ideológicas. Ela adota sempre uma posição clara nas questões controversas. Ao defender teses, ideias ou atitudes, a Folha publica as notícias e posições divergentes das suas. Quanto à confiabilidade das fontes de informações, cabe ao jornalista usar o bom senso e determinar o grau de confiabilidade das informações que são passadas. O critério de bom senso deve ser aplicado à internet, pois há sites de grande confiabilidade, como o site do IBGE, e há outros que exigem procedimentos e cruzamento das informações obtidas.

¹⁵⁷ Idem, p. 22.

Os editoriais da folha não dirigem os noticiários, e sim temas que aparecem com frequência e devem ser explorados pela reportagem. “A Folha procura publicar artigos assinados que discordem das posições de seus editoriais.”¹⁵⁸

No que se refere à ética, os jornalistas da Folha devem pautar sua conduta em seguir os princípios éticos da profissão, nunca usar a condição de jornalista para obter vantagens pessoais e nem escrever sobre assuntos de seus interesses pessoais diretos. Eles não devem participar de anúncio comercial, não devem aceitar presentes de nenhuma espécie ou valor. Os presentes enviados aos jornais ou às casas dos jornalistas devem ser enviados à Secretaria da Redação para devolução, acompanhados de carta-padrão de agradecimento.

“Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse.”¹⁵⁹ O quesito objetividade não existe no jornalismo, pois ao redigir um texto e ditá-lo sobre o assunto escolhido, o jornalista toma decisões subjetivas que são influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções:

- A Folha procura manter uma atitude de permanente transparência diante dos seus leitores. Essa disposição se expressa em diversos procedimentos do jornal:

- 1) Manter uma seção diária, em espaço nobre, para registro de seus próprios erros e omissões.
- 2) Editar as cartas de leitores que contenham críticas ao jornal com o mesmo destaque das que trazem elogios.
- 3) Colocar seus documentos internos (manual, projeto editorial) à disposição dos leitores.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Idem, p. 40.

¹⁵⁹ Idem, p. 45.

¹⁶⁰ Idem, p. 49.

Para dar início às análises das matérias foi necessário conhecer os procedimentos praticados pelos jornalistas, conforme mencionado no Manual de Redação, e dessa forma conhecer também um pouco da cultura, normas e valores da Folha de S.Paulo.

A seguir há informações numéricas e indicadores de tiragem e do público leitor, bem como da abrangência da Folha no mercado brasileiro.

- Periodicidade: de segunda-feira a domingo¹⁶¹
- Distribuição: nacional¹⁶²
- Tiragem no domingo: 329.393 exemplares¹⁶³
- Tiragem em dias úteis: 278.931 exemplares¹⁶⁴
- Média da tiragem de segunda a domingo: 286.140 exemplares¹⁶⁵

Exemplares: IVC Janeiro/2010

Estudo mostra o interesse dos leitores da Folha.¹⁶⁶

Tabela – 15 - Perfil dos leitores da Folha

Dos 1.442.000 leitores da Folha:	
90%	Têm interesse em atualidades/notícias do momento
86%	Costumam ouvir músicas
78%	Têm interesse em saúde/bem estar/qualidade de vida
64%	Têm interesse em profissão/mercado de trabalho
63%	Têm interesse em economia nacional/internacional

Fonte: Estudos Marplan/EGM - Grande SP - AS 10 e + anos - Outubro/08 a Setembro/09

¹⁶¹ Circulação e Perfil do leitor Folha Disponível em: <http://publicidade.folha.com.br/> Acesso em 3/3/2010

¹⁶² Idem Disponível em: <http://publicidade.folha.com.br/> Acesso em 3/3/2010

¹⁶³ Folha Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml>. Acesso em: 28/2/2010

¹⁶⁴ Idem. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml>. Acesso em: 28/2/2010

¹⁶⁵ Idem. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml>. Acesso em: 28/2/2010

¹⁶⁶ Circulação e Perfil do leitor Folha Disponível em: <http://publicidade.folha.com.br/> Acesso em 3/03/2010

Conhecendo o perfil do leitor da Folha, de acordo com pesquisa Datafolha realizada de 10 a 22/12/2000:

Conforme os dados publicados no *site* da Folha 80 anos, a idade média do leitor da Folha é de 40,3 anos e 50% dos leitores são do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Quanto ao estado civil do leitor, 48% são solteiros e 52% casados. Sobre a renda mensal do leitor, 53% têm renda individual de até 15 salários mínimos e 36% tem renda familiar acima de 30 salários mínimos. No quesito escolaridade, 47% cursaram faculdade e 13% fizeram pós-graduação.¹⁶⁷

Conhecendo os cadernos diários da Folha

A Folha conta hoje com sete cadernos diários – Brasil (com o noticiário político), Mundo, Ciência, Dinheiro, Cotidiano (noticiário local), Esporte e Ilustrada (cultura e lazer) – e 11 suplementos semanais – Folhateen (para o público adolescente), Informática, Equilíbrio (dedicado à busca da saúde e da qualidade de vida), Turismo, Folhinha (para as crianças), Mais! (voltado ao público que procura reportagens e artigos sobre literatura, sociologia, filosofia, artes e ciência), Veículos, Empregos, Imóveis, Construção e Negócios. Todos os dias circulam também edições regionais nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos, no interior de São Paulo.¹⁶⁸

Detalhando os cadernos diários da Folha, segundo as editorias:¹⁶⁹

- **Folha Brasil** - No primeiro caderno da Folha, a editoria se dedica à vida política, institucional e aos movimentos sociais. Procura oferecer ao leitor informações pluralistas e apartidárias, para que ele exerça sua cidadania. É, ao mesmo tempo, um instrumento fundamental para os formadores de opinião, que nele encontram análises sobre os últimos acontecimentos
- **Folha Ciência** - Notícias sobre as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes no Brasil e no mundo, com especial atenção para o

¹⁶⁷ Leitor Folha Disponível em : http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acesso em: 3/3/2010.

¹⁶⁸ Leitor Folha Disponível em : http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acesso em: 3/3/2010.

¹⁶⁹ Folha . Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/cadernos_diarios.shtml Acesso em 28/2/2010.

didatismo e para o uso de recursos visuais na explicação de assuntos complexos. (Aos domingos, é publicado junto ao caderno Mais!)

- **Folha Cotidiano** - Oferece ao leitor informações úteis ao seu dia-a-dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do País. Na edição São Paulo, concentra sua cobertura na capital paulista. Procura prestar serviço ao leitor sobre temas como direito do consumidor, saúde, trânsito e meteorologia.
- **Folha Dinheiro** - conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios são o principal alvo do caderno Folha Dinheiro. A seção Opinião Econômica tem como objetivo manter o pluralismo de opiniões. Com informações precisas, linguagem clara e elucidativa, o caderno orienta quanto a investimentos, traz indicadores econômicos e faz a cobertura de temas que mereçam atenção especial em função da conjuntura econômica.
- **Folha Esporte** - A Folha Esporte trata o esporte como espetáculo e fenômeno empresarial. É atualmente um dos cadernos mais lidos da Folha. Aborda o tema de forma diferenciada. Além de acompanhar os principais campeonatos, traz assuntos relacionados a política, marketing, legislação e moda. Foi o primeiro a usar estatísticas, preparadas pelo Datafolha, na análise esportiva.
- **Folha Ilustrada** - A Folha Ilustrada traz a melhor cobertura do que há de mais original e relevante nas áreas de cultura e entretenimento. Crítica e ousada, a Ilustrada fala sobre discos, gastronomia e muito mais. Seus colunistas garantem análise, humor e diversidade de pontos de vista. Na Grande São Paulo, traz encartado o suplemento Acontece, guia de programação da região.
- **Folha Mundo** - Folha Mundo publica diariamente as principais notícias internacionais, sempre acompanhadas de análises precisas e enfoque didático. O leitor também tem acesso ao que é publicado nos mais influentes meios de comunicação do planeta.
- **Folha Corrida** - Criada para ser lida em até cinco minutos, a Folha Corrida traz diariamente resumos de notícias, extratos de colunistas, dicas práticas e curiosidades que perpassam todos os cadernos da Folha, de política a cultura, de economia a esporte. O objetivo é oferecer ao leitor, sempre com textos curtos, uma segunda "porta de entrada" para o jornal além da primeira página. Aos domingos, a seção publica um resumo com as principais notícias da semana e os personagens que mais se destacaram. A intenção é atender àqueles que não acompanharam o noticiário ou que só leem o jornal no final de semana. A Folha Corrida é sempre publicada na última página do caderno Cotidiano.
- **Folha Saúde** - A editoria publica novidades sobre medicina, a partir de pesquisas no Brasil e no exterior. Os textos são acompanhados de recursos visuais didáticos que trazem as notícias para mais perto do leitor.

Análise das Matérias divulgadas pela Folha S. Paulo, sobre emprego e desemprego de 2003 a 2006

Realizou-se pesquisa no jornal Folha de S. Paulo concernente às matérias publicadas sobre emprego e desemprego no período de 2003 a 2006, totalizando 103 artigos, os quais serão analisados a seguir.

Matérias Divulgadas em 2003

O noticiário jornalístico nos primeiros meses de 2003 apresenta fortemente o tema do desemprego, com as suas características de ruptura social, dada a porcentagem de desemprego e o programa Primeiro Emprego lançado pelo governo. A análise é descritiva do ponto de vista quantitativo, e mostra o empenho do governo centralizado no programa Primeiro Emprego, que passou a vigorar no mês de maio. É reproduzida a análise de Mantega, com crítica à “herança maldita do governo de Fernando Henrique Cardoso”.

O mês de julho apresenta uma forte alta em relação aos artigos dos meses anteriores: são dez artigos que quebram o jejum ocorrido em junho. Do ponto de vista possível a uma análise superficial, como os dez artigos se seguiram à declaração de Mantega, pode-se inferir que a matéria de crítica ao governo de Lula possa ter sido decorrente de respostas de lideranças do PSDB à acusação petista.

No mês agosto há um artigo também de crítica, e em setembro há dois. O mês de outubro apresenta nove artigos sobre perda de garantia e trabalho informal - três artigos técnicos, um negativo e quatro positivos.

Em novembro apresenta uma alta das matérias divulgadas em comparação aos três meses anteriores, totalizando oito artigos. O assunto mais destacado foi trabalho informal retratando o crescimento da informalidade e a mudança na pesquisa sobre emprego e

desemprego feita pelo IBGE. O mês apresenta dois artigos técnicos, cinco artigos negativos e apenas um positivo que trata da mudança no Seguro Desemprego, passando a favorecer os pescadores.

Dezembro apresenta uma escassez na divulgação do assunto “emprego” e “desemprego”, e nenhuma matéria foi divulgada.

Matérias divulgadas em 2004

O ano de 2004 começa mostrando a negatividade do setor, apenas 4 artigos produzidos em janeiro e todos negativos, que retratam a queda do emprego no mercado de trabalho formal e revelam que 2003 foi o pior ano da história do emprego, pois, com a recessão, empresas fecharam as vagas e o avanço tecnológico contribuiu com o corte de milhões de empregos.

No mês de fevereiro, a Folha divulgou duas matérias sobre o assunto em questão, sendo as duas positivas; uma trata do comportamento dos estagiários nas empresas e outra trata das prioridades da gestão do governo de Lula, destacando entre elas a geração de empregos.

Em março, as divulgações continuaram poucas, porém ao contrário de fevereiro, as três divulgações apresentadas tinham características negativas: jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, um artigo técnico sobre o desemprego que, segundo os analistas, o índice só cairia em 2005. E conforme o especialista Paul Singer, “os setores formais não proporcionarão aumento do nível de emprego em 2004”.¹⁷⁰ O outro artigo retrata os dados das pesquisas feitas pelo Seade/Dieese e IBGE em comparação com as informações positivas divulgadas pela FIESP e pelo Ministério do Trabalho sobre a quantidade de vagas de emprego criadas, não mostrando a relação com a quantidade de pessoas que procuram emprego.

O mês de abril apresenta apenas uma matéria divulgada no dia 28, que trata de dados técnicos sobre a tendência alta do desemprego nos primeiro trimestre de 2004.

¹⁷⁰ Souza Leonardo, Folha de S. Paulo, Desemprego só cai em 2005, dizem analistas, domingo 07/03/2004, Editoria: Dinheiro p. 5

Matéria que foi divulgada na seção Editorial, Opinião, página A2, também mostrou a queda de 2,4% em março na renda do trabalhador quando comparada ao mês de março do ano anterior.

Comparando-se com o mês anterior, em maio há uma aceleração na quantidade de matérias divulgadas, passando de uma para quatro. Duas das matérias publicadas retratam que enquanto o governo ressalta o aumento de emprego tendo como base os dados publicados pelo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), as pesquisas feitas pelo IBGE, Fundação Seade e Dieese revelam o crescimento do desemprego. Com essa controvérsia nos resultados demonstrados, o desemprego passa a ser um assunto político e cada partido utiliza os dados da forma que mais lhe possa favorecer. A terceira matéria apresenta o crescimento recorde de empregos formais criados nos quatro primeiros meses do ano, com base nos números do CAGED. São empregos criados principalmente no interior do Brasil, conforme destacou o ministro do Trabalho Ricardo Berzoini. E a quarta matéria publicada no mês retratou a questão do crescimento econômico e a necessidade de crescimento para reduzir a taxa de desemprego, revelou o analista José Dari Krein.

O mês de junho empata com o mês anterior na produção de matérias sobre emprego e desemprego. Duas são positivas e tratam da geração de emprego formal, e duas são negativas, mostrando os indicadores do crescimento do número de jovens que estão à procura de emprego no País.

Em julho há apenas uma matéria divulgada: trata positivamente dos dados técnicos analisados sobre o crescimento de emprego no interior do País.

O mês de agosto começou informando que o crescimento do trabalho formal piora a qualidade do emprego. Os dados publicados revelam o rebaixamento da renda do trabalhador. Cada vez mais as empresas exigem maior qualificação, e os salários não acompanham essas exigências sendo feitas pelos empregadores. Duas matérias retratam o desemprego juvenil recorde no mundo, em que o Brasil entra contribuindo com os dados de 4% do desemprego global juvenil. As outras duas matérias revelam o crescimento do emprego no setor de serviços, sendo que uma ressalta o crescimento do emprego no setor do turismo, criação de 200 mil empregos segundo o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia.

O mês de setembro apresenta uma matéria negativa que retrata a geração do desemprego no campo, sobretudo nas fazendas de monocultura da região Centro-Oeste, fruto da modernização do Agronegócio.

Em outubro encontram-se dois artigos divulgados, sendo um sobre o aumento do desemprego nas principais regiões metropolitanas, enquanto o resto do País apresentou uma taxa de desemprego menor. O outro é sobre a migração de empresas para o interior, que com isso ocasiona uma alta na criação de emprego, principalmente no interior da Região Sudeste.

O mês de novembro traz apenas um artigo que pode ser considerado negativo por tratar do aumento do emprego informal nos últimos anos, segundo os dados da pesquisas, sobretudo na Região Nordeste. Dezembro também apresenta um artigo com características positivas sobre o programa Primeiro Emprego, em que o ministro Berzoini demonstra otimismo ao divulgar a pretensão de ter 70 mil jovens colocados no mercado de trabalho em 2005.

Matérias divulgadas em 2005

O ano começa apresentando a divulgação positiva da criação de 7.000 postos de trabalho, graças à instalação de uma unidade da Ford em Camaçari. Há uma matéria que se refere ao fato de o governo prometer chegar a 50.000 novos postos de trabalho. Com o título “O emprego formal cresceu mais que o PIB e a informalidade cai no interior”, especialistas revelam que a alta dos juros deveria afetar o mercado de trabalho e que a recuperação do emprego em 2004 deveria ter sido ocasionada pelo aumento das exportações. O que não era previsto em 2005.

Portanto, o ano começa com notícias otimistas sobre o mercado de trabalho.

O mês de fevereiro apresenta um artigo técnico e positivo sobre o crescimento do emprego formal nas regiões metropolitanas. A geração dos postos de trabalho formais apontados se deu no setor de serviços. Segundo os dados, conclui-se que as regiões metropolitanas apresentam um crescimento de trabalho informal, e enquanto nas regiões não-metropolitanas, como o Nordeste e o Centro-Oeste, ocorre uma redução da informalidade, em especial nos segmentos agrícolas e do comércio.

O mês de março apresenta uma escassez de notícia, quebrada em abril, com a matéria que traz o comentário feito pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o crescimento do Brasil, que conseguiria resolver o problema do desemprego se o País crescesse nos seis ou dez anos seguintes.

Os meses de maio e junho apresentam uma ausência de notícias sobre o assunto emprego e desemprego, quebrada em julho com três matérias, uma negativa que retrata o crescimento da informalidade nas grandes metrópoles brasileiras, conforme dados divulgados por órgãos e especialistas do mercado de trabalho, destacando o que diz o especialista Lauro Ramos, a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) e os dados do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio). Dois artigos retratam o trabalho infantil, em que as empresas recuaram com o emprego ilegal de crianças, mas elas continuam trabalhando na agricultura familiar e nas oficinas caseiras.

O Ministério do Desenvolvimento Social fornece bolsas através do Programa para Erradicação do Trabalho Infantil - o PETI, para que as crianças sejam mantidas nas escolas em vez do deslocamento para o trabalho. O PETI foi considerado um modelo, uma herança do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O mês de agosto apresentou dois artigos, um deles pode ser considerado positivo, pois trata de um concurso público na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, com a abertura de 893 vagas em 59 cargos públicos, como as de guardas municipais a médicos e dentistas. Porém, havia em torno dele 60 mil pessoas inscritas para o concurso, número que quase se igualava à população de 60,8 mil moradores. O outro artigo do mês retratava o estresse causado nos brasileiros pelo medo de perder emprego; quatro entre dez brasileiros manteriam o padrão de vida por um período superior a 90 dias se perdessem o emprego. Apenas 20% dos brasileiros teriam condições de viver seis meses no mesmo padrão após perder o emprego.

Em setembro e outubro há uma retomada da ausência de matérias com o assunto em questão – emprego e desemprego.

O mês de novembro preenche o vazio ocorrido em setembro e outubro apresentando cinco notícias, sendo a primeira uma matéria técnica sobre o desemprego, retratando o ano de 2003 como o pior ano do desemprego desde 1992. A segunda matéria

apresenta características negativas, pois ao tratar do trabalho feminino declara que a mulher eleva a presença no emprego, mas tem a remuneração menor do que a do homem e de pior qualidade. A terceira notícia é sobre a escolaridade e traz como título “Mercado se fecha para os menos instruídos”. Quem tem menos de sete anos de estudo perde espaço no mercado de trabalho. Há uma queda nas vagas para quem tem o fundamental incompleto. As últimas matérias são positivas e técnicas e tratam dos dados apresentados pelo IBGE no que concerne à diminuição da desigualdade social e demonstra uma estagnação na renda média do trabalhador. Institutos especializados no mercado de trabalho realizaram pesquisas em que o resultado mostra que há queda na proporção de pobres no Brasil, uma redução de 8%, propiciada pela melhora na distribuição de renda, aumento do emprego, do salário mínimo e dos programas assistenciais como o Bolsa Família, conforme o PNAD.

Em dezembro encontram-se três matérias, sendo uma sobre Emprego Estagnado – queda na oferta de emprego com carteira assinada, uma matéria positiva e técnica divulgando os dados que mostram que as empresas apostam na demanda interna, e o último artigo, sobre emprego e desemprego, divulga um crescimento do emprego nos três anos do governo Lula. Porém, há uma piora no salário e na qualidade de emprego, e há também o predomínio do trabalho informal.

Matérias divulgadas em 2006

O mês de fevereiro quebra a escassez de janeiro, apresentando quatro artigos, dois positivos e dois negativos. Sobre os positivos, um mostra que os dados demonstram crescimento de vagas para o trabalhador com mais de 40 anos, e outro sobre o crescimento do emprego na indústria, que se manteve estável no mês de janeiro. Quanto às duas matérias negativas, uma é sobre a maior preocupação do brasileiro, que é a de perder o emprego, e outro sobre a dificuldade do jovem para entrar no mercado de trabalho e deixar a casa dos pais.

Em abril temos duas matérias positivas sobre o crescimento do emprego no setor civil, e uma técnica sobre o crescimento do emprego com carteira assinada, no governo Lula.

Há uma ausência de notícias em maio e junho, quebrada no mês de julho com duas matérias, sendo uma positiva e outra negativa, ambas técnicas. O IBGE divulgou a Pesquisa Mensal de Emprego apresentando o aumento da proporção de pessoas ocupadas acima de 50 anos, de 15,4 para 18,1 no período de 2002 a 2006. Há um envelhecimento na força de trabalho. A matéria negativa retratou uma queda na geração de vagas formais em 2006. Nos últimos doze meses houve crescimento na criação de empregos para pessoas com até a 4ª série do ensino fundamental.

O governo Lula criou 4,3 milhões de empregos formais, entretanto, nos últimos doze meses houve uma piora na qualidade.

O mês de agosto apresentou, na seção Editorias, uma matéria negativa e técnica sobre a precariedade nas vagas de emprego no primeiro semestre de 2006. Conforme o IBGE, o semestre apresentou uma queda de 4,4% na criação de vagas com carteira assinada, isso quando comparado ao mesmo período de 2005. Houve um aumento de empregos para analfabetos e para pessoas com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental. A segunda matéria divulgada tem como tema "Ministério do Trabalho lista acusados de explorar trabalhadores em condições de escravo." As duas últimas do mês em questão são negativas e retratam que uma safra de dados desfavoráveis ao governo Lula deve persistir com a divulgação do PIB (Produto Interno Bruto), e os dados do IBGE anteriormente divulgados mostravam o aumento do desemprego.

No mês de setembro tem-se apenas uma matéria que retrata que 53% dos formandos trabalham em áreas diferentes da formação universitária, conforme os dados publicados pelo IBGE.

O mês de novembro apresenta quatro matérias, sendo uma positiva sobre a geração de novos postos de trabalho na área de TI (Tecnologia da Informação), outra sobre Programas voltados para jovens visando ao combate da evasão escolar, uma técnica, mostrando os dados do IBGE sobre jovens sem qualificação que chegam ao mercado de trabalho: 37% da população entre 15 e 25 anos não completou o ensino fundamental. A última é sobre o aumento de negros desempregados, principalmente nas metrópoles. Embora sejam a minoria da população em idade ativa, o IBGE divulga que 50,8% dos desocupados no mês de setembro desse mesmo ano eram pretos ou pardos.

Em dezembro de 2006, uma matéria divulgada na Editoria Dinheiro, página B1, mostra um saldo negativo no primeiro mandato do governo Lula, no que diz respeito à evolução da geração de empregos, bem como que em seis anos houve uma queda de 46% na renda do trabalhador da classe média. Há também uma matéria divulgada na Editoria Brasil, página A5, em que os dados da Pesquisa Datafolha revelam a opinião do brasileiro sobre a situação econômica, pois para 55% da população pesquisada, a situação do País vai melhorar no próximo mandato do Lula.

A versão jornalística sobre emprego e desemprego no Brasil: o que diz a *Folha de S. Paulo*

Ao apresentar a versão da *Folha de S. Paulo* sobre emprego e desemprego, a análise feita descreve detalhadamente as notícias divulgadas no período de 2003 a 2006. Inicia com a apresentação das tabelas com as principais categorias de mercado de trabalho encontradas nos noticiários.

A seguir, a tabela mostra os números das principais categorias das matérias divulgadas pela *Folha de S. Paulo* no período de 2003 a 2006

Tabela 16 – Categorias das matérias divulgadas no período de 2003-2006.

CATEGORIAS DAS MATÉRIAS DIVULGADAS	TOTAL PERÍODO	TOTAL ANUAL			
	2003 a 2006	2003	2004	2005	2006
Desemprego	47	23	16	04	04
Emprego	32	04	12	08	07
Desemprego Juvenil	03	-	01	-	02
Trabalho Infantil	03	01	-	02	-
Emprego/Trabalho Juvenil	02	-	2	-	02
Emprego/ Trabalho Formal	06	01	02	02	01
Emprego/ Trabalho Informal	07	04	02	01	-
Emprego / Trabalho Feminino	01	-	-	01	-
Emprego/Trabalho para maiores de 40 anos	01	-	-	-	01
Trabalho Escravo	01	-	-	-	01
Seguro Desemprego	02	02	-	-	-
Programa Primeiro Emprego	02	02	-	-	-
Estagiários	01	-	01	-	-
Escolaridade x Desemprego	05	01	-	01	03
Salário Mínimo	05	01	01	01	02

Fonte: tabela feita pela autora com base nas matérias divulgadas na Folha de S.Paulo.

A seguir tem-se um detalhamento dos artigos divulgados pela Folha de S.Paulo no período de 2003 a 2006.

O primeiro artigo sobre desemprego publicado durante o período do primeiro mandato do governo Lula, foi publicado em 12 /3/ 2003 com o título: “Desempregados sofrem mais na crise.” O assunto predominante na matéria foi sobre a corrida dos desempregados pelos *headhunters*; trata-se de uma questão inversa no mercado de

trabalho; os desempregados estão contatando as consultorias de *headhunters* que os procuraram quando estavam empregados.¹⁷¹

Poucos dias após, apareceu um artigo demonstrando que a procura menor por trabalho reduziu o desemprego em dezembro de 2002, de acordo com os dados da nova Pesquisa Mensal de Emprego divulgada pelo IBGE. Notou-se que a taxa recuou para 10,5% da PEA (População Economicamente Ativa), contra 10,8% no mesmo período de 2001, e 10,9% em novembro do mesmo ano. Vale ressaltar que a principal mudança ocorrida na metodologia da pesquisa consiste no período de referência para procura de trabalho, que passou de uma semana para 30 dias, considerando desempregado aquele que procurou emprego até um mês antes de responder à pesquisa.¹⁷²

A seguir apareceu um novo artigo, em grande parte criticando o artigo anterior que diz: “Desemprego volta a bater recorde em 2002”. Porém, este artigo tratou somente do desemprego na região metropolitana de São Paulo. De acordo com os dados do SEADE/Dieese, o desemprego atingiu 19% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2002, a segunda maior taxa desde 1985, que foi de 19,3% do PEA. A taxa de 19% é equivalente a 1.788 milhões de desempregados, 10,2% a mais em relação a 1.622 milhões de desocupados em 2001, representando 17,6 % da PEA. O tempo médio pela procura de emprego no ano foi de 51 semanas, enquanto em 1987 era de até 14 semanas.¹⁷³

Em 16 de fevereiro de 2003 aparece o artigo intitulado “Desemprego se agrava em 2003”. A taxa de desempregado anual medida pelo Dieese em 2002 foi de 19%, e no Brasil a taxa média de desempregados no período de janeiro a novembro foi de 7,3%. A estimativa para o agravamento do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo em 2003 era de 20% .¹⁷⁴

O artigo denominado “Lula enfrenta maior desemprego da história,” divulgado em 16/3/2003, retrata a opinião dos economistas que acompanhavam o mercado de trabalho considerando as medidas anunciadas pelo governo, como a elevação dos juros e o corte de

¹⁷¹ MARRERO, Flávia. Folha de S.Paulo, 12/1/2003. Desempregados sofrem mais na crise. Editoria Empregos, p. 3.

¹⁷² SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo, 25/1/2003. Procura menor reduz desemprego em dezembro. Editoria Dinheiro, p.B6.

¹⁷³ CARVALHO, Denise. Folha de S.Paulo, 29/1/2003. Desemprego volta a bater recorde em 2002. Editoria Dinheiro, p.B1.

¹⁷⁴ ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S.Paulo, 16/2/2003. Desemprego se agrava em 2003. Editoria Dinheiro, p.B6.

investimentos. O número de desempregados no País era de 12 milhões, e o governo previa o crescimento do PIB em 2% que, conforme especialistas, esse número não conseguiu se movimentar a ponto de elevar a oferta de emprego e absorver 1.5 milhão de pessoas que entram no mercado de trabalho anualmente. Para elevar a taxa de vagas o Brasil deveria crescer entre 4,5 e 5%, e assim criar os 10 milhões de postos de trabalho prometidos na campanha do governo federal. De acordo com os economistas, na melhor das hipóteses o número de empregos ficaria estável em 2003.¹⁷⁵

Nota-se que os artigos divulgados pela Folha dizem respeito fundamentalmente às taxas decorrentes de emprego e desemprego. Os artigos que cuidam do impacto social do desemprego são divulgados em quantidade muito menor. Assim há um deles que cuida do esgarçamento do tecido social provocado pela demissão.¹⁷⁶

É através do trabalho que o ser humano estabelece grande parte das suas relações pessoais, sente-se útil e tem a sua autoestima aumentada. “A demissão causa “rupturas na vida social”. É este o título do artigo divulgado em 9/3/2003, que relata o que a demissão causou na vida social do operário Edison Ferreira de Souza. Segundo um especialista, o desemprego causa não só a perda a estrutura econômica, como também a perda da relação social. O desemprego prolongado causa ao desempregado o sentimento de incompetência, revolta e culpa, levando ao abandono familiar e a distúrbios somáticos, como doenças cardiovasculares, problemas neurológicos, insônia, dificuldades sexuais e depressão. O pior medo da atualidade é a possibilidade de perder o emprego, como apontado por 72% dos entrevistados em pesquisas realizadas em 17 países.¹⁷⁷

Em 18/3/2003, a Folha divulga artigo com o título “Primeiro Emprego tentará abafar críticas”. Trata de abafar as críticas feitas ao programa “Fome Zero”, uma vez que o governo federal pretendia dar maior visibilidade ao programa “Primeiro Emprego”, destinado aos jovens com idade entre 16 e 24 anos. O objetivo do Ministério do Trabalho é lançar oficialmente o programa na Esplanada dos Ministérios em Brasília no Dia do Trabalho, 1º de maio. Conforme dados divulgados pelo IBGE, o desemprego atinge cerca de 3,7 milhões de jovens com idade entre 15 e 24 anos. Através do Programa Primeiro Emprego, o Ministério do Trabalho tem como meta beneficiar cerca de 500 mil jovens em

¹⁷⁵ Idem, p.B6.

¹⁷⁶ LAGE, Amarilis. Folha de S.Paulo, 9/3/2003. Demissão causa ‘rupturas’ na vida social. Editoria Empregos, pp. 2 a 3.

¹⁷⁷ Idem.

2003. O programa terá como fonte de financiamento os recursos da União, 20 milhões no início e verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além da renúncia fiscal.¹⁷⁸

Em 29/4/2003 a Folha lança artigo contrariando o anterior no que diz respeito à data de lançamento do Programa Primeiro Emprego_ não será mais em 1º de maio. Nas palavras do ministro do Trabalho, Jaques Wagner, trata-se de um programa caro que requer cautela no seu lançamento, testando-se todos os seus elementos antes desse lançamento. O programa não prevê estabilidade no emprego e não haverá carteira de Trabalho específica para o jovem. Haverá um compromisso da empresa que será beneficiada com a renúncia fiscal, crédito fiscal ou transferência de renda, com posto de trabalho durante 12 meses.¹⁷⁹

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, criticou o governo de Fernando Henrique Cardoso, afirmando que a taxa recorde de desemprego na região metropolitana de São Paulo é de responsabilidade exclusiva do governo anterior, conforme artigo divulgado pela Folha em 29/5/2003, com o título “Desemprego é Herança de FHC, diz Mantega”. O ministro reforça que no segundo semestre de 2003, o quadro do desemprego será revertido, irá diminuir com uma reação dos investimentos, terminando o final do ano de uma maneira muito melhor que no término do ano passado.¹⁸⁰

Em artigo divulgado em 24/7/2003 com o título “Governo Lula gera 443 mil desempregados”, a Folha retrata os índices apontados pelo IBGE para os seis primeiros meses do governo, em que a taxa do desemprego ficou em 12,2%. Em junho a taxa atingiu 13%, maior taxa registrada pelo IBGE desde o início da pesquisa em outubro de 2001. O primeiro semestre do governo Lula apresenta crescimento da informalidade, queda de emprego com carteira assinada em 2,1%, comparando janeiro a junho de 2003. Em comparação com os dados de 2002, os dados apontam aumento da informalidade, o crescimento do emprego sem carteira assinada em 8%, trabalho por conta 9,3%, e com carteira um aumento de apenas 1,3%. Os dados confirmam que no mercado de trabalho há queda na renda do trabalhador em 13,4%, comparando-se com junho do ano anterior. E de janeiro a junho, primeiro semestre do governo Lula, a queda é de 3,8%. A Folha diz que o

¹⁷⁸ ROLLI, Cláudia, Folha de S.Paulo, 18/3/2003. Primeiro Emprego tentará abafar críticas. Editoria Brasil, p. A6.

¹⁷⁹ Reportagem local. Folha de S.Paulo, 29/4/2003. 1º Emprego será lançado no mês de maio. Editoria Brasil, p.A11.

¹⁸⁰ BOMBIG, José Alberto. Folha de S.Paulo, 29/5/2003. Desemprego é herança de FHC, diz Mantega. Editoria Dinheiro, p. B5.

mercado de trabalho sofre uma deterioração generalizada devido ao aumento do desemprego, queda da renda do trabalhador e crescimento de informalidade, com o aumento de 443 mil desempregados de janeiro a junho.¹⁸¹

Há mais um artigo abordando o assunto anterior, divulgado em 27/7/2003 com o título: “Crise no emprego se agrava na gestão Lula”, que retratou o aumento do desemprego e a degradação das condições de trabalho, apresentando o crescimento de 2,5 pontos percentuais, passando de 10,5 em dezembro para 13% em junho, de acordo com os dados do IBGE. O número de pessoas que ganham menos de um salário mínimo cresceu para 54%, era de 1.608 milhão em janeiro e passou para 2.474 milhões de pessoas em junho. Há também o registro de aumento na informalidade; o emprego com carteira assinada caiu 2,1%, enquanto a ocupação sem carteira assinada aumentou 2,3%.¹⁸²

Em 27/7/2003 aparece um artigo com o título de “PIB teria que crescer 5% para conter onda”, retratando que o aumento de desemprego é fruto da combinação de juros altos e corte nos gastos públicos adotado no início do governo Lula. Ressalta que as medidas paliativas tinham pouco resultado diante do freio imposto pela política econômica do governo. Dados públicos do IBGE retratam que 13% da população economicamente ativa estava sem empregos e havia 270.000 novos desempregados com 11 anos ou mais de escolaridade. As projeções do Produto Interno Bruto caíram de 2,8 para 1,5%. Diante dos dados divulgados a redução do nível das atividades econômicas colaborou para o aumento do desemprego.¹⁸³

Há um artigo técnico divulgado também em 27/7/2003, denominado “Entenda como o IBGE mede a desocupação”, o qual define “desempregado” de acordo com os dados do IBGE, ou seja, desempregado é quem procurou emprego nos 30 dias antes de responder ao questionário do IBGE e não teve nenhum trabalho remunerado num período de sete dias. Quem fez “bico” ou não procurou emprego na semana anterior não conta como desempregado na PME (Pesquisa Mensal de Emprego). A pesquisa feita pelo DIEESE e PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, inclui nas estatísticas até quem procurou emprego nos 12 meses anteriores à pesquisa, e quem teve algum trabalho

¹⁸¹ SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo, 24/7/2003. Governo Lula gera 443 mil desempregados. Editoria Dinheiro, p. B6.

¹⁸² Idem, 27/7/2003. Crise do emprego se agrava na gestão Lula. Editoria Brasil, p. A8.

¹⁸³ SALOMON, Marta. Folha de S.Paulo. 27/7/2003. PIB teria que crescer 5% para conter onda. Editoria Brasil, p. A9.

precário ou trabalhou sem remuneração. Os dados da PED são limitados a uma amostra da Região Metropolitana de São Paulo.¹⁸⁴

“Na Rua do Trabalho, o emprego virou sonho”, trata-se de um artigo divulgado em 27/07/2003, em que a Folha realiza um levantamento informal com 20 moradores da Rua do Trabalho, situada na Zona Leste de São Paulo, mostrando que 72% dos moradores estão desempregados.¹⁸⁵

Há também em 27/7/2003 um artigo com o nome de “São Paulo tem taxa mais alta de desemprego”, que revela que a taxa de desemprego de São Paulo é 1.5 ponto percentual mais alta do que a média nacional (13%), atingindo 14,5% no mês de junho. De acordo com o IBGE, a Região Metropolitana de São Paulo representava cerca de 40% da PME.¹⁸⁶

Na reportagem na Rua do Trabalho, a Folha verificou que a renda média das famílias era de R\$ 780,00.¹⁸⁷

Em 27/7/2003 foi divulgado mais um artigo de caráter social, “Desemprego compromete relação familiar”, que mostra a depressão como um dos problemas mais frequentes no mundo, com o resultado da pesquisa desenvolvida pela Consultoria BPI em 17 países, revelando que 50% das separações familiares são motivadas pelo desemprego, pois o impacto do desemprego nas relações familiares e na saúde psicológica do trabalhador é grande.¹⁸⁸

Conforme dados do IBGE relatados no artigo de 27/7/2003, com o nome “De uma vez 15 empresas demitem 2.800”, o primeiro semestre do governo Lula registrou 443.000 desocupados, de janeiro a junho. Conforme o levantamento feito pela Folha em sete atividades econômicas, de uma única tacada 15 empresas dispensaram 2.800 trabalhadores. Os principais motivos alegados nas demissões eram reestruturação, queda nas vendas e crises nos setores, incluindo o comércio.¹⁸⁹

¹⁸⁴ Sucursal de Brasília. Folha de S. Paulo, 27/7/2003. Editoria Brasil, p. A9.

¹⁸⁵ CARVALHO, Mário César. Folha de S. Paulo, 27.7.2003. Na Rua do Trabalho, o emprego virou sonho. Editoria Brasil, p. A10.

¹⁸⁶ Sucursal do Rio. Folha de S. Paulo, 27/7/2003. São Paulo tem taxa mais alta de desemprego. Editoria Brasil, p. A10.

¹⁸⁷ Folha de S. Paulo, 27/7/2003. O desemprego na Rua do Trabalho. Editoria Brasil, p. A10.

¹⁸⁸ CAVERSAN, Luís. Folha de S. Paulo, 27/7/2003. Desemprego compromete relação familiar. Editoria Brasil, p. A11.

¹⁸⁹ Reportagem local. Folha de S. Paulo, 27/7/2003. De uma vez, 15 empresas demitem 2800. Editoria Brasil, p. A13.

O último artigo que apareceu em 27/7/2003 tinha como título “Toritama oferece emprego informal”. Toritama é uma cidade do agreste Pernambucano, que se tornou um dos maiores polos de confecção de jeans no Brasil. Na cidade há 2.196 indústrias, quase todas dedicadas à produção de jeans, e cerca 2.000 pessoas trabalham na informalidade, dificultando a prefeitura na manutenção de sua infraestrutura.¹⁹⁰

Em 28/8/2003, a Folha divulgou artigo com o nome “Reforma não cria postos, diz Wagner”, que tratava das reformas trabalhista e sindical. Conforme o ministro do trabalho, Jaques Wagner, as reformas não vão gerar empregos, porquanto o fato gerador de emprego é o crescimento econômico e a reforma trabalhista podia diminuir a informalidade. Os empresários reivindicavam a flexibilização da legislação para reduzir os encargos trabalhistas.¹⁹¹

A Folha divulgou o artigo chamado “Trabalhador sofreu mais com default”, que diz que o Brasil entrou na lista dos perdedores com a crise. Houve um recuo de 40% das exportações para a Argentina, sendo que as peças de automóveis, têxteis, calçados e avícolas são os setores mais afetados.¹⁹²

“Mais estudo não garante emprego” é o título do artigo divulgado pela Folha em 25/9/2003, que mostrou o retrato do desempregado nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, como sendo jovem de 18 a 24 anos, com a predominância de mulheres com oito a dez anos de estudo, revelou o IBGE. De acordo com os dados publicados, escolaridade maior não é garantia de emprego.¹⁹³

Em 11/10/2003, a Folha divulgou o artigo com o título “Emprego formal cede espaço para vagas precárias”, no qual os especialistas apontavam o crescimento do trabalho precário, com baixos salários ou sem remuneração, como o resultado de uma década sem crescimento econômico.¹⁹⁴

¹⁹⁰ GUIBU, Fábio. Folha de S. Paulo, 27/7/2003. Toritama oferece emprego informal. Editoria Brasil, p. A16.

¹⁹¹ ROLLI, Cláudia. Folha de S.Paulo, 28/8/2003. Reforma não cria postos, diz Wagner. Editoria Dinheiro, p. B11.

¹⁹² COTTA, Elaine. Folha de S.Paulo, 23/9/2003. Trabalhador sofreu mais com default. Editoria Dinheiro, p. B6.

¹⁹³ SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo, 25/9/2003. Mais estudo não garante emprego. Editoria Dinheiro, p. B2.

¹⁹⁴ Sucursal do Rio . Folha de S.Paulo, 11/10/2003. Emprego formal cede espaço para vagas precárias. Editoria Brasil, p. A5.

Sobre o seguro desemprego, foi divulgada em 14/10/2003 uma matéria chamada “Escravidão terá seguro-desemprego”, que retratou a situação dos trabalhadores resgatados pelo Ministério do Trabalho que estavam realizando trabalho em regime de escravidão. A Portaria do Ministério do Trabalho assegurou-lhes o direito ao recebimento de três parcelas do seguro-desemprego, iniciando-se em 14/3/2003. De acordo com a Portaria, caberia ao auditor providenciar a Carteira de Trabalho aos que não tinham, e elaborar relatório comprovando a existência do trabalho forçado. A inclusão de trabalhadores escravos para recebimento do seguro desemprego, embora já visto na legislação, não era praticado por falta de regulamentação. O trabalho análogo à escravidão era praticado em fazendas do sul do Pará e no norte do Mato Grosso. A fiscalização atingiu 124 propriedades e 3.082 trabalhadores foram encontrados sem carteira assinada.¹⁹⁵

“Renda e desemprego” é o título do artigo publicado em 14/10/2003, que retrata o crescimento do emprego no governo de Fernando Henrique Cardoso, porém em ritmo inferior ao crescimento da População Economicamente Ativa, que resultou no aumento do desemprego de 4,4 milhões em 1993 para 7,9 milhões em 2002, crescimento de 79,2%, de acordo com o IBGE. A dificuldade de recuperação da economia é resultado da queda do rendimento médio do trabalho e o desemprego dificulta a recomposição do consumo e a recuperação da economia.¹⁹⁶

Dados divulgados apontam que o Brasil foi o País mais afetado com a redução de postos de trabalho no período de 1995 a 2002, em que 19,9% dos empregos industriais foram perdidos, conforme artigo “Fábricas brasileiras fecham mais vagas, mostra estudo”, divulgado em 21/10/2003.¹⁹⁷

Em 26/10/2003 foi publicado o artigo “Exportações levam empregos ao interior”, que retrata o crescimento do emprego com carteira assinada nas cidades que não são pesquisadas pelo IBGE. Os dados são apresentados pelo CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e representam 60% do total das vagas abertas no País, ou seja, três vezes maior do que as vagas criadas nas áreas urbanas. De nove Estados, apenas dois, o Ceará e Rio de Janeiro apresentam crescimento de vagas nas regiões

¹⁹⁵ ALBANO, Mauro. Folha de S.Paulo, 14/10/2003. Escravidão terá seguro-desemprego. Editoria Brasil, p. A6.

¹⁹⁶ Folha de S. Paulo, 14/10/2003. Renda e desemprego. Editoria Opinião, p. A2.

¹⁹⁷ CARDOSO, Cíntia. Folha de S. Paulo, 21/10/2003. Fábricas brasileiras fecham mais vagas, mostra estudo. Editoria Dinheiro, p.B3.

metropolitanas. A expansão de vagas no interior se dá em virtude do crescimento das exportações agrícolas, fiscalização intensa e incentivos fiscais.¹⁹⁸

Há também o artigo publicado em 26/10/2003 sobre o aumento de emprego na região de Franca, interior de São Paulo, com o título de “Exportações ‘salva’ fábrica de calçados”. Conta que uma das maiores exportadoras de calçados masculinos do País contratou 210 empregados para dar conta dos pedidos de exportação no Natal.¹⁹⁹

Levando em consideração a geração de vagas nas cidades do interior, a Folha publica em 26/10/2003 o artigo “IBGE e Fundação Seade buscam recursos para estender pesquisas”, que fala da possibilidade de estender a pesquisa para abranger os 27 Estados brasileiros. O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Empregos – PME, nas seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife); a Fundação Seade realiza com o Dieese a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, com vistas a estender ao interior a pesquisa.²⁰⁰

Aparece também em 26/10/2003 o artigo sobre a geração de vagas, chamado “Emprego sobe em 16 regiões do interior de SP”, que diz que as contratações com carteira assinada são consequência do aumento de novos produtos da agroindústria e das atividades direta e indiretamente ligadas às exportações.²⁰¹

Com o título “Bebidas e efeito sazonal criam vagas no interior de Pernambuco”, o artigo publicado em 26/10/2003 mostra o crescimento do emprego formal ocorrido no período de janeiro a setembro, no setor de alimentos, bebidas e álcool etílico.²⁰²

Após vários artigos positivos sobre o crescimento do emprego, em 2/11/2003 a Folha divulga artigo sobre o desemprego, com o título “54% desaprovam combate ao desemprego”, e traz uma crítica ao governo Lula no quesito criação de 10 milhões de

¹⁹⁸ ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo, 26/10/2003. Exportações levam empregos ao interior. Editoria Dinheiro, p. B1.

¹⁹⁹ ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo, 26/10/2003. Exportações “salva” fábrica de calçados. Editoria Dinheiro, p. B4.

²⁰⁰ Reportagem local. Folha de S. Paulo, 26/10/2003. IBGE e Fundação Seade buscam recursos para estender pesquisas. Editoria Dinheiro, p. B1.

²⁰¹ ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo, 26/10/2003. Emprego sobe em 16 regiões do interior de SP. Editoria Dinheiro, p. B4.

²⁰² GUIBU, Fábio. Folha de S. Paulo, 26/10/2003. Bebidas e efeito sazonal criam vagas no interior de Pernambuco. Editoria Dinheiro, p. B4.

empregos, e retrata o mote do presidente Esperança x medo. A pesquisa do Datafolha mostra que 34% do brasileiros têm medo de ficar sem emprego; nas classes D/E o percentual sobe para 42%, e para 31% dos entrevistados o que mais dá medo é a perda do emprego.²⁰³

Em 5/11/2003 a Folha publica artigo com o nome “Com registro, renda é 30% maior”, que aborda a questão precária do trabalhador informal, conforme os dados do IBGE, sendo que a renda mensal de quem não carteira assinada é 30% menor do que a do trabalhador com carteira assinada.²⁰⁴

Com o título “Trabalho formal é artigo raro no mercado”, divulgado pela Folha em 16/11/2003, o artigo traz as novas tendências das relações trabalhistas, isto é, o caminho para a informalidade. De acordo com os dados do IBGE, as empresas propõem troca do trabalho com carteira assinada pela informalidade, em negociação direta com o patrão. Os principais motivos apontados são as inovações tecnológicas e o ciclo da economia que não apresenta crescimento.²⁰⁵

No artigo publicado em 20/11/2003 com o título “Ministro liga trabalho infantil a ajuste fiscal”, o ministro Nilmário Miranda atribuiu o aumento do trabalho infantil no governo Lula ao ajuste econômico que provocou o crescimento do desemprego.²⁰⁶

Levando em consideração que as taxas de emprego e desemprego medidas pela PME – Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE não corresponde à realidade do País, por contemplar apenas as regiões metropolitanas de seis capitais, em 22/11/2003 a Folha publica o artigo “IBGE estuda fazer pesquisa nacional sobre desemprego.” O principal objetivo do IBGE é mudar a pesquisa para medir os dados de emprego em áreas que atualmente não fazem parte da pesquisa.²⁰⁷

²⁰³ RODRIGUES, Fernandes. Folha de S.Paulo, 2/11/2003. 54% desaprovam combate ao desemprego. Editoria Brasil, p.A1.

²⁰⁴ SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo, 5/11/2003. Com registro, renda é 30% menor. Editoria Dinheiro, p. B10.

²⁰⁵ LAGO, Paula. Folha de S.Paulo, 16/11/2003. Trabalho formal é artigo raro no mercado. Editoria Empregos, p. F7.

²⁰⁶ FREITAS, Silvana de et al. Folha de S.Paulo, 20/11/2003. Ministro liga trabalho infantil a ajuste fiscal. Editoria Cotidian, p. C1.

²⁰⁷ SANTOS, Chico. Folha de S. Paulo, 22/11/2003. IBGE estuda fazer pesquisa nacional sobre desemprego. Editoria Dinheiro, p. B10.

Em 23/11/2003, com o nome “Redução do desemprego ainda é dúvida”, o artigo divulgado trata das dúvidas dos economistas sobre a queda do desemprego em 2004, bem como do tipo de emprego que será criado.²⁰⁸

Aparece em 26/11/2003 o artigo chamado “Pescadores receberão seguro-desemprego”, em que a Folha publica a criação do seguro-desemprego para os pescadores artesanais.²⁰⁹

“Mercado sente falta do tradicional” é o título do último artigo sobre emprego e desemprego, divulgado em 30/11/2003. Trata da questão dos engenheiros que migram para os escritórios em busca de status e melhores salários, despertando no mercado a falta do perfil tradicional de engenheiros, em que engenheiro valorizado é aquele que tem visão generalista e competência técnica.²¹⁰

Iniciando as publicações sobre emprego e desemprego o ano de 2004 começa com a divulgação do artigo “Na década, indústria fecha 805 mil vagas”, que trata do fechamento de 804,8 mil postos de trabalho no período de 1990 a 2001, em virtude das importações e da modernização tecnológica. David Kuper, coordenador do estudo, disse à Folha que o difícil para o governo não era criar 10 milhões postos de trabalho, e sim não eliminar outros 10 milhões.²¹¹

Há um artigo também divulgado em 18/1/2004 que reforça o anterior com o título “Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos”, admitindo que a eliminação de 10,76 milhões de postos foi fruto da modernização tecnológica, segundo estudo da UFRJ, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.²¹²

Como o título “Emprego industrial fica estável, diz IBGE”, divulgado em 22 de janeiro de 2004, o número de postos criados cresceu 0,1% em novembro, mas para o

²⁰⁸ FERNANDES, Fátima e ROLLI, Cláudia .Folha de S. Paulo, 23/11/2003. Redução do desemprego ainda é dúvida. Editoria Dinheiro, p. B6.

²⁰⁹ Reportagem especial para Luziânia – Folha de S.Paulo, 26/11/2003. Pescadores receberão seguro-desemprego. Editoria Brasil, p. A.

²¹⁰ LIMA, Bruno. Folha de S.Paulo, 30/11/2003. Mercado sente falta do tradicional . Editoria Empregos, p. 4.

²¹¹ FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo, 18/1/2004. Na década, indústria fecha 805 mil vagas. Editoria Dinheiro, p. B7.

²¹² Idem. 18/1/2004. Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos. Editora Dinheiro, p. B1.

economista Lauro Ramos, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2003 foi o pior ano da história para o emprego.²¹³

“Agarre a sua vaga” é o título do artigo publicado em 9/2/2004. que mostra a situação do mercado de trabalho na busca de jovens com experiência; em grandes empresas, os programas de estágios são considerados a porta de entrada para a carreira. A maioria dos estagiários não leva tanto em consideração o valor da bolsa-auxílio, mas a oportunidade de aprendizado e de crescimento.²¹⁴

Em 17/2/2004 aparece o artigo “Criar emprego é prioridade, diz Lula”, que trata da geração de empregos pelo governo Lula em 2004. O governo reafirma em mensagem enviada ao Congresso que suas prioridades para 2004, além da geração de empregos, haverá investimentos na área social e de infraestrutura²¹⁵.

Iniciando o mês de março, em 7/3/2004 aparece o artigo “31 milhões trabalham mais que 44 horas”, em que a Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo mostra o, dados do período de 1988 a 2002, revelando que o percentual dos brasileiros que trabalham mais de 44 horas semanais passou de 27,4% para 39,8% . O fato de o trabalhador fazer mais hora, extra contribui para o aumento de desempregados no País.²¹⁶

Em 7/3/2004 há outro artigo, “Desemprego só cai em 2005, dizem especialistas”, que trata do desemprego, em que especialistas, reforçam que nos setores formais não haverá crescimento de emprego em 2004 e o governo não conseguirá efetivar as medidas anunciadas para gerar emprego.²¹⁷

O desemprego no País fica cada vez pior, conforme artigo apresentado em 26/3 com o título “Dados de pesquisas formam quadro ainda desalentador, diz economista”; conforme especialistas, os dados apresentados pela CAGED diferem dos dados do IBGE e do Dieese, pois o CAGED apresenta as quantidades de emprego e desemprego informadas pelas empresas, mas o IBGE e o Dieese divulgam além da eliminação ou criação; o PEA,

²¹³ SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo, 22/1/2004. Emprego industrial fica estável, diz IBGE. Editoria Dinheiro, p. B8.

²¹⁴ KORMANN, Alessandra. Folha de S.Paulo, 9/2/2004. Agarre a sua vaga. Editoria Folhateen, pp. 6 – 9.

²¹⁵ BRAGON, Ranier. Folha de S.Paulo, 17/2/2004. Criar emprego é prioridade, diz Lula. Editoria Brasil, p. A7.

²¹⁶ ROLLI, Cláudia e Fernandes, Fátima. Folha de S. Paulo, 7/3/2004. 31 milhões trabalham mais que 44 horas. Editoria Dinheiro, p. B6.

²¹⁷ SOUZA, Leonardo. Folha de S.Paulo, 7/3/2004. Desemprego só cai em 2005, dizem especialistas. Editoria Dinheiro, p. B5.

População Economicamente Ativa, divulga quantas pessoas entraram ou saíram do mercado de trabalho, e quantas vagas foram criadas, bem como a quantidade de pessoas do mercado informal.²¹⁸

No mês de abril continuam as publicações retratando o desemprego, haja vista o artigo “Desemprego em alta” divulgado em 28/4/2004, que além de mostrar os números do desemprego conforme o IBGE, apresenta também a desaceleração na renda do trabalhador, em queda de 2,4%.²¹⁹

No artigo de 16/5/2004, “Apagão estatístico distorce dados de emprego”, a Folha retrata a confusão dos resultados sobre desemprego. Enquanto o governo federal anuncia crescimento de empregos formais mediante os dados adquiridos do CAGED (empresas informam mensalmente o número de admissões e demissões), o IBGE, a Fundação Seade e o Dieese ressaltam o crescimento do desemprego, conforme pesquisas feitas nas regiões metropolitanas. Diante da confusão, o desemprego virou tema político, e os números apontados criam dúvidas sobre a realidade do mercado de trabalho no Brasil.²²⁰

Em 18/5/2004, o artigo chamado “Vazio Estatístico”, em que a Folha publica que não é com estatísticas que se combate o desemprego, porém com dados abrangentes e detalhados o governo terá em mãos instrumento para formular as políticas públicas.²²¹

“Emprego formal tem crescimento recorde”, artigo publicado em 19/5/2004; após artigos divulgados sobre a confusão com dados resultantes sobre o desemprego, a Folha informa o crescimento recorde dos trabalhadores com carteira assinada. Segundo os dados do CAGED, o crescimento foi de 2,3 % comparado com os registros de dezembro de 2003, percentual que corresponde à geração de 534.939 empregos formais; é o melhor resultado apresentado desde 1992. Conforme o ministro do Trabalho Ricardo Berzoini, os números mostram uma tendência de crescimento do mercado de trabalho.²²²

²¹⁸ PRADO, Maeli. Folha de S.Paulo. 26/3/2004. Dados de pesquisas formam quadro ainda desalentador, diz economista. Editoria Dinheiro, p. B5.

²¹⁹ Folha de S.Paulo. 28/4/2004 Desemprego em Alta. Editoria Dinheiro, pA2.

²²⁰ FERNANDES, Fátima e ROLLI, Cláudia. Folha de S. Paulo, 16/5/2004. Apagão estatístico distorce dados de emprego. Editoria Dinheiro, p. B1.

²²¹ Editorias – Folha de S.Paulo, 18/5/2004. Vazio Estatístico. Editoria Opinião, p. A2.

²²² SOFIA, Juliana. Folha de S. Paulo, 19/5/2004 Emprego formal tem crescimento recorde. Editoria Dinheiro, p. B6.

Para que as taxas de desemprego comecem a cair, o Brasil deverá ter um crescimento de 4% ao ano, na opinião dos economistas escutados pela Folha, conforme artigo de 21/5/2004 denominado “País precisa crescer mais de 4% para reduzir taxa, dizem analistas.”²²³

Artigo divulgado em 2/6/2004 com o título “Emprego acompanhou PIB, diz estudo”, a Folha ressalta a estimativa do economista Márcio Pochmann, que faz a correlação entre o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e o aumento de empregos no primeiro trimestre do ano. O estudo ainda diz que se o ritmo do crescimento for mantido, 1,2 milhões de vagas com carteira assinada serão criadas até o final de 2004.²²⁴

“Proporção de jovens que procuram emprego dobra em 10 anos, diz OIT”, em artigo divulgado em 17/6/2004, informando que entre 1992 e 2002 o percentual dos que procuram emprego com idade entre 10 e 17 anos subiu de 11,3% para 22,7% no Brasil. Os jovens procuram emprego por necessidade. Os dados são resultado de estudos feitos pelo IBGE.²²⁵

Aparece em 25/6/2004 o artigo com o título “SP é responsável por 82% das vagas criadas no País”; trata dos dados mostrados pelo IBGE na cidade de São Paulo, que contribuíram para o aumento do emprego no Brasil. As contratações no setor público foram responsáveis pelo crescimento do emprego no Estado de São Paulo e também apresentou um crescimento de 2% na renda, comparado ao mês de abril.²²⁶

Com o título “Emprego cresceu mais no interior, diz IPEA”, em 3/7/2004 a Folha divulga o crescimento do emprego, principalmente no interior, devido à saída das indústrias dos centros para as pequenas cidades e também à expansão do agronegócio.²²⁷

O mês de agosto começa divulgando o artigo “Crescem os empregos com salários baixos”; a notícia boa e positiva é sobre a geração de emprego formal, isto é, com carteira

²²³ Folha de S. Paulo, 21/5/2004 País precisa crescer mais de 4% para reduzir taxa, dizem analistas. Editoria Dinheiro, p. B9.

²²⁴ Reportagem local. Folha de S. Paulo, 2/6/2004 Emprego acompanhou PIB, diz estudo. Editoria Dinheiro, p. B5.

²²⁵ STRAUSS, Luís Renato. Folha de S. Paulo, 17/6/2004 Proporção de jovens que procuram emprego dobra em dez anos, diz OIT. Editoria Brasil, p. A6.

²²⁶ Sucursal do Rio. Folha de S. Paulo, 19/5/2004. Emprego formal tem crescimento recorde. Editoria Dinheiro, p. B3.

²²⁷ SOARES, Pedro. Folha de S. Paulo, 3/7/2004. Emprego cresceu mais no interior, diz Ipea. Editoria Dinheiro, p. B4.

assinada, e a notícia ruim é que a qualidade do emprego que está sendo criado é precária. Os dados do Dieese apresentam o crescimento no número de trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, no primeiro semestre de 2002, último ano do governo de FHC, 68%, e no mesmo período em 2003, primeiro ano do governo Lula, o percentual foi para 71,93 %, e em 2004 passou para 72,13% .²²⁸

Em 12/8/2004, com o nome “Recorde de jovens desempregados pode incitar crime e terror, diz OIT” (Organização Internacional do Trabalho), encontra-se o artigo que trata do desemprego global. De 88 milhões de jovens desempregados no mundo, o Brasil contribui com 4% desse número, o que corresponde a 3,5 milhões de desempregados jovens. Conforme a Folha, no que diz respeito ao Brasil, o desemprego está correlacionado com a criminalidade, a atração por atividades ilegais, como o tráfico de drogas em consequência do desemprego.²²⁹

Dando continuidade ao assunto “Desemprego Juvenil no mundo em 2003”, a Folha informa que no Brasil a taxa de desemprego juvenil corresponde a 17,7%, ou a 3.5 milhões de pessoas, segundo a PNAD de 2001.²³⁰

Após alguns artigos mencionando a questão do desemprego no Brasil e no mundo, em 20/8/2004 a Folha divulga: “Fundação Seade revela mapa da geração de empregos em São Paulo”, falando do crescimento de emprego no setor de serviços, enquanto no setor industrial há um enxugamento de vagas.²³¹

Com o título “Setor turístico deve gerar 200 mil empregos neste ano, diz ministro”, a Folha divulga em 25/8/2004 artigo sobre o crescimento de emprego nas atividades ligadas ao turismo, conforme o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia.²³²

Desemprego nas fazendas de monocultura na região Centro-Oeste, em virtude da modernização do agronegócio, é matéria divulgada em 12/9/2004, chamada “Mecanização engorda fileira de sem-terra”.²³³

²²⁸ ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo, 1/8/2004. Crescem empregos com salários baixos. Editoria Dinheiro, p. B1.

²²⁹ VILA NOVA, Carolina. Folha de S. Paulo, 12/08/2004. Recorde de jovens desempregados pode incitar crime e terror, diz OIT.

²³⁰ Folha de S. Paulo, 12/8/2004. Desemprego juvenil no mundo em 2003. Editoria Mundo, p. A12.

²³¹ CARDOSO, Cíntia. Folha de S. Paulo, 20/8/2004. Fundação Seade revela mapa da geração de empregos em São Paulo, Editoria Cotidiano, p. C5.

²³² Sucursal de Brasília. Folha de S. Paulo, 25/8/2004. Setor turístico deve gerar 200 mil empregos neste ano, diz ministro. Editoria Dinheiro, p. B14.

Na sequência aparece mais um artigo sobre desemprego, divulgado em 14/10/2004, “Desemprego é menor fora de grandes centros”, conforme estudo preparado com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontando a taxa de 14,23% nas seis principais regiões metropolitanas.²³⁴

A Folha divulga artigo em 15/10/2004 com o título “Aumenta a migração de empresas para o interior”, que trata do aumento de emprego no interior e em cidades situadas no entorno das capitais, devido aos incentivos fiscais e menores custos de produção. Diz que no período de 1997 a 2002 o total de empresas cresceu 33,9% nas capitais contra 45,5% no interior, conforme estudos do IBGE.²³⁵

Em 9/11/2004 aparece o artigo “Metrópoles concentram alta de emprego informal”, em estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Pode-se dizer que se trata da continuação do artigo anterior, devido ao aumento de desemprego nas capitais em virtude das transferências das empresas para o interior, e assim causando o aumento de empregos sem carteira assinada, isto é, aumento do emprego informal nas metrópoles de 41% para 50% no período de 1992 a 2002, e queda no resto do País de 58,5 % para 56,4% no mesmo período .²³⁶

Conforme artigo divulgado em 21/12/2004, “Trabalho prevê criação de 70 mil vagas”, o Ministério do Trabalho vê otimismo a respeito do Consórcio Social da Juventude, projeto criado no Rio de Janeiro que executa o Programa Primeiro Emprego; o objetivo para 2005 é criar 70 mil vagas dando oportunidade aos jovens de terem seu primeiro emprego .²³⁷

A Folha inicia o ano de 2005 divulgando a matéria “Fábrica na Bahia diz ter criado 7.000 postos”. Trata-se da instalação de uma unidade da Ford na Bahia, que tinha como objetivo inicial criar 50.000 postos de trabalho, e embora não tenha sido criada, traz

²³³ ORNAGHI, Tiago. Folha de S. Paulo, 12/9/2004. Mecanização engorda fileira de sem-terra. Editoria Dinheiro, p. B8.

²³⁴ PRADO, Maeli. Folha de S. Paulo, 14/10/2004. Desemprego é menor fora de grandes centros. Editoria Dinheiro, p. B1.

²³⁵ SOARES, Pedro. Folha de S. Paulo, 15/10/2004. Aumenta a imigração de empresas para o interior. Editoria Dinheiro, p. B5.

²³⁶ SOARES, Pedro. Folha de S. Paulo, /11/2004. Metrópoles concentram alta do emprego informal. Editoria Dinheiro, p. B3.

²³⁷ Sucursal do Rio. Folha de S. Paulo, 21/12/2004. Trabalho prevê a criação de 70.000 vagas. Editoria Dinheiro, p. A6.

benefícios, pois gera empregos indiretamente, conforme opinião do secretário estadual da Fazenda.²³⁸

Com o título “Emprego formal cresce mais do que o PIB”, em 9/1/2005, aparece um artigo baseado no estudo do economista Rogério Constanzi, que diz que a economia brasileira gerou mais empregos formais que o crescimento do PIB, e a tendência do trabalho informal parou de crescer nas metrópoles.²³⁹

No artigo de 14/1/2005, com o nome “Selic maior deve afetar emprego após 5 meses” , a Folha trata da questão do mercado de trabalho que deve ser afetado negativamente devido ao aumento das taxas de juros .²⁴⁰

Em 6//2005 a Folha, com o título “Metrópole passa campo na criação de vagas”, apresenta o artigo positivo sobre a geração de empregos formais nas regiões metropolitanas, enquanto a entressafra afetou as contratações no interior, conforme dados do CAGED²⁴¹.

“Desemprego se resolve em até dez anos, diz Palloci”é título do artigo divulgado em 5/4/2005. Conforme o ministro, com o rearranjo dos gastos do governo, a carga de impostos pode cair no período de seis a dez anos, e o Brasil conseguirá resolver o problema do desemprego caso tenha um crescimento de forma sustentada.²⁴²

Em 5/7/2005 a Folha divulga o artigo ”Informal se concentra em metrópole, diz IPEA”, e aponta que devido ao processo de enxugamento das indústrias pela terceirização da mão-de-obra, e de acordo com dados da PME (Pesquisa mensal de emprego), a informalidade passou de 40% em 1991 para 50% em 2002.²⁴³

²³⁸ FRANCISCO, Luiz. Folha de S. Paulo. 2/1/2005. Fábrica na Bahia diz ter criado 7.000 postos. Editoria Dinheiro, p. B3.

²³⁹ CARIELLO, Rafael. Folha de S.Paulo. 9/1/2005. Emprego informal cresce mais do que o PIB. Editoria Dinheiro, p. B5.

²⁴⁰ DA CRUZ, Ney Hayashi. Folha de S. Paulo, 14/1/2005. Selic maior deve afetar emprego após 5 meses. Editoria Dinheiro, p. B5.

²⁴¹ BILLI, Marcelo. Folha de S. Paulo. 6/2/2005. Metrópole passa campo na criação de vagas. Editoria Dinheiro, p.B1.

²⁴² Reportagem local. Folha de S.Paulo, 5/4/2005. Desemprego se resolve em até dez anos , diz Palocci. Editoria Dinheiro, p. B1.

²⁴³ LAGE, Janaina. Folha de S. Paulo, 5/7/2005. Informal se concentra em metrópoles, diz IPEA. Editoria Dinheiro, p.B5.

A Folha divulga artigo sobre trabalho infantil em 10/7/2005 chamado “Trabalho infantil migra para o “quintal””, retratando a migração do trabalho infantil das indústrias para as oficinas caseiras e agricultura familiar. O trabalho formal para jovens com menos de 16 anos é proibido no Brasil e a aprendizagem só é permitida a partir de 14 anos. O Ministério do Desenvolvimento Social fornece bolsas por meio do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) para manutenção das crianças na escola.²⁴⁴

Em continuação ao assunto tratado anteriormente, trabalho infantil, com o título “Família recebe bolsa, mas criança trabalha”, a Folha retratou que o PETI criado em 1997 no governo de Fernando Henrique Cardoso não tem evitado que crianças e adolescentes trabalhem. Buscando melhorias para um melhor controle, o PETI terá um cadastro único e fundido com o programa Bolsa Família e os recursos serão pagos pela Caixa Econômica Federal e não mais pelas prefeituras.²⁴⁵

Com o título “60 mil enfrentam fila por emprego”, em 4/8/2005 a Folha divulga artigo relatando que a prefeitura de Paulínia abre um concurso para 893 vagas em 59 cargos públicos em Paulínia, e faz com que o número de inscritos seja quase igual ao número da população, 60,8 moradores.²⁴⁶

Em 12/8/2005 aparece o artigo com características sociais, “Medo de desemprego estressa brasileiro”, que retrata a situação do medo de perder o emprego, e como consequência perder o padrão de vida.²⁴⁷

“Sob Lula, país teve maior desemprego desde 1992”, este foi o nome do artigo divulgado em 26/11/2005, que retratou mais uma vez a questão de desemprego no País, conforme dados publicados pelo IBGE. A Folha traça um comparativo das taxas de emprego e desemprego do período de governo de FHC com os dois primeiros anos do governo de Lula; 2003 apresentou o pior índice de desemprego desde 1992, e o ano de

²⁴⁴ LEITE, Fabiane e COLLUCCI, Cláudia. Folha de S. Paulo, 10/7/2005. Trabalho Infantil migra para o “quintal”. Editoria Cotidiano, p. C1.

²⁴⁵ COLLUCCI, Cláudia. Folha de S. Paulo, 10/7/2005. Família recebe bolsa, mas criança trabalha. Editoria Cotidiano, p. C3.

²⁴⁶ SIMIONATO, Maurício. Folha de S. Paulo, 4/8/2005. 60 mil enfrentam fila por emprego. Editoria Dinheiro, p. B4.

²⁴⁷ MATTOS, Adriana. Folha de S. Paulo, 12/8/2005. Medo de perder emprego estressa o brasileiro. Editoria Dinheiro, p. B14.

2004 apresentou a taxa de desemprego igual à taxa de 1998. Com a modernização da indústria e o avanço tecnológico, as empresas passaram a gerar menos emprego.²⁴⁸

Em 26/11/2005 aparece o artigo sobre trabalho feminino, com a denominação “Mulher eleva presença no emprego, mas ainda tem pior remuneração”; a Folha divulgou artigo retratando o crescimento do trabalho feminino em 2004, porém trabalho da pior qualidade e com remuneração menor.²⁴⁹

Com o título “Mercado se fecha para os menos instruídos” encontramos o artigo divulgado pela Folha em 26/11/2005. Ele retrata o crescimento de vagas para as pessoas que têm escolaridade maior, e queda de emprego de 1,1 % para quem tem menor nível de escolaridade, isto é, com o ensino fundamental incompleto (até sete anos de estudo), conforme estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).²⁵⁰

Ainda em 26/11/2005, temos artigo “Rico empobrece e desigualdade diminui”, mostrando que em 2004, quando comparado com 2003 conforme PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio) divulgada pela IBGE, registra o aumento de emprego em 3,3% e queda do desemprego de 9,7% para 9% no período de 2003 para 2004.²⁵¹

Em 29/11/2005 encontramos o artigo “Pobreza caiu 8% no País em 2004, diz FGV”, que apresenta pesquisa baseada em resultado dos PNAD, acentuando que a redução dos índices de pobreza foi resultado da melhora da distribuição de renda e aumento de emprego, do salário e dos programas assistenciais, como o Bolsa Família, que é focado nos mais pobres.²⁵²

Com o título “Emprego Estagnado”, em 23/12/2005 a Folha retrata a queda do PIB de 1,2% do segundo para o terceiro trimestre, e o resultado da taxa do desemprego próxima de 9.5% durante seis meses consecutivos.²⁵³

²⁴⁸ Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Sob Lula, país teve maior desemprego desde 1992. Editoria Caderno Especial, p. Especial -3.

²⁴⁹ SOARES, Pedro e GOIS, Antonio. Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Mulher eleva presença no emprego, mas ainda tem pior remuneração. Editoria Caderno Especial, p. Especial – 2.

²⁵⁰ Sucursal do Rio. Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Mercado se fecha para os menos instruídos. Editoria Caderno Especial, p. Especial – 2.

²⁵¹ SOARES, Pedro e GOIS, Antonio. Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Rico empobrece, e desigualdade diminui. Editoria Caderno Especial, p. Especial -1.

²⁵² SOARES, Pedro. Folha de S. Paulo, 29/11/2005. Pobreza caiu 8% no país em 2004, diz FGV. Editoria Dinheiro, p. B6.

²⁵³ Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Emprego Estagnado. Editoria Opinião, A2.

Para finalizar o ano de 2005, a Folha divulga 2 artigos, um com o título “Empresas apostam na demanda interna”, divulgado em 25/12/2005, apresentando que os diversos setores da economia que tiveram desempenhos discretos, têm expectativas de desempenho positivo em 2006, e como consequência disso, haverá melhora na renda e no emprego.²⁵⁴ Com o nome “Melhora no emprego não atinge renda”, em artigo também divulgado em 25/12/2005, a Folha mostra que conforme os dados publicados pelo IBGE, nos três anos do governo Lula o mercado apresentou uma melhora no emprego. Aponta também que a renda do trabalhador e a qualidade do emprego ficaram a desejar. Apresentou ainda a predominância do trabalho informal.²⁵⁵

Com o título “Crescem vagas para trabalhador acima de 40 anos”, a Folha divulga o artigo em 4/2/2006 que, de acordo com pesquisa do Dieese, mostra que o mercado apresentou queda do desemprego em 9,6 % em 2005, e para as faixas etárias superiores a 40 anos a queda foi maior. No caso de trabalhadores com idade de 40 a 49 anos, a redução da taxa foi de 9,8%; a queda foi maior do que a média apresentada para o período.²⁵⁶

Em 15/2/2006 aparece o artigo “Emprego na indústria de SP começa estável no ano, dizem Fiesp e Ciesp”, que retrata a estabilidade do emprego no setor a partir do mês de dezembro.²⁵⁷

Artigo aponta que a maior preocupação do brasileiro é o trabalho, ele teme perder o emprego, conforme consulta feita pela ACNielsen com 23,5 mil pessoas de 42 países. O artigo foi divulgado pela Folha na editoria Dinheiro em 19/2/2006 com o título “Perder emprego é o maior dos temores.”²⁵⁸

A dependência dos pais leva o jovem a adiar a transição à vida adulta; a idade limite de os homens deixarem a casa dos pais passou de 37,9 para 39,5 e das mulheres de 31,1 para 31,9, conforme estudo do IPEA. O principal é a dificuldade de entrada no mercado de trabalho e a necessidade de qualificação melhor. Esse assunto foi tratado pela

²⁵⁴ MATTOS, Adriana . Folha de S. Paulo, 25/12/2005. Empresas apostam na demanda interna. Editoria Dinheiro; p. B4.

²⁵⁵ BARROS, Guilherme et al . Folha de S. Paulo, 25/12/2005. Melhora no emprego não atinge renda . Editoria Dinheiro – Seção Mercad o aberto, p. B2.

²⁵⁶ BILLI, Marcelo. Folha de S. Paulo, 4/2/2006 . Crescem vagas para trabalhador acima dos 40 . Editoria Dinheiro, p. B1.

²⁵⁷ BILLI, Marcelo. Folha de S. Paulo, 15/2/2006. Emprego na indústria de SP começa estável no ano, dizem Fiesp e Ciesp . Editoria Dinheiro, p. B1.

²⁵⁸ . Folha de S. Paulo, 19/2/2006 . Perder emprego é o maior dos temores. Editoria Emprego, p. 3.

Folha no artigo publicado em 20/2/2006 com o nome “Jovem demora mais para ter independência”.²⁵⁹

Em 7/4/2006, com o título “Construção civil se recupera e contrata 36,6 mil no bimestre”, o artigo retrata a expectativa das empresas de construção civil de crescimento em 5,1%. O número está acima da média registrada nos últimos 15 anos, que foi de 1,2%.²⁶⁰

“Sob Lula, emprego cresce, mas renda cai”, este foi o nome do artigo divulgado em 30/4/2006, que diz que apesar de os números serem positivos, os especialistas esperavam mais do governo de Lula, como regras para impedir demissões e evitar o achatamento dos salários, pois ele apenas deu continuidade à política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, falou para a Folha que foram criados 3,7 milhões de vagas desde 2003 e que o governo não falhou.²⁶¹

Em 04/07/2006, aparece o artigo chamado “Forma de emprego” que fala do crescimento dos postos de trabalho com carteira assinada, o IBGE detecta a tendência de formalização do emprego nas principais regiões metropolitanas.²⁶²

“Aumenta a proporção de trabalhadores mais velhos”, tema do artigo divulgado em 21/7/2006, que retrata que no Brasil a força de trabalho está envelhecendo. O percentual de trabalhadores com mais de 50 anos subiu de 15,4 para 18,1% no período de maio de 2002 para maio de 2006, e esse grupo apresentou perdas salariais menores no período, conforme estudo do IBGE.²⁶³

“Emprego precário é o que mais cresce” – título do artigo divulgado em 30/7/2006, mostra a queda no ritmo da criação das vagas com carteira assinada em 2006, sobre a

²⁵⁹ Sucursal Rio Folha de S. Paulo, 20/2/2006 . Jovem demora mais para ter independência. Editoria Cotidiano, p. C3.

²⁶⁰ CANZIAN, Fernando. Folha de S. Paulo, 7/4/2006 . Construção civil se recupera e contrata 36,6 mil no bimestre. Editoria Dinheiro, p. B11.

²⁶¹ ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima . Folha de S. Paulo, 30/4/2006 . Sob Lula, emprego cresce, mas renda cai . Editoria Dinheiro, p. B6.

²⁶² Folha de S. Paulo, 4/7/2006 . Forma de Emprego. Editoria Opinião, p. A2.

²⁶³ GOIS, Antonio. Folha de S. Paulo, 21/7/2006 Aumenta a proporção de trabalhadores mais velhos . Editoria Dinheiro, p. B1.

piora da qualidade da mão-de-obra. Há tendência de queda da renda do trabalhador mais escolarizado, pois em cada 10 empregos criados, 9 pagam só até 2 salários mínimos.²⁶⁴

Artigo divulgado em 1/8/2006, chamado “Vagas Precárias”, mostra que segundo o IBGE a taxa de desemprego no primeiro semestre ficou em 10.1%, quase no mesmo patamar do primeiro semestre de 2005. O desempenho apresentado mostra que a economia não está gerando emprego. Conforme os dados do CAGED, além da queda na geração de empregos formais, o mercado apresenta deteriorização na qualidade da mão-de-obra contratada.²⁶⁵

Em 3/8/2006 aparece o artigo “Senador é incluído em ‘lista suja’ do trabalho escravo”, dizendo que o senador João Ribeiro e o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura foram acusados de explorar trabalhadores em condições análogas de escravos.²⁶⁶

“Desemprego aumenta 80% em 12 anos”, nome do artigo divulgado em 10/8/2006 mostra que, conforme os dados do IPEA, no período de 1992 a 2004 foram criados 17,5 milhões de novas vagas no mercado formal de trabalho, mas mesmo assim o País apresentou aumento na taxa de desemprego de 78,4 %.²⁶⁷

A Folha apresentou artigo “Safrá de dados desfavoráveis a Lula deve persistir”, divulgado em 27/8/2006, que trata dos indicadores econômicos ruins para o governo, como a taxa de desemprego, que de junho para julho passou de 10,4% para 10,7%, e queda na renda do trabalhador em julho, conforme indicadores do IBGE.²⁶⁸

Em 11/9/2006, com o título “53% dos formados no País trabalham em outras áreas”, a pesquisa compara a profissão de 3,5 milhões de trabalhadores formados em 21 áreas diferentes. Os dados foram compilados do Senso do IBGE de 2000. Pesquisadores

²⁶⁴ CANZIAN, Fernando. Folha de S. Paulo, 30/7/2006 . Emprego Precário é o que mais cresce . Editoria Dinheiro, p. B1.

²⁶⁵ . Folha de S. Paulo, 1/8/2006 . Vagas precárias. Editoria Opinião, p. A2.

²⁶⁶ REIS ,Tiago e FIGUEIREDO, Francisco. Folha de S. Paulo, 3/8/2006. Senador é incluído em “lista suja” do trabalho escravo. Editoria Brasil, p. A13.

²⁶⁷ DANTAS, Iuri . Folha de S. Paulo, 10/8/2006 . Desemprego aumenta 80% em 12 anos . Editoria Dinheiro, p. B4.

²⁶⁸ BALBI Sandra e LEITE, Janaina. Folha de S. Paulo, 27/8/2006. Safrá de dados desfavoráveis a Lula deve persistir. Editoria Dinheiro, p. B1.

descobriram que 53% das pessoas trabalham em profissões distintas das em que se prepararam.²⁶⁹

A Folha apresenta artigo divulgado em 4/11/2006 com o título “TI deve gerar 630 mil novos postos de trabalho na AL até 2009”. Ele mostra que o Brasil é apontado como destaque na área de TI, pois apresenta maior número de pessoas trabalhando no segmento, totalizando 892 mil trabalhadores, equivalente a 47% do total das vagas existentes em toda a América Latina.²⁷⁰

“Brasil tem dívida com os jovens, diz governo”, foi o título do artigo divulgado em 12/11/2006, que diz que o combate à evasão escolar é prioridade do secretário da Juventude. Governo cita programas voltados para o jovem, mas admite que não resolvem, pois o problema da baixa escolaridade é estrutural.²⁷¹

Ainda em 12/11/2006 a Folha divulga o artigo “Jovens chegam ao mercado de trabalho sem qualificação”, e conforme os dados do IBGE, 37% dos jovens de 15 a 25 anos não completaram nem o ensino fundamental. O mercado de trabalho exclui o trabalhador com menos de oito anos de escolaridade. A tendência é que o nível mínimo de escolaridade aceito pelo mercado formal seja o ensino médio completo.²⁷²

“Negros são metade dos desempregados”, artigo publicado em 18/11/2006 mostrou que, conforme o IBGE, mais da metade dos desempregados, 50,8% em setembro de 2006, era de pretos ou pardos. Os brancos representam 56,5% das pessoas em idade ativa, e desse número, 49% são desocupados. O estudo mostra que pretos e pardos têm a menor escolaridade.²⁷³

Em 10/12/2006, aparece o artigo “Renda da classe média cai 46% em 6 anos”, que mostrou que a criação de emprego no primeiro mandato do governo Lula foi negativa. A

²⁶⁹ GOIS, Antonio . Folha de S. Paulo, 11/9/2006 . 53% dos formandos no país trabalham em outras áreas .
Editoria Cotidiano, p. C1.

²⁷⁰ BARROS, Guilherme et al . Folha de S. Paulo, 4/11/2006 . TI deve gerar 630 mil novos postos de trabalho na AL até 2009 . Editoria Dinheiro, p. B2.

²⁷¹ Folha de S. Paulo, 12/11/2006 . Brasil tem dívida com jovens, diz governo. Editoria Dinheiro, p. B4.

²⁷² GOIS, Antonio . Folha de S. Paulo, 12/11/2006 . Jovens chegam ao mercado de trabalho sem qualificação.
Editoria Dinheiro, p. B1.

²⁷³ SPITZ, Clarice . Folha de S. Paulo, 18/11/2006 . Negros são metade dos desempregados . Editoria Dinheiro, p. B14.

classe média apresenta encolhimento na participação no total da renda nos últimos anos, conforme dados do CAGED. A população que ganha acima de três salários mínimos perdeu dois milhões de empregos formais desde 2001. E o trabalhador que recebe até 1 salário mínimo tem aumento de 124% nos ganhos e saldo de 2,2 milhões de vagas.²⁷⁴

“Para 55%, situação econômica vai melhor”, este foi o título do artigo divulgado em 17/12/2006, que apresentou o resultado da pesquisa Datafolha mostrando que há expectativa sobre a diminuição do desemprego no segundo mandato de Lula. Para 34% dos entrevistados, o desemprego deve aumentar; para 32%, deve diminuir, e para 31%, deve ficar como está. Quanto maior renda, mais temor do desemprego o entrevistado apresenta; apenas 33% dos que ganham até dois salários mínimos acham que o mercado de trabalho deve piorar. A Região Nordeste apresenta resultado mais otimista em relação ao emprego, enquanto as Regiões Sul e Sudeste são as mais pessimistas.²⁷⁵

Os artigos divulgados abordam fundamentalmente as taxas decorrentes de emprego e desemprego e dos indicadores apontados pelo IBGE. Os artigos que cuidam do impacto social do desemprego são em números muito menores. Conforme já descrito, há um deles que cuida do esgarçamento do tecido social provocado pela demissão. Há outro que vê a história de vida de vinte moradores – 72% dos quais desempregados moradores na Rua do Trabalho.

Há mais um artigo mostrando o comprometimento da relação familiar provocado pelo desemprego. E um que fala sobre o divórcio entre a capacitação dada pela escola e o mercado de trabalho que, conforme o artigo, mais estudo não garante mais emprego.

Embora de modo indireto, há um artigo que trata do trabalho forçado, ou trabalho em regime de escravidão em fazendas do sul do Pará.

A Folha também apresenta artigo sobre o trabalho infantil como resultante do desemprego familiar. Com o desemprego dos pais, as crianças e jovens entram no mercado de trabalho visando a contribuir para a renda da família.

²⁷⁴ CANZIAN, Fernando. Folha de S. Paulo, 10/12/2006. Renda da classe média cai 46% em 6 anos. Editoria Dinheiro, p. B1.

²⁷⁵ Idem, Folha de S. Paulo, 17/12/2006. Para 55%, situação econômica vai melhorar. Editoria Dinheiro, p. B1.

VI. VISÃO ACADÊMICA SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO NO BRASIL

Esse capítulo analisa os resumos da produção acadêmica sobre emprego e desemprego, realizada nos diversos programas de mestrado e de doutorado existentes na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) , bem como os artigos produzidos para os encontros anuais da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós- Graduação em Economia) no período de 2003 a 2006.

Balanco dos resumos das dissertações e teses – CAPES

Para realizar este balanço crítico da produção acadêmica brasileira, em outubro de 2007 foi feita uma busca por assunto “emprego” e “desemprego” no Banco de Teses e Dissertações da CAPES _ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e impressos os resumos encontrados, num total de 56, incluindo trabalhos de doutorado e de mestrado, acadêmicos e profissionalizantes. Do material produzido, analisaram-se 41 resumos sobre assuntos relacionados ao tema, e 15 resumos foram descartados por não apresentarem similaridade com a temática de estudo.

Ao fazer essa análise, percebeu-se que o assunto de “emprego” e “desemprego” foi abordado em diversos programas de mestrado e de doutorado encontrados nas inúmeras universidades brasileiras, e nas várias áreas do conhecimento como: Gestão Estratégica em Negócios, Economia, Educação, Ciências Políticas, Administração de Empresa, Demografia, Planejamento Urbano e Regional, Psicologia Social, Serviço Social, Economia Social do Trabalho, Ciências Sociais, Políticas Públicas e Sociedade, Ciências Jurídicas, Engenharia de Produção e Sociologia. No campo da interdisciplinaridade, nota-se a preocupação demonstrada nos resumos dos trabalhos científicos, ao considerar o mercado de trabalho, emprego e desemprego nas diversas linhas e categorias de pesquisas. Nos Anexos há uma tabela detalhada referente ao assunto.

João Carlos da Silva Borges menciona em sua dissertação com o título *Economia Informal: uma Avaliação dos Fatores que Influenciam no Crescimento do Contingente de Mão-de-Obra não-oficializada*, desenvolvida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2003, que o Brasil é o segundo país em desemprego no planeta, e que a economia marginal mantém um grande contingente de jovens. Analisa as situações de emprego e desemprego no Brasil, aumento da informalidade gerada pela precariedade do trabalho (autônomos, pessoas sem carteira assinada e outras formas), o grande déficit da previdência social, a grande evasão de impostos com a consequente falta de emprego estável, aumento da violência, mercado doméstico infantil e baixo nível de escolaridade.

Adélia Doraci de Oliveira Ferreira, em sua dissertação apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina em 2004, *As Batalhas pela sobrevivência no mundo do trabalho, Trajetórias Ocupacionais de egressos do ensino fundamental*, em 1/3/2004, enfatiza as questões do emprego e da escolarização, mais especificamente de jovens. Segundo a autora, as trajetórias ocupacionais de estudantes-trabalhadores se caracterizam por períodos de desemprego e inatividade – e grande rotatividade entre as ocupações, que na maioria das vezes ocorrem sem registro em carteira.

Régia Cristina Oliveira investiga em sua dissertação *Jovens trabalhadores: representações sobre o trabalho na contemporaneidade*, desenvolvida na Universidade de São Paulo em 2001: as expectativas de jovens moradores de Carapicuíba, Cohabs 2 e 5, diante da crise do trabalho; a introdução de novas tecnologias, resultando em mudanças nas qualificações dos trabalhadores, bem como o significado do trabalho, emprego e desemprego para esses jovens.

Gilmar Pereira da Silva, em sua dissertação efetivada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2002, com o título *Trabalho, Educação e (Des) emprego*, discute a questão do trabalho e da educação, a relação entre os dois conceitos e a questão do emprego no Brasil, em particular no Estado do Pará. O objeto de seu estudo é o Conselho de Emprego e Renda do Estado do Pará, dando ênfase ao Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR). Na conclusão o autor apresenta duas impressões: que a educação por si só não responde pela solução do desemprego, e que o seccionamento entre educação propedêutica e educação profissional aumenta o fosso entre o ensino geral das humanidades e o manuseio das ferramentas de trabalho.

Na Universidade Federal da Bahia, em 2006, José Valmir Batista de Cruz, em sua dissertação *O trabalho autônomo na estrutura de ocupação da região Metropolitana de Salvador*, faz uma análise comparativa entre o trabalhador autônomo e o assalariado com e sem carteira, utilizando as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador. Um dos principais resultados deste estudo é o impacto positivo da escolaridade do trabalhador autônomo, abordando os efeitos sobre o setor assalariado com e sem carteira, e a média elevada de rendimentos dos trabalhadores por conta própria que trabalham em empresas.

Christina Britto Larroudé de Paula Leite, em sua tese de doutorado *Desenvolvimento de carreira e significado do trabalho*, aprovada em 1998 na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, realiza um estudo sobre o desenvolvimento de carreira e o significado do trabalho para a turma de formandos de 1982 do curso de Administração de Empresas da mesma instituição.

Ana Cristina Lima Couto, em sua dissertação desenvolvida na Universidade Federal da Bahia, em 2003, *O jovem e o mundo do trabalho: Determinantes de sua participação no mercado de trabalho da região Metropolitana de Salvador*, analisa a problemática que envolve o jovem de 15 a 24 anos de idade e o mundo do trabalho. Utiliza-se da base de dados da Pesquisa de Empregos e Desemprego e discute sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de 90.

Cláudia Sá Malbouisson, em sua dissertação desenvolvida na Universidade Federal da Bahia em 2004, *Duração do Desemprego na Região Metropolitana de Salvador: Mensuração e Análise a partir dos Dados PED*, avalia a duração completa do desemprego da Região Metropolitana de Salvador a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), e declara que os resultados evidenciam que o nível de desemprego da economia e a duração média completa do desemprego mantêm uma relação positiva e direta, de modo que o aumento no desemprego se reflete fundamentalmente no aumento das durações. Também constata que a duração média do desemprego está mais fortemente condicionada pelo estoque de cada categoria e suas respectivas durações médias, não apresentando, portanto, um efeito composicional.

Frederico Luiz Barbosa de Melo, em sua tese apresentada ao programa de doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2006, *Trajetórias no mercado de*

trabalho: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo, investiga as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, considerando a heterogeneidade e a instabilidade do mercado, e também as combinações vigentes entre as características ocupacionais ou não do “chefe de família” com as do seu respectivo “cônjuge”, como forma de buscar aferir o resultado dessas combinações para o bem-estar da família. O autor utiliza a base de dados da Pesquisa de Mobilidade Ocupacional, aliada à Pesquisa de Emprego e Desemprego de São Paulo – RMSP, de abril a dezembro de 2001.

Antonio Pereira da Silva, em dissertação *A jornada de trabalho no sistema capitalista: uma análise histórica*, apresentada na Universidade Estadual de Maringá, em 1999, realiza uma análise histórica acerca da trajetória da jornada de trabalho no sistema capitalista, e mostra a evolução da jornada de trabalho até a conquista de 8 horas, passando a vivenciar uma tendência para pleno emprego. Retrata que a crise instalada a partir da década de 1970, com a aceleração dos índices de desocupação da mão-de-obra, marcou a retomada do debate sobre o tempo de trabalho, como alternativa política relevante na distribuição das riquezas produzidas pelo sistema e no combate ao desemprego verificado globalmente.

Elza Maria Campos analisa o programa de formação profissional desenvolvido pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba, em sua dissertação *A política de formação profissional do sindicato dos bancários de Curitiba em face de reestruturação capitalista*, desenvolvida na Universidade Federal do Paraná em 2000, onde revela que o crescente desemprego e a extinção de numerosos postos de trabalho, evidenciados principalmente no período do estudo, apresentaram-se como elementos relevantes, sugerindo a realização do programa de qualificação e requalificação profissional.

Flávia Vinhaes Santos, em sua dissertação apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2001, com o título *Emprego e desemprego no Estado do Rio de Janeiro*, reflete sobre as teorias de desemprego e suas causas, e o mercado de trabalho no Rio de Janeiro na década de 90, momento em que houve um aumento das taxas de desemprego em todo o mundo. Examina não apenas as teorias, como também a realidade fluminense, que segundo a autora possui uma elevada participação do setor terciário no que se refere à geração de postos de trabalho.

Na Universidade de Brasília, em 2000, na área de Economia, Flávio Oliveira dos Santos, em sua dissertação de mestrado *Evolução dos Ocupados Agrícolas no Paraná de 1970 a 2000* analisa, verifica e compara a evolução da população ocupada com as atividades agrícolas no Estado do Paraná, entre os anos de 1970 e 2000. Utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) no período de 1992 a 1999, e os Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96, censos demográficos para análise do número de pessoas empregadas e desempregadas e ocupadas no meio rural, e a ação trabalhista transitando em julgamento no Estado do Paraná.

Jefferson Mariano, em sua dissertação desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, em 2000, com o título *Reestruturação Produtiva na Economia Paulista: Setor Comercial*, analisa o processo de reestruturação produtiva no setor comercial da região metropolitana de São Paulo ao longo dos anos noventa. O autor procura identificar marcadores de produtividade do trabalho, verificando os impactos dos processos de inovação tecnológica sobre o emprego no setor. Utiliza as informações disponíveis na PAEP – Pesquisa de Atividades Econômicas Paulista_ e na PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE DIEESE.

João Carlos Tenório Argolo, em sua dissertação desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2001, com o título *O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da Cidade do Natal*, define a situação de desemprego como sendo a ausência de uma atividade ocupacional remunerada, regular e formal, contratada ou autônoma, que comporta, além da função econômica do trabalho, funções psicossociais latentes, e a saúde mental como sendo a variação do bem-estar psicológico em função da presença e intensidade de distúrbios mentais leves (não-psicóticos). De acordo com o autor, os resultados da sua dissertação estão na constatação empírica de que efetivamente as características ambientais determinam a reação psicológica das pessoas diante do desemprego.

João Urso Júnior, em sua dissertação de mestrado *Usando a web em pesquisa psicológica: um estudo sobre stress e coping na busca de emprego on-line*, apresentada na Universidade de São Paulo, em 2005, avaliou a relação entre sintomas de *stress* e fatores de *coping* em 31 sujeitos que estavam em busca de emprego pela Internet. E os resultados indicam que, ao navegar na Internet em busca de emprego, quanto maiores forem os sintomas de *stress* e menores os fatores de *coping*, menor será o número de sentimentos

positivos e maior o número de sentimentos negativos. O autor sugere mais pesquisas na área de estudo *stress/coping* e na busca de emprego pela Internet.

Em 2003, na dissertação *O impacto das modificações econômicas do ano de 90 na estrutura de emprego*, apresentada na Universidade Católica de São Paulo, José Mauro da Silva busca compreender as mudanças econômicas ocorridas nos anos 90, assim como as que ocorreram no mercado de trabalho nas questões do emprego e do desemprego. Destacam-se entre as mudanças: a abertura da economia brasileira ao mercado externo; a baixa no ritmo da atividade econômica, com períodos de recessão nos anos de 1990 a 1992 e 1998; e a estabilização econômica alcançada com o Plano Real. Esses três fenômenos estabeleceram uma transformação no sistema econômico que impactou o mercado de trabalho a ponto de provocar queda no nível de emprego. Para o autor, apesar de impacto negativo, as mudanças econômicas ocorridas entre 1989 e 1999 também possibilitaram uma renovação da base produtiva, o que permitiu elevar a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados interno e externo. Além disso, obrigaram o mercado de trabalho a se reorganizar para atender a uma demanda por mão-de-obra mais qualificada, ao mesmo tempo em que reduziram sua capacidade de geração de empregos no modelo formal, e ampliaram a exclusão de grande parte da ocupação para atividades informais e sem carteira assinada, aumentando o contingente de autônomos. De acordo com o autor, esta reorganização, porém, não acomodou grande parte da população, que acabou por se tornar desempregada, elevando sobremaneira os índices de desemprego no período. O alto grau de concentração de renda e as decorrentes desigualdades sociais e pobreza que se instalaram no Brasil continuarão sendo verdadeiros desafios para os próximos governos.

Josiane Bortuluzzi, em sua dissertação *Experiências Associativas de trabalho em Chapecó: resistência ao desemprego ou produção social alternativa*, aprovada em 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina, analisa as experiências associativas de trabalho em Chapecó, com o propósito de entender seu significado no contexto histórico do capitalismo no século XXI. Conclui que as experiências associativas se configuram como forma de resistência ao desemprego e podem ser consideradas uma resposta dos trabalhadores à condição de sobrevivência, e que as experiências associativas de trabalho não se constituem em um modelo de produção social-alternativa, pois continuam se fundamentando na relação capital-trabalho.

Lineu Ferreira Ribas, em sua dissertação *Qualificação Profissional e a Dicotomia emprego-desemprego*, apresentada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 2005, analisa os conceitos históricos do trabalho e sua evolução, considerando-os num contexto contemporâneo mundial, que se afunila para o contexto da conjuntura brasileira. Contextualiza a pesquisa nos últimos 11 anos de governo brasileiro, iniciando com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e chegando ao atual governo, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Analisa também a questão do desemprego e sugere alternativas para combater o desemprego dos trabalhadores empregados no Brasil. Enfoca a relevância da qualificação profissional, conceituando-a e correlacionando-a com a possibilidade de auxiliar o trabalhador na busca de emprego, sobretudo na manutenção do emprego, diminuindo a rotatividade da mão-de-obra. O estudo conclui que houve valorização da qualificação profissional na massa de trabalhadores empregados, com especial destaque para a manutenção do emprego, e não mais somente para a melhoria dos níveis de emprego.

Luciano de Souza Costa retrata em sua dissertação *O Desemprego e seus indicadores*, aprovada na Universidade Estadual de Campinas, em 2002, que as estatísticas de emprego e desemprego foram se tornando, com o passar do tempo, particularmente nestes últimos anos, ineficientes quanto aos seus objetivos de expressar o estado do mercado de trabalho. Ou seja, as estatísticas não conseguem mais dimensionar o grosso do desemprego, deixando ao largo um grande número de pessoas que poderiam ser classificadas como desempregadas, e que erroneamente são consideradas como ativas ou ocupadas.

Luiz Paulo Jesus de Oliveira analisa em sua dissertação *A condição “Provisória-Permanente” dos trabalhadores Informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador*, apresentada na Universidade Federal da Bahia em 2005, como a condição do trabalhador informal torna-se “provisória-permanente” no novo contexto de flexibilização do trabalho. Vale dizer, como o trabalhador se insere em uma atividade informal, que aparentemente é uma forma de sair do desemprego enquanto não encontra outro emprego, e que, com o passar do tempo, por condições estruturais do mercado de trabalho, continua na mesma condição de trabalhador informal.

Manuela Salau Brasil, em sua dissertação *Trabalhador ou não: eis a questão – perspectiva do trabalhador da cidade de Ponta Grossa no final do século XX*, apresentada

em 2001 na Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, busca compreender o significado que o trabalho tem para os trabalhadores empregados e desempregados da cidade de Ponta Grossa, no limiar do século XXI.

Márcia Regina Guimarães Alfano, em sua dissertação *Entre a esperança e a realidade – o perfil do trabalhador informal em Camaçari*, apresentada na Universidade de Salvador em 2003, conclui que em Camaçari, uma cidade industrial e a sua mão-de-obra disponível excluída deste segmento de trabalho, as transformações vividas com a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari e da montadora da Ford contribuíram para a alteração da dinâmica espacial e populacional do lugar, mas não favoreceram seus moradores com o trabalho formal.

Maria do Carmo Moura, em sua dissertação *A ilusão do emprego seguro; a percepção do desemprego por ex-trabalhadores de um Banco Estatal*, aprovada em 2002 na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, analisa a trajetória de desempregados residentes em João Pessoa, despedidos de um Banco Estatal da Paraíba no início dos anos noventa, que passaram por um processo de tentativa de reinserção no mercado de trabalho. O desemprego resultou numa total falta de perspectiva e de chances de reabsorção dessa mão-de-obra no mercado de trabalho, principalmente bancário, e além disso, o trabalhador passou por uma (re)elaboração de sua identidade tanto individual quanto social.

Maria Elisa Almeida Brandt, em sua tese de doutorado *Minha área é casa de família: o emprego doméstico na cidade de São Paulo*, desenvolvida na Universidade de São Paulo, em 2004, realiza um estudo de caso com 26 entrevistas com empregadas e empregadores domésticos da cidade de São Paulo e analisa como as empregadas _ e com menor ênfase as empregadoras (es) _ vivem e refletem sobre o emprego doméstico.

Em dissertação *A inserção da mulher no mercado de trabalho: um retrato da desigualdade na região metropolitana de Belo Horizonte*, aprovada em 2005 na Fundação João Pinheiro, Marília Mariano de Lima investiga a situação da mulher em comparação com a do homem no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2003, e retrata a existência do subemprego e condição inferior mesmo nos setores em que as mulheres dominam. Há confirmação de que, embora haja maior proporção de mulheres ocupadas nos níveis mais elevados de escolaridade, ainda existem desigualdades salariais entre os sexos, confirmando discriminação de gênero.

Maria Meirelene Lopes Lemos, em sua dissertação *Juventude, pobreza e trabalho: desafios para o mundo contemporâneo*, desenvolvida na Universidade Estadual do Ceará em 2006, trata das relações estabelecidas entre a condição social e juvenil dos pesquisados, a categoria trabalho como via de acesso à autonomia e as transformações e crises do mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Apresenta-se como pesquisadora no bairro do Bom Jardim, periferia de Fortaleza, onde foram observados e ouvidos 104 jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, engajados no Projeto Aprender, Brincar e Crescer e nos cursos de qualificação profissional em nível básico, ligados às Secretarias Estaduais da Ação Social, e de Trabalho e Empreendedorismo.

Maria Regina Filgueiras Antoniazzi, em sua tese de doutorado *O plano de qualificação profissional do trabalhador: política pública de emprego?*, aprovada na Universidade Federal da Bahia em 2005, discute os conceitos de emprego e de políticas públicas de emprego no Brasil dos anos 1990, demonstrando duas questões fundamentais: como a adoção da política macroeconômica do governo Cardoso implicou o deslocamento de ações de combate ao desemprego para uma questão técnica – a qualificação, que passa a ser o eixo central do PLANFOR/BA (Plano Estadual de Qualificação Profissional), e as limitações da qualificação proposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Maria Tereza de Oliveira Audi, em sua dissertação *Automação microeletrônica e emprego: considerações a partir de dados coletados no setor automobilístico em São Paulo*, desenvolvida em 1992 na Universidade Católica de São Paulo, analisa o impacto sobre o emprego causado pela automação microeletrônica no período de 1980/1986 em um montadora de automóveis, e em duas empresas fornecedoras de autopeças e componentes.

Michelle Steiner dos Santos demonstra em sua dissertação *Um Mundo sem empregos ou de Desemprego Relações Possíveis Entre Homem e Trabalho para o século*, apresentada em 1999 na Universidade Federal de Santa Catarina, que embora a perspectiva de um mundo sem empregos configure novas relações nos contratos de trabalho, estas nem sempre levam a uma nova forma de repensar no trabalhador e no homem. As cooperativas de trabalho são os maiores exemplos deste fato; embora sejam pela sua própria configuração uma alternativa das mais viáveis e flexíveis econômica e socialmente, de sobriedade para trabalhadores e empresários perante o mercado, são por vezes usadas de forma ilícita.

Maurício José Marangoni, em sua dissertação *A crise no mundo do Trabalho – origens e perspectivas*, desenvolvida na Universidade Metodista de Piracicaba, em 2006, analisa a questão do trabalho como opção ao homem, mas com as problemáticas advindas dos períodos mais significativos da contemporaneidade – pós-guerra, guerra-fria, globalização – e seus impactos sobre o emprego.

Míriam de Toni, em sua tese de doutorado *Para onde vai o mercado de trabalho? A precarização do trabalho na região metropolitana de Porto Alegre*, desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004, indica que as transformações recentes têm conduzido à precarização das formas de inserção da população economicamente ativa no mercado de trabalho_ o que se manifesta por intermédio do aumento do desemprego e da ampliação de formas de inserções mais frágeis e instáveis nesse mercado, via de regra com menor proteção social, paralelamente à retração de inserções ocupacionais cobertas pelas normas legais vigentes.

Olinto Silveira Alves Filho, em sua dissertação *A curva de salário para a Região Metropolitana de Salvador: Uma análise microeconômica a partir dos dados da PED de 1997 a 2003*, aprovada na Universidade Federal da Bahia, analisa a curva de salário para a Região Metropolitana de Salvador, no período de 1997 a 2003, e constata a existência de uma correlação negativa entre a taxa de desemprego local e o nível de salário real, e o grau de flexibilidade do mercado de trabalho da referida região, expressada pelo coeficiente de elasticidade do salário em relação à taxa de desemprego.

Patrícia Pugliesi e Silva em 2002, na mesma Universidade da Bahia, apresentou em sua dissertação *A nova informalidade na Região Metropolitana de Salvador* uma análise comparativa de dados disponibilizados pela PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) referente aos 10% dos informais de maiores rendimentos entre dois períodos distintos: final da década de 80 e final dos anos 90, analisando os novos trabalhadores informais da Região Metropolitana de Salvador e suas respectivas ocupações surgidas na década de 90.

Paulo Henrique Tavares da Silva, em dissertação *A valorização do trabalho como princípio constitucional da ordem econômica brasileira: interpretação crítica e possibilidade de efetivação*, aprovada na Universidade Federal da Paraíba, em 2002, avalia as tentativas estatais utilizadas para a solução do problema do desemprego estrutural. O

autor conclui que a presença do Estado regulando e promovendo as relações de trabalho ainda é necessária, sob uma forma mais participativa, editando normas e conduzindo políticas públicas destinadas a proteger os variados segmentos da classe trabalhadora, que se fragmentou a partir da mundialização do capital.

Roseane Silva Xavier, em sua dissertação *Imagens e representações do Trabalho e do Emprego*, desenvolvida em 2002 na Universidade Federal de Pernambuco, analisa as "novas" ou "transformadas" representações sociais do trabalho, no contexto do desemprego estrutural e da globalização. Identifica o impacto das mudanças no mundo do trabalho, nos significados e atitudes ante o próprio conceito de "trabalho" e o conceito de "emprego", e investiga a dinâmica, os mecanismos e processos pelos quais se constituem e se transformam tais representações, construindo-as compreensivamente.

Sheila Danta Geris, em sua dissertação *A cooperativa de trabalho como alternativa à crise do emprego*, aprovada na Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa em 2006, trata da criação das cooperativas de trabalho como forma de organização produtiva de trabalhadores para o enfrentamento da escassez de postos de emprego formal. Para tanto, analisa a relação entre trabalho cooperativo e contrato de emprego, a partir do estudo dos pontos de interseção e de distanciamento entre estas duas formas de realização do trabalho humano. Reflete a respeito dos principais questionamentos acerca do cooperativismo de trabalho no Brasil, da terceirização por meio de cooperativas, do reconhecimento do vínculo de emprego com o tomador, da fraude à legislação, da contratação com o poder público e do ato cooperativo de trabalho. A autora demonstra que não obstante as fraudes que têm sido identificadas pelos órgãos oficiais de fiscalização, a cooperativa de trabalho é alternativa viável para a promoção da emancipação do trabalhador diante da crise do emprego, e efetivo instrumento de realização da ordem econômica estabelecida na Constituição Federal.

Sônia Aparecida Menegaz trata em sua dissertação *Flexibilização, Desemprego Direito ao Trabalho*, aprovada em 1999 na Universidade de São Paulo, do tema da flexibilização dos direitos trabalhistas, enfocando especialmente as repercussões e contribuições para a solução do grave problema do desemprego. São formuladas diversas hipóteses e propostas de flexibilização de direitos trabalhistas que podem contribuir para diminuir o desemprego, aumentar postos de trabalho e assegurar o direito ao trabalho.

Balanco dos artigos publicados nos Encontros Anuais da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia)

Foi realizada em março de 2010 uma busca com as palavras “emprego” e “desemprego” nos sites da ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, sobretudo nos artigos produzidos nos anos de 2003 a 2006 para evento organizado anualmente pela ANPEC chamado Encontro Nacional de Economia.

Ao realizar esta análise percebeu-se que o assunto “emprego” e “desemprego” foi abordado por vários economistas das diversas universidades brasileiras, em geral de forma técnica, sem levar em consideração os impactos sociais decorrentes do desemprego.

Os artigos na sua maioria tiveram mais de um autor, ao contrário das dissertações e teses analisadas, que eram de uma única autoria.

Em 2003, dos 150 artigos que foram produzidos para o XXI Encontro Nacional de Economia realizado em Porto Seguro /BA, 10 artigos retratavam a questão de emprego e desemprego sob vários aspectos da economia.

O primeiro artigo, de autoria de Marilza Pereira Valentine, Erick Alencar de Figueiredo, Sinézio Fernandes Maia e Adriano Nascimento da Paixão (os três primeiros autores, da Universidade Federal da Paraíba, e Adriano Nascimento da Paixão, da Universidade Federal de Pernambuco) tem como título *Impactos da Política Monetária sobre os níveis de emprego no Brasil pós-Plano Real: uma abordagem quantitativa*, em que investigam através do teorema de neutralidade da moeda os níveis de emprego e desemprego na economia brasileira. Utilizam-se do instrumental econométrico para investigar as características do papel anticíclico da moeda no caso de rejeição da neutralidade perante o nível de emprego. O principal autor de base citado foi Ramos Reis, e o material analisado para construção do artigo foram as séries macroeconômicas brasileiras de agosto de 1994 a dezembro de 2002.

Da PUC do Rio de Janeiro, José Maurício Camargo e Maurício Cortez Reis apresentaram o artigo denominado *Assimetria da informação e desemprego*, onde retratam que o mercado de trabalho gera o desemprego devido à assimetria de informação entre empregadores e trabalhadores. O mercado de trabalho pode desaparecer para os trabalhadores não-qualificados, gerando o desemprego e a informalidade. O desemprego é

mais elevado para os trabalhadores semiquilificados e com algum grau de educação formal (entre 4 e 10 anos de estudo), ou para os não-qualificados (entre 0 a 3 anos de estudo). Os autores reforçam que a assimetria da informação, a relação entre escolaridade e a taxa de desemprego aberto no Brasil tem formato de U-invertido.

Com o título *Criação e Destruição de Emprego na Indústria e os Efeitos do Câmbio e da Abertura Comercial: o Caso da Indústria Gaúcha nos Anos 90*, Eduardo Pontual Ribeiro (UFRGS) e Filipe Keuper Rodrigues Pereira (Univ. Illinois e UFRGS) investigam o efeito do câmbio na criação e destruição do emprego, a dinâmica de emprego na indústria, agenda de pesquisa e política econômica e o efeito do câmbio na abertura comercial no Rio Grande do Sul.

No artigo com o nome de *Trabalho Infantil no Município de Passo Fundo – RS*, os autores Júlia Furlanetto Graef, Paulo de Andrade Jacinto e César Augusto O. Tejada, da UFPR - Universidade de Passo Fundo, investigam através de questionários distribuídos em cinco regiões de Passo Fundo a existência de trabalho infantil e o ingresso no mercado de trabalho de meninos e meninas de 5 a 14 anos. Para os autores, meninos e meninas realizam trabalho infantil para completar a renda familiar, porém os meninos são remunerados.

Com o título *Desemprego Jovem no Brasil*, a pesquisadora Priscilla Matias Flori (IPE/FEA-USP) analisa a estrutura do desemprego no Brasil para os jovens de 14 a 24 anos, através dos dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil no período de 1983 a 2002. Para tanto, o artigo tem como objetivo identificar e analisar as determinantes da elevada taxa de emprego juvenil a fim de que se possam desenvolver políticas a logo prazo e programas sociais de suporte para eliminar as dificuldade de conseguir o primeiro emprego.

O artigo divulgado com o título *Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa Escola na Incidência de Trabalho Infantil no Brasil*, de autoria de Andréa Rodrigues Ferro (ESALQ-USP) e Ana Lúcia Kassouf (ESALQ-USP), avalia o impacto do programa Bolsa Escola na decisão da criança trabalhar, utilizando o ferramental econométrico. Retrata que as criança que trabalham tem um rendimento escolar menor, e quando crescem tendem a ganhar menos do que os que começaram a trabalhar mais tarde, contribuindo dessa forma para o círculo de perpetuação da pobreza. As autoras analisam a base de dados da PNAD 2001. As crianças trabalham porque são pobres e têm que completar a renda da família.

Cássio da Silva Calvete, da UNICAMP e da PUC – RS, apresentou o artigo *A Redução da Jornada de Trabalho como Solução do Desemprego: o Mito de Sísifo ou*

Prometeu?, que busca analisar as possibilidades e os limites da redução da jornada de trabalho com vistas a gerar novos postos de trabalho e melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora. Para tanto, o autor investiga a evolução das horas anuais trabalhadas nos países desenvolvidos, os impactos macroeconômicos e as formas possíveis de as empresas reduzirem a jornada de trabalho.

O artigo que tem como título *Produtividade do Trabalho, Salários Reais e Desemprego na Indústria de Transformação do Brasil na Década de 90: Teoria e Evidência*, apresentado por Cíntia Rubim de Souza Netto, da UFPR- Universidade Federal do Paraná, e Marcelo Curado, também da UFPR - Universidade Federal do Paraná, faz uma análise da produtividade do trabalho e dos salários reais na década de 90 e investiga, por um lado, se os ganhos de produtividade foram incorporados pelos salários reais, e por outro lado, se a produtividade do trabalho pode ser uma das variáveis explicativas dos salários. Analisa os dados de produtividade do trabalho de janeiro de 1990 a junho de 1994 e de julho de 1994 a dezembro de 2000, antes e depois do Plano Real.

Os autores Paulo Picchetti (FIPE/USP) e José Paulo Chahad (USP) apresentaram o artigo *A Evolução da Taxa de Desemprego Estrutural no Brasil: uma Análise Entre Regiões e Características dos Trabalhadores*, em que analisam através dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME/IBGE- a evolução temporal do que pode ser considerado uma medida do componente estrutural do desemprego no Brasil - tendência a longo prazo. Para tanto, fazem a decomposição dos valores encontrados nas séries de taxas de desemprego em suas partes relativas à tendência a ciclo sazonalidade e choques aleatórios. As taxas de desemprego são consideradas para as diferentes regiões e diferentes características dos trabalhadores. Os autores buscam um aprofundamento da compreensão sobre questões relevantes para a formação de taxa de desemprego e sua evolução nos últimos 20 anos.

Com o título de *Políticas Ativas no Mercado de Trabalho: Lições da Experiência Internacional para a Avaliação do Caso Brasileiro*, o artigo de autoria de José Paulo Zeetano Chahad (FIPE/USP) avalia as Políticas Ativas do mercado de trabalho no País - Plano Nacional de Qualificação Profissional - PLANFOR, o sistema Nacional de emprego (SINE) e o programa de geração de emprego e renda - PROGER, sobre as diversas óticas no mercado de trabalho. Contudo, o autor visa a trazer subsídios para a implementação de um amplo sistema de avaliação das políticas, resgatando o seu significado no plano internacional, o grau de abrangência, os resultados esperados em seu funcionamento e os

benefícios, entre outros aspectos, apresentando o surgimento e conceituação das políticas ativas voltadas para o mercado de trabalho PAMT.

Em 2004 produziram-se 158 artigos para o XXXII Encontro Nacional de Economia realizado no período de 7 a 10 de dezembro em João Pessoa/PB, dos quais 11 foram analisados por fazer referência ao mercado de trabalho tratando do emprego e/ou desemprego.

Com o título *Diversidades nas Condições de Informalidade do Trabalho Brasileiro*, Anita Kon, da PUC – São Paulo, examina os conceitos teóricos sobre a informalidade no contexto do mercado de trabalho. Busca examinar as diversidades na condição de informalidade dos trabalhadores brasileiros, sobretudo enfocando as diversidades na inserção produtiva ocupacional. A autora faz uma análise empírica em *cross section* através de informações da PNAD/1999 do IBGE, conceituando o trabalho nas empresas ou residências, sem vínculo empregatício formalizado através de registros em carteira. O trabalho por conta própria assume o caráter de trabalho informal no contexto do mercado de trabalho.

Maurício Cortez Reis, da PUC - Rio de Janeiro, apresentou o artigo *Mudanças no Desemprego e nos Rendimentos por Nível de Qualificação Durante a Década de Noventa*, com análise dos dados anuais da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio) para os indivíduos entre 25 e 64 anos, residentes nas áreas urbanas, com o objetivo de analisar as determinantes das diferenças nas variações de taxa de desemprego e dos rendimentos entre grupos de qualificação. Investigou se o aumento do desemprego é devido às mudanças na participação dos grupos: qualificados, semiquualificados e não-qualificados, e as alterações na composição setorial da economia no período de 1990 a 1999.

Com o título *Maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos*, Elaine Toldo Pazello e Reynaldo Fernandes, da FEA USP, apresentaram o artigo com objetivo de mensurar o impacto da maternidade sobre o engajamento da mulher no mercado de trabalho, numa comparação entre mulheres com e sem filhos. Os autores buscam investigar as diferenças de comportamento no mercado de trabalho entre as mulheres com filhos e mulheres sem filhos, analisando a jornada de trabalho, salário-hora, o papel da maternidade e a relação do diferencial de salário e de ocupação entre homem e mulher, através dos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, PNAD do IBGE, no período de 1992 a 1999.

Alexandre Augusto Seijas de Andrade, do IPE – USP, e Naércio Aquino Menezes-Filho, da FEA-USP, apresentaram o artigo com o título *Papel da Oferta de Trabalho no Comportamento dos Retornos à Educação no Brasil*, em que investigaram o impacto da economia brasileira, nível de escolaridade, aumento do PIB e estagnação de pessoas com nível superior nas ofertas de trabalho sobre os retornos à educação. Utilizaram na análise o modelo teórico em que a função de produção depende de três agregados de trabalho - os qualificados, os intermediários e os não-qualificados.

Éber Gonçalves e Ana Flávia Machado, da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentaram o artigo com o título *Análise da Composição do Rendimento do Trabalhador Empregado no Brasil: uma Abordagem de Oferta, Demanda e Instituições (1992-2001)*, que tem como objetivo compor o rendimento do trabalhador em duas fases – uma sobre o rendimento resultante da atuação das forças do mercado de trabalho, e outra sobre o desvio ocorrido por fatores institucionais. Utilizaram a fonte de dados da PNAD de 1992 a 2001 para investigar se os componentes institucionais vêm perdendo peso na determinação dos rendimentos do trabalhador.

Gabriela Ulysea, do IPEA – Rio de Janeiro, apresentou o artigo denominado *Mudanças Institucionais e a Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Simulando os Impactos de Políticas*, que tem o objetivo de avaliar o impacto da legislação trabalhista sobre o desenvolvimento e as principais características da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. A autora busca avaliar os possíveis impactos sobre o grau de segmentação formal e o bem-estar da economia, e se a informalidade é responsável pela perda de bem-estar da economia. E saber em que medida as instituições do mercado de trabalho podem ser responsabilizadas pelo processo de elevação no grau de informalidade observado na década de 90. No artigo, Ulysea também analisa o modelo de simulação por ela proposto, e os efeitos das mudanças institucionais sobre as principais variáveis do mercado de trabalho, inclusive o grau de informalidade.

Com o título *Os Determinantes das Transições Ocupacionais no Mercado de Trabalho Brasileiro*, os autores Andréa Zaitune Curi e Naércio Aquino Menezes-Filho, da Universidade de São Paulo, apresentam o artigo que tem o objetivo de examinar as determinantes de mobilidade dos trabalhadores entre os setores formal e informal para as situações de desempregado, trabalho por conta própria e inatividade, considerando as décadas de 80 e 90. Os autores realizam as análises através dos dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego – PME- e modelos logit multinomiais de 1994 a 2001 nas regiões de SP, RJ, BH, POA, Salvador e Recife. Nas análises são consideradas as

características demográficas, sexo, idade, educação, e região de moradia e de tempo de trabalho.

Quanto Tempo um Jovem que Trabalha Perde para se Educar?- este é o título do artigo apresentado por Maria Carolina da Silva Leme, da Fundação Getúlio Vargas, que analisa os impactos sobre a escolaridade do trabalho de jovens de 15 a 18 anos de idade. Através dos dados da PNAD é comparado o atraso escolar dos jovens que nunca trabalharam com o dos jovens que trabalham há mais de um ano, e questiona se o trabalho aumenta os anos de atraso escolar.

Cláudia Malbouisson e Wilson F. Menezes, da Universidade Federal da Bahia, apresentam o artigo *Duração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador: Mensuração e Análise*, com o objetivo de analisar as distinções entre as durações médias completas, estacionárias e não-estacionárias, e a duração média incompleta do desemprego. Através dos dados divulgados da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego de janeiro de 1997 a dezembro de 2003, é feita a análise da duração média do desemprego na região metropolitana de Salvador.

Da Universidade Federal de Santa Catarina, Pedro Vieira apresenta o artigo intitulado *Os duvidosos fundamentos da Economia Política: O Caso da Mercadoria Força de Trabalho*, cujo objetivo é mostrar as inconsistências lógicas e os silêncios nos argumentos apresentados pelo pensamento econômico para considerar o trabalho ou a força de trabalho de uma mercadoria como outra qualquer. É feita a análise do pensamento econômico como mercadoria, segundo Marx.

Rogério Arthmar, da Universidade Federal do Espírito Santo, apresenta o artigo *Flutuações, Emprego e a Tradição Clássica em Pigou*, que visa a analisar como a visão pigoviana original das flutuações industriais evoluiu para uma teoria do emprego agregado quanto aos papéis dos gastos públicos, da rigidez salarial e do investimento. O autor revisa os componentes do ciclo econômico propostos no entreguerras e suas conexões internas com o pensamento clássico. Avalia as teorias de Pigou sobre as flutuações industriais e seu emprego à luz da ortodoxia prevalecente nos anos 20 e 30, além de examinar as raízes clássicas de abordagem de Pigou para confrontá-las com a crítica de Keynes.

No XXXIII Encontro Nacional de Economia realizado no período de 6 a 9 de dezembro de 2005 em Natal/ RN, foram apresentados 174 artigos e apenas 4 deles tratavam do assunto “emprego” e/ou “desemprego”.

Com o título *Liberalização comercial e demanda por trabalho qualificado no Brasil*, os autores Bruno Giovannetti e Naércio Aquino Menezes-Filho, da USP e da IBEMEC São Paulo, apresentam o artigo que busca unir as evidências de que a demanda relativa por mão-de-obra qualificada aumentou no período de 90 a 98. É feito um estudo do comportamento da demanda relativa por qualificação na indústria brasileira através da análise de Acemoglu 2002. Avaliam os trabalhadores qualificados e não-qualificados no período de 90 a 98.

Duração e taxa de saída do desemprego: evidências de ausência de dependência na duração para as regiões metropolitanas do Brasil (1984-2000) é o título do artigo elaborado por Ana Luísa Abras e Fabiana de Felício, da Univesity of Maryland e ESAF-MF, com o objetivo de estudar a relação entre a probabilidade de saída do desemprego e a duração ou permanência no Estado. É analisada em que medida a relação do desemprego se deve à heterogeneidade do grupo de desempregados, e em que medida existe também um efeito verdadeiro do tempo do desemprego sobre o ciclo de saída. A análise metodológica é feita através do teste de Jackmna e Layard 1991 e dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME no período de 1984 a 2000, em seis regiões metropolitanas do Brasil.

Luiz Guilherme Scorzafave (FEA-USP) e Naércio Aquino Menezes-Filho (FEA-USP e IBEMEC – São Paulo) apresentaram o artigo sobre *Famílias trabalhadoras e famílias sem trabalho: evidências de polarização para o Brasil*, que visa a calcular a polarização do trabalho para o caso brasileiro e buscar saber em que medida o trabalho está concentrado em determinados domicílios, trazendo consequências importantes para o delineamento de políticas públicas de combate à pobreza através da análise dos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios PNAD de 1981 a 2003 - chefes de família com idade entre 18 e 64 anos. A pesquisa é feita através da metodologia de cálculo de polarização e dos dados PNAD.

Gustavo Gonzaga e Maurício Cortez Reis, da PUC Rio de Janeiro e do IPEA, apresentam o artigo *Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil*, através dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, com o objetivo de mostrar que ao se incorporarem variáveis relacionadas ao efeito desalento na análise, o efeito trabalhador adicional deixa de ser significativo ao se estudar o conjunto de trabalhadores. Visa a comparar a probabilidade de participação no mercado de trabalho de esposas cujos maridos permanecem empregados ao longo da amostra com esposas cujos maridos perderam o emprego.

Para o XXXIV Encontro Nacional de Economia realizado em Salvador/BA no período de 5 a 8 de dezembro de 2006, foram produzidos 183 artigos. No entanto, somente 6 artigos foram analisados, pois abordavam as questões “emprego” e/ou “desemprego”.

Com o título *Discriminação salarial por raça e gênero no mercado de trabalho das Regiões Nordeste e Sudeste*, foi apresentado o artigo dos autores Jacqueline Nogueira e Emerson Marinho, do CAEN UFC- Universidade Federal do Ceará, que busca analisar a discriminação salarial por raça e gênero dentro das densidades das distribuições de salário dos setores de atividade, comparando as Regiões Nordeste e Sudeste. Através da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2002 e metodologia semiparamétrica - regressão quantitativa, fez-se uma análise da discriminação por raça e gênero com base na distribuição de salário, e ao mesmo tempo abordando seus aspectos regionais e setoriais.

Gilberto J. Fraga e Joilson Dias, da Universidade Estadual de Maringá, apresentaram o artigo *Taxa de desemprego e a escolaridade dos desempregados dos Estados brasileiros: estimativas em painéis de dados dinâmicos*, que tem o objetivo de verificar a contribuição direta dos conhecimentos dos desempregados na taxa de desemprego dos Estados conforme as características de cada Estado, e verificar as estimativas dinâmicas que combinam variáveis instrumentais como forma de eliminar os problemas de endogeneidade. Os dados analisados são da PNAD no período de 1995 a 2003 de 26 Estados brasileiros e Distrito Federal - considerando pessoas de 10 a 65 anos. Os autores buscam estender o modelo de Marston (1985), que avalia o impacto dos aspectos específicos dos Estados na taxa de desemprego, considerando o salário

Média/hora como uma das variáveis-chave na determinação do desemprego em cada Estado.

O artigo *Salário de reserva e duração do desemprego no Brasil: uma Análise com dados da Pesquisa de Padrão de vida do IBGE*, escrito por Victor Hugo de Oliveira e José Raimundo Carvalho, da Universidade Federal do Ceará, visa a investigar: se a duração do desemprego afeta negativamente o salário-reserva do trabalhador; quais são os fatores que afetam negativamente o risco de o trabalhador deixar o estado de desemprego, e as principais determinantes do salário de reserva e de duração do desemprego. Os dados são extraídos da base de dados da Pesquisa de Padrão de Vida - PPV do IBGE 1996-1997.

Fernando Botelho e Vladimir Ponczek, da Princeton University Capes, apresentaram o artigo com o título *Segmentation in the Brazilian Labor Market*, em que através da análise dos dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME no período de 1995 a 2001, os autores buscam medir o grau de segmentação do trabalhador brasileiro e o diferencial de salário entre trabalhadores formais e informais no período de 1995 a 2001 através da análise de dados da PME nas 6 regiões metropolitanas do País, calculando o grau de segmentação condicional dos trabalhadores formais e informais em diferentes características como idade, gênero e posição na família.

O artigo intitulado *Análise empírica dos efeitos ex-post das exportações sobre a produtividade, emprego e renda das empresas brasileiras*, escrito pelo pesquisador do IPEA, Bruno César Pino Oliveira de Araújo, tem o objetivo de verificar se as 7.666 empresas pesquisadas apresentam ganhos de competitividade de emprego e de renda dos trabalhadores, que sejam posteriores à entrada no mercado internacional. A análise foi feita através da coleta de diversos dados, como os da Pia - Pesquisa Industrial Anual, SECEX- Secretaria de Comercio Exterior, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, MDCI - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O autor investigou também a existência de ganho de produtividade, emprego e renda do trabalhador, posterior à estreia no mercado internacional para as empresas brasileiras.

Siegfried Bender e Reynaldo Fernandes, da FEA – USP, apresentaram o artigo sobre *Gastos públicos com pessoal: uma análise de emprego e salário no setor público*

brasileiro no período 1992-2004, em que os autores têm o objetivo de constatar se o Plano Real trouxe modificação de maior monta à dinâmica do salário e à desigualdade salarial no setor público. Para tanto é feita a análise dos dados das PNADS de 1992 a 2004 - dinâmica do emprego e salários no setor público, em que investigam se há crescimento do salário em favor do setor público versus a redução de emprego e desigualdade nesse setor. Avaliam-se os salários no setor público no período do Plano Real, em 1994, e da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 1998.

CONCLUSÃO

Esta dissertação analisa os artigos sobre emprego e desemprego publicados pela *Folha de S. Paulo*, em analogia com a produção científica sobre o tema, procurando averiguar as possíveis similaridades entre a análise científica e a análise da imprensa.

O período escolhido é o de 2003 a 2006, coincidindo com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceu a empregabilidade plena como prioridade de seu governo, ao iniciar seu mandato em 2003. A situação crítica vivida pela economia nacional, que acusava então a presença de 7,9 milhões de desempregados, concentrou as preocupações da sociedade, espelhando-se em matéria jornalista variada, publicada por diferentes órgãos. Daí a busca pela intersecção entre realidade econômico-social do País e políticas públicas para atender às demandas por emprego da massa laboral.

Como corolário desse problema, verificam-se os entrelaçamentos possíveis entre uma política pública anunciada/efetivada e o noticiário jornalístico sobre o assunto. Ou, em outros termos, como a opinião pública, expressa pela imprensa escrita, revelou-se sensível a problemas nacionais e às soluções a eles dados pelo poder público.

De acordo com as taxas de desemprego publicadas pelo IBGE, nota-se que a globalização, a abertura do mercado para as importações, a introdução e a consolidação do Plano Real, além da flexibilização do trabalho não contribuíram para o aumento de emprego no País. Pelo contrário, o desemprego continuou a ser um dos mais graves problemas do Brasil, cronificado com a falta de capacidade do País em prover a inserção de sua população no mercado de trabalho.

O quadro metodológico-conceitual sobre desemprego é interdisciplinar, englobando economistas, sociólogos, historiadores e administradores, entre outros. Este quadro, apoiado em conceitos sobre globalização, neo-liberalismo e desenvolvimento, adota-se nesta dissertação.

Os estudos sobre o mercado de trabalho são marcados por concepções teóricas distintas e divergentes no que diz respeito à questão do emprego. Apresentam três visões: a

primeira refere-se ao problema do desemprego como decorrência das baixas taxas de crescimento da economia; a segunda aborda de maneira geral o problema do desemprego no Brasil; e a terceira visão refere-se ao problema do desemprego como proveniente da estrutura econômica brasileira.

Na década de 1990, o mercado de trabalho brasileiro sofreu uma redução de taxas de ocupação, e a reestruturação da base produtiva e da mudança tecno-organizacional contribuiu para uma precarização da estrutura de emprego, com a queda do emprego formal e com o crescimento do vínculo informal e autônomo. Isso ocorreu no período da implementação do Plano Real, quando os preços foram estabilizados, mas a geração de empregos e o crescimento econômico não se garantiram.

Durante a recessão de 1990/92, o setor industrial perdeu cerca de dois milhões de postos de trabalho formais em todo o país, com a recuperação se dando sem um registro positivo de repercussão no emprego regular. No período citado, o Estado de São Paulo diminuiu 25% dos postos de trabalho. Não existiu um consenso sobre a conformação de uma nova fase de crescimento sustentado, visto que a ocupação da capacidade do parque produtivo nacional instalou-se gradativamente, sem a expansão significativa dos empregos assalariados com carteira assinada, e sim com o aumento na forma de ocupação precária.

A implementação do neoliberalismo no Brasil, a partir de 1990, não permite afirmar que esse projeto fosse preponderante no interior da sociedade: as eleições presidenciais de 1989 foram polarizadas entre a candidatura Collor e a que representava um projeto democrático-popular-desenvolvimentista de Lula.

As primeiras medidas apresentada pelo governo Collor foram a abertura econômica e a privatização. A abertura econômica era tida como um instrumento hábil para aumentar a competitividade das empresas brasileiras e a privatização era apresentada como forma de combate à crise fiscal do Estado.

As medidas liberais atraíram capitais de curto prazo que buscavam ganhar com a diferença de remuneração proporcionada pelo mercado brasileiro em relação ao mercado externo, acelerada no primeiro semestre de 1992, e que culminou com o *impeachment* de Collor. O governo de Itamar Franco, sucessor de Collor, manteve os pilares do modelo econômico-neoliberal, mas diminuiu as privatizações. O êxito do Plano Real, então

aplicado para o controle inflacionário, teve como contrapartida o aumento do desemprego, com a conseqüente precarização do trabalho.

A deteriorização das condições de trabalho promoveu o aumento de políticas compensatórias e emergenciais, ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Vários programas criados na época foram parcialmente executados. A política social adotada não permitiu aos trabalhadores enfrentar um contexto econômico adverso.

A ideologia neoliberal afeta negativamente o movimento social em geral e o movimento sindical em particular, afastando os trabalhadores de seus sindicatos, favorecendo as parcerias entre capital e trabalho e distanciando os sindicatos de uma perspectiva de classe. A CUT e a CGT demonstraram maior resistência à política de privatização, à abertura comercial e ao desmantelamento de serviços públicos. O mesmo não ocorreu com a Força Sindical, apoiada no “sindicalismo de resultados”, que ministerializou o sindicalismo, apresentando o patronato como interlocutor legítimo e confiável.

Após 1994, no campo das relações de trabalho, diversas medidas pontuais foram introduzidas no Brasil, entre elas: remuneração, alocação, contratação de trabalhadores, jornada de trabalho, e as comissões de conciliação prévia, com o objetivo de programar formas de solucionar conflitos individuais de trabalho. Essas alterações foram implementadas em dois momentos importantes da vida política e econômica do País: na introdução e consolidação do Plano Real (1994-1996) e na crise de desemprego, ocorrida em 1998. Tais reformas estavam coerentes com o programa do governo Fernando Henrique Cardoso, que buscava a competitividade global e a modernização da sociedade e da economia brasileiras.

A maneira de participação de lucros, adotada pela Constituição de 1988, pode ser considerada como uma forma de flexibilização, por não ter caráter salarial e por estar isenta de encargos trabalhistas ou previdenciários. No início, ela substituiu o reajuste salarial, uma vez que as empresas negociavam abonos em forma de PLR em vez de uma recomposição salarial. O crescimento dos acordos de PLR (Participação de Lucros e Resultados), até 1997, coincidiu com a estabilização da moeda e com o fim da política salarial. Para algumas empresas, a PLR tornou-se um abono para atender à pressão dos trabalhadores por reajustes salariais.

A organização sindical dos trabalhadores brasileiros proporcionou ao sindicato brasileiro, nos anos 90, o reconhecimento do papel de ator político importante, com legitimidade construída ao longo das lutas contra o governo militar pós-64, nas greves regionais e nacionais e serviu como base nos diversos processos de negociação estabelecidos com o empresariado em anos recentes. Um novo sindicalismo surge, estruturado a partir dos trabalhadores do ABC paulista. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) conseguia representar a insatisfação dos setores dos trabalhadores mais organizados com o fracasso dos planos econômicos.

Na década de 90 a CUT perdeu poder, entrando em cena a Força Sindical, que assumiu o papel em função de sua estratégia de aliança e de apoio à política dos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso.

A década de 90 também alterou as relações de poder do sindicalismo, momento em que se assistiu ao elevado aumento de desemprego, causado pelas privatizações, fusões e aquisições de empresas nacionais e internacionais. Os sindicatos perderam o seu poder de influência nas negociações e no cenário econômico, diante da política do governo que priorizou o controle da inflação, transmitindo a ideia de que seria possível aumentar o emprego por meio das alterações nas regras de contratação e de demissão.

A *Folha de S. Paulo* espelhou a situação econômica acima delineada, publicando artigos sobre desemprego e políticas públicas, consubstanciadas por programas de empregabilidade. A *Folha* divulgou, em 29/4/2003, que o programa “Primeiro Emprego” devia ser lançado ainda no mês de maio. Também foi lançado um outro programa de emprego para maiores de 50 anos, com o objetivo de evitar que o emprego do filho causasse o desemprego do pai. As políticas públicas então adotadas pretendiam utilizar a estrutura já existente no Brasil para fazer a qualificação de jovens. O “Primeiro Emprego” seria financiado pelos recursos da União, verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além da renúncia fiscal. Além desses assuntos, a *Folha* apresentou matérias sobre a reinserção profissional de trabalhadores egressos do trabalho escravo ou em situação de vulnerabilidade, refletindo uma situação dramática do País. A respeito, o governo lançou um programa de combate ao trabalho escravo no País, procurando integrar ações já existentes, tanto no governo federal, como no estadual. Esse programa baseava-se na qualificação do trabalhador, e oferecia dois tipos de cursos, os de curta duração e os de

longa duração. O programa oferecia ajuda de um salário mínimo a cada trabalhador. O noticiário jornalístico da *Folha*, dos meses de 2003, apresenta fortemente o tema do desemprego, com as suas características de ruptura social. A análise é descritiva, apresentando números absolutos e relativos, e demonstra o empenho do governo para o programa “Primeiro Emprego”. O noticiário reproduz uma análise, de autoria de Mantega, com críticas à “herança maldita do governo de Fernando Henrique Cardoso”, publicando uma edição especial sobre emprego, com a edição de dez artigos, que incluíram críticas de lideranças do PSDB à responsabilidade que o partido teria pela situação crítica vivida pelo País.

A produção acadêmica reflete essas notícias nas seguintes dissertações, teses e artigos: *O impacto das modificações econômicas do ano de 90 na estrutura de emprego*, em que o autor José Mauro da Silva trata das modificações econômicas ocorridas no período, que contribuíram para aumentar o desemprego e os níveis de pobreza no País. Na dissertação de Lineu Ferreira Ribas, *Qualificação Profissional e a Dicotomia emprego-desemprego*, em que o autor analisa os conceitos e históricos do trabalho e a sua evolução. Maria Regina Filgueiras Antoniazzi refletiu sobre o Plano de qualificação profissional em sua tese de doutorado *O Plano de qualificação profissional do trabalhador: política pública de emprego*. Dos artigos produzidos para os Encontros da Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação), o artigo com o título *Impactos da Política Monetária sobre os níveis de emprego no Brasil pós-Plano Real* retrata as questões do emprego e do desemprego na economia brasileira.

No último trimestre de 2003, o assunto mais destacado pela *Folha de S. Paulo* referiu-se ao trabalho informal, retratando o seu crescimento de acordo com dados do IBGE. Este assunto, trabalho informal, é tratado na dissertação apresentada por Luiz Paulo Jesus de Oliveira, *A condição Provisória Permanente dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador*, e na dissertação de Márcia Regina Guimarães Alfano: *Entre a Esperança e a realidade - o perfil do trabalhador informal de Camaçari*, que analisa a base de dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), e ainda sobre a informalidade, Patrícia Pugliese e Silva, em sua dissertação *reflete sobre O mercado de trabalho, informalidade na Região de Salvador, reformulação de atividades informais devido ao novo perfil do trabalhador*.

No ano de 2004, a *Folha* divulgou artigos sobre a queda do emprego no trabalho formal, ressaltando que 2003 foi o pior ano da história do emprego, pois, com a recessão, muitas empresas fecharam vagas, além do que o avanço tecnológico teria contribuído para o corte de milhões de empregos no mundo todo. Em fevereiro desse mesmo ano, a *Folha* tratou da geração de empregos como prioridade da gestão Lula. Em março, foram divulgadas matérias sobre jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, emitindo a opinião de Paul Singer de que o índice de desemprego só cairia em 2005.

Na dissertação apresentada por Antonio Pereira da Silva, *A jornada de trabalho no sistema capitalista: uma análise histórica*, o autor realiza uma análise acerca da trajetória da jornada de trabalho no sistema capitalista, mostrando a evolução da jornada de trabalho até a conquista de 8 horas.

O noticiário jornalístico indica a existência de controvérsias nos dados sobre o assunto, esclarecendo que o desemprego passou a ser um assunto político, obtendo versões diferentes dos partidos políticos. Enquanto o governo ressalta o aumento de emprego, tendo como base os dados publicados pelo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o PSDB apoia-se nas pesquisas do IBGE, da Fundação Seade e do Dieese, que registram o crescimento do desemprego.

Em linha com artigos publicados pela *Folha*, Luciano de Souza Costa retrata na sua dissertação *O desemprego e seus indicadores*, que as estatísticas de emprego e desemprego não conseguem dimensionar o grosso do desemprego pois deixam de lado um grande número de pessoas que poderiam ser classificadas como desempregadas e que erroneamente são classificadas como ativas ou ocupadas. Sônia Aparecida Menegaz Tomaz de Aquino, em sua dissertação de mestrado retrata a questão de flexibilização, desemprego e direito ao trabalho, dando enfoque às repercussões e contribuições para a solução do grave problema do desemprego.

Em junho, a *Folha* tratou da geração de emprego formal e indicou o crescimento do número de jovens à procura de emprego no País. No mês seguinte, há matéria que acusa o crescimento de emprego no interior do País. As notícias sobre o mercado de trabalho revelam o rebaixamento da renda do trabalhador, apesar do crescimento do trabalho formal. As empresas passaram a exigir mais qualificação do trabalhador, sem uma

compensação salarial. O desemprego continua a crescer no campo, sobretudo nas fazendas monoculturais do Centro-Oeste, como fruto da modernização do agronegócio.

Em outubro, os jornalistas retratam o aumento do desemprego nas principais regiões metropolitanas, uma vez que a migração de empresas para o interior ocasionou uma alta na criação de emprego, principalmente no Sudeste.

Em dezembro de 2004 é publicado um artigo sobre o programa “O Primeiro Emprego”, do ministro Berzoini, que afirma que esse programa conseguiria alocar 70.000 jovens no mercado de trabalho, em 2005.

O ano de 2005 se inicia com a divulgação da criação de 7.000 postos de trabalho, graças à instalação de uma unidade da Ford em Camaçari. O emprego formal cresceu mais que o PIB, e no interior há queda da informalidade. Especialistas revelam que a alta dos juros deveria afetar o mercado de trabalho e que a recuperação do emprego em 2004 deveria ter sido ocasionada pelo aumento das exportações.

No primeiro trimestre de 2005, as regiões metropolitanas apresentam um crescimento de trabalho informal, enquanto nas regiões não-metropolitanas, como o Nordeste e o Centro-Oeste, ocorre uma redução da informalidade, em especial nos segmentos agrícolas e do comércio. Para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o problema do desemprego seria resolvido se o País crescesse nos próximos seis ou dez anos seguintes.

A dissertação *A ilusão do emprego seguro; a percepção do desemprego por ex-trabalhadores de um Banco Estatal*, de Maria do Carmo Moura, analisa a trajetória de desempregados residentes em João Pessoa, que passaram por um processo de reinserção no mercado de trabalho, em que o desemprego resultou numa falta de perspectivas e de chances de reabsorção da mão-de-obra no mercado de trabalho.

A Folha retrata o crescimento da informalidade conforme os dados divulgados por órgãos e especialistas do mercado de trabalho, destacando o que diz o especialista Lauro Ramos, a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) e os dados do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio). Sobre a informalidade, a dissertação de Márcia Regina Guimarães Alfano: *Entre a esperança e a realidade – o perfil do trabalhador informal de Camaçari*, retrata que as transformações vividas com a instalação do Polo Petroquímico

de Camaçari e da montadora Ford não favoreceram os moradores com o trabalho formal. A dissertação de Patrícia Pugliese e Silva, *A nova informalidade na Região Metropolitana de Salvador*, analisa os novos trabalhadores informais de Salvador.

Na dissertação de Michelle Steiner dos Santos, *Um mundo sem empregos ou de desemprego – relações possíveis entre homem e trabalho para o século*, a autora assinala que as perspectivas de um mundo sem emprego que configuram novas relações nos contratos de trabalho, nem sempre levam a uma nova forma de pensar do trabalhador sobre os mercados de trabalho. Sheila Danta Geris, em sua dissertação *A cooperativa de trabalho com alternativa à crise do emprego*, trata da criação de cooperativas de trabalho como forma de organização produtiva para enfrentar a escassez do emprego formal. O assunto é retratado nos seguintes artigos da ANPEC - *Diversidades nas Condições de Informalidade do Trabalho Brasileiro*, de Anita Kon, que examina os conceitos teóricos sobre a informalidade dos trabalhadores brasileiros, e no artigo de Gabriela Ulysea, do Ipea, *Mudanças institucionais e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro simulando os impactos de políticas*, que analisa o impacto da legislação trabalhista sobre o desenvolvimento e as características da informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Em julho a Folha mostra que o trabalho infantil diminuiu nas empresas. O Ministério do Desenvolvimento Social fornece bolsas através do Programa para Erradicação do Trabalho Infantil - o PETI, para que as crianças sejam mantidas nas escolas em vez do deslocamento para o trabalho. O PETI foi considerado um modelo, uma herança do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na dissertação de Régia Cristina de Oliveira, intitulada *Jovens trabalhadores: representações sobre o trabalho na contemporaneidade*, a autora investiga o significado do trabalho, emprego e desemprego para os jovens moradores das Cohabs 2 e 5 e as representações sobre o trabalho e a relação com a escola, a família e o lazer. Ainda sobre trabalho e juventude, Maria Merilene Lopes Lemos, em sua dissertação *Juventude, pobreza e trabalho: desafios para o mundo contemporâneo*, trata da questão de 104 jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, engajados no Projeto Aprender, Brincar e Crescer e nos cursos de qualificação profissional de nível básico. E Gilmar Pereira da Silva, em sua dissertação *Trabalho, Educação e (Des) emprego* apresenta que a educação por si só não responde à solução do desemprego. Tratam do mesmo assunto os artigos publicados na Anpec intitulados *Desemprego Jovem no Brasil*, de autoria de Priscilla Matias Flori, que

analisa a estrutura do desemprego no Brasil para jovens de 14 a 24 anos, tendo como base a PME (Pesquisa Mensal de Emprego). O artigo *Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa Escola na incidência do trabalho infantil no Brasil*, de Andrea Rodrigues Ferro e Ana Lúcia Kassouf, avalia o impacto do programa Bolsa Escola na decisão do trabalho do menor, e retrata que as crianças que trabalham, quando adultas tendem a ganhar menos do que as que começaram a trabalhar mais tarde.

Um concurso público na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, apresenta em torno de 60 mil pessoas inscritas, com a abertura de 893 vagas em 59 cargos públicos, como os de guardas municipais a médicos e dentistas. O número quase se igualava com a população de 60,8 mil moradores.

O medo de perder emprego causa estresse nos trabalhadores, e o artigo divulgado mostra que quatro entre dez brasileiros manteriam o padrão de vida por um período superior a 90 dias se perdessem o emprego. Após perder o emprego, somente 20% dos brasileiros teriam condição de viver mais de 6 meses sem trabalho.

A dissertação *O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade do Natal*, de João Carlos Tenório Argolo, apresenta a constatação empírica de que efetivamente as características ambientais determinam a reação psicológica das pessoas diante do desemprego. João Urso Júnior avaliou em sua dissertação *Usando a web em pesquisa psicológica: um estudo sobre stress e coping na busca de emprego on-line*, a relação entre os sintomas de stress e fatores de coping em 31 pessoas que estavam em busca de emprego pela Internet. Miriam de Toni, em sua tese de doutorado *Para onde vai o mercado de trabalho? A precarização do trabalho na região metropolitana de Porto Alegre*, relata que as transformações recentes têm conduzido à precarização das formas de inserção da população economicamente ativa no mercado de trabalho. Os artigos da ANPEC que tratam do mesmo assunto são *Famílias trabalhadoras e famílias sem trabalho: evidências de polarização para o Brasil*, apresentado em 2005, e o artigo *Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil*.

Matéria divulgada em novembro retrata o ano de 2003 como o pior ano do desemprego desde 1992.

Tratando do trabalho feminino, o jornal retrata que a mulher eleva a presença do emprego, mas tem remuneração menor do que a do homem e de pior qualidade. Sobre esse assunto, a dissertação de Marília Mariano de Lima, chamada *A inserção da mulher no mercado de trabalho: um retrato da desigualdade na região metropolitana de Belo Horizonte*, investiga a situação da mulher em comparação com a do homem no mercado de trabalho em Belo Horizonte. A dissertação de Maria Elisa Almeida Brandt trata do *Trabalho feminino realizado nas casas de família, o trabalho doméstico*. Frederico Luiz Barbosa de Melo investiga em sua tese de doutorado *Trajetórias no mercado de trabalho: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo* as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Sobre a escolaridade, a Folha divulga que em novembro há uma queda nas vagas para quem tem o ensino fundamental incompleto; quem tem menos de sete anos de estudo perde espaço no mercado de trabalho. Diminui a desigualdade social, a redução de 8% foi propiciada pela melhora na distribuição de renda, aumento do emprego, do salário mínimo e dos programas assistenciais como o Bolsa Família, conforme o PNAD.

A dissertação *Qualificação Profissional e a Dicotomia emprego-desemprego*, de Lineu Ferreira Ribas, enfoca a relevância da qualificação profissional na massa de trabalhadores empregados, com especial destaque na manutenção de emprego através da qualificação profissional.

Em dezembro, as matérias retratam a estagnação do emprego e a queda na oferta com carteira assinada. Conforme dados publicados pela Folha, o emprego cresceu nos três anos do governo Lula, mas o salário piorou e também a qualidade de emprego. Há ainda o predomínio do trabalho informal.

A dissertação de Luiz Paulo Jesus de Oliveira, *A condição Provisória-Permanente dos trabalhadores Informais: o caso de trabalhadores de rua na cidade de Salvador*, retrata que a condição do trabalhador informal torna-se “provisória-permanente” no novo contexto de flexibilização do trabalho.

Em fevereiro de 2006, a Folha divulga que os dados demonstram crescimento de vagas para o trabalhador com mais de 40 anos, e que o crescimento do emprego na indústria se mantém estável no mês de janeiro.

Em abril ocorre o crescimento do emprego no setor civil, e o crescimento do emprego com carteira assinada, no governo Lula.

Em julho há matéria que retrata o envelhecimento na força de trabalho. O IBGE divulgou a Pesquisa Mensal de Emprego, apresentando o aumento da proporção de pessoas ocupadas acima de 50 anos, de 15,4 para 18,1 no período de 2002 a 2006.

Em 2006 a Folha registra uma queda na geração de vagas formais. E nos últimos doze meses há crescimento na criação de empregos para pessoas com até a 4ª série do ensino fundamental. Houve um aumento de empregos para analfabetos e pessoas com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental.

O governo Lula criou 4,3 milhões de empregos formais, entretanto, nos últimos doze meses houve uma piora na sua qualidade.

Em agosto a Folha mostra a precariedade nas vagas de emprego no primeiro semestre de 2006. Conforme dados do IBGE, o semestre apresentou uma queda de 4,4% na criação de vagas com carteira assinada, isto quando comparado ao mesmo período de 2005. E em setembro, matéria retrata os dados publicados pelo IBGE, em que 53% dos formandos trabalham em áreas diferentes da formação universitária.

O governo cria programas voltados aos jovens, visando ao combate da evasão escolar.

A Folha apresenta artigo sobre dados do IBGE, de jovens sem qualificação que chegam ao mercado de trabalho: 37% da população entre 15 e 25 anos não completou o ensino fundamental. E também sobre o aumento de negros desempregados, principalmente nas metrópoles. Embora seja a minoria da população em idade ativa, o IBGE divulga que 50,8% dos desocupados no mês de setembro desse mesmo ano eram pretos ou pardos.

Matéria divulgada em dezembro de 2006 mostra saldo negativo no primeiro mandato do governo Lula, no que diz respeito à evolução da geração de empregos, bem como que em seis anos há uma queda de 46% na renda do trabalhador da classe média.

Pesquisa Datafolha revela que para 55% da população pesquisada, a situação econômica do País vai melhorar no próximo mandato do governo Lula.

Nota-se que os artigos divulgados pela Folha dizem respeito fundamentalmente às taxas decorrentes de emprego e desemprego. Os artigos que cuidam do impacto social do desemprego são divulgados em quantidade muito menor.

É através do trabalho que o ser humano estabelece grande parte das suas relações pessoais, sente-se útil e tem a sua autoestima aumentada.

A Folha divulga artigo sobre trabalho infantil em 10/07/2005, retratando a migração do trabalho infantil das indústrias para as oficinas caseiras e agricultura familiar. O trabalho formal para jovens com menos de 16 anos é proibido no Brasil e a aprendizagem só é permitida a partir de 14 anos.

No governo Lula o mercado apresentou uma melhora no emprego. O jornal aponta ainda que a renda do trabalhador e a qualidade do emprego ficaram a desejar. Apresenta também a predominância do trabalho informal. A Folha divulga artigo em 4/2/2006 sobre pesquisa do Dieese mostrando que o mercado apresentou queda do desemprego em 9,6% em 2005, e para as faixas etárias superiores a 40 anos a queda foi maior. No caso de trabalhadores com idade de 40 a 49 anos a redução da taxa foi de 9,8%, a queda foi maior do que a média apresentada para o período.

Em 4/7/2006, artigo fala do crescimento dos postos de trabalho com carteira assinada, e o IBGE detecta a tendência de formalização do emprego nas principais regiões metropolitanas.

Aumenta a proporção de trabalhadores mais velhos, tema do artigo divulgado em 21/7/2006, assinalando que no Brasil a força de trabalho está envelhecendo.

Artigo divulgado em 1/8/2006, mostra que, segundo o IBGE, a taxa de desemprego no primeiro semestre ficou em 10.1%, quase no mesmo patamar do primeiro semestre de 2005. O desempenho apresentado demonstra que a economia não está gerando emprego. Conforme os dados do CAGED, além da queda na geração de empregos formais, o mercado apresenta deteriorização na qualidade da mão-de-obra contratada.

Em 3/8/2006, a Folha divulga artigo que diz: senador João Ribeiro e o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura foram acusados de explorar trabalhadores em condições análogas de escravos.

O artigo divulgado em 10/8/2006 explica que, conforme os dados do IPEA, no período de 1992 a 2004 foram criados 17,5 milhões de novas vagas no mercado formal de trabalho, mas mesmo assim o País apresentou o aumento na taxa de desemprego de 78,4%.

O Brasil tem dívida com os jovens, diz governo. Este é o título do artigo em 12/11/2006, que diz que o combate à evasão escolar é prioridade do secretário da Juventude. O governo admite que programas criados para os jovens não resolvem, pois o problema da baixa escolaridade é estrutural.

Artigo publicado em 18/11/2006 mostra que, conforme o IBGE, mais da metade dos desempregados, 50,8% em setembro de 2006, eram pretos ou pardos. Os brancos representavam 56,5% das pessoas em idade ativa, e desse número, 49% eram desocupados. O estudo mostra que pretos e pardos têm a menor escolaridade.

A criação de emprego no primeiro mandato do governo Lula foi negativa. A classe média apresentou encolhimento na participação no total da renda nos últimos anos, conforme dados do CAGED. A população que ganha acima de três salários mínimos perdeu dois milhões de empregos formais desde 2001. E o trabalhador que recebe até 1 salário mínimo tem aumento de 124% nos ganhos e saldo de 2,2 milhões de vagas. A Região Nordeste apresenta resultado mais otimista em relação ao emprego, enquanto as Regiões Sul e Sudeste são as mais pessimistas.

Os artigos divulgados dizem fundamentalmente respeito às taxas decorrentes de emprego e desemprego e aos indicadores apontados pelo IBGE. Os artigos que cuidam do impacto social do desemprego são em número muito menor. Conforme já descrito, há um deles que cuida do esgarçamento do tecido social provocado pela demissão. Há outro que vê a história de vida de vinte moradores – 72% dos quais desempregados, moradores na Rua do Trabalho.

Há mais um artigo mostrando o comprometimento da relação familiar provocado pelo desemprego. É um que fala sobre o divórcio entre a capacitação dada pela escola e o mercado de trabalho e, conforme artigo, mais estudo não garante mais emprego.

Embora de modo indireto, há um artigo que trata do trabalho forçado, ou trabalho em regime de escravidão em fazendas do sul do Pará.

A Folha também apresenta artigo sobre o trabalho infantil como resultante do desemprego familiar. Mostra que com o desemprego dos pais, as crianças e jovens entram no mercado de trabalho visando a contribuir para a renda da família.

Ao realizar balanço crítico da produção acadêmica brasileira, percebe-se que o assunto de “emprego” e “desemprego” abordado em diversos programas de mestrado e de doutorado das inúmeras universidades brasileiras, e nas diversas áreas do conhecimento como: Gestão Estratégica em Negócios, Economia, Educação, Ciências Políticas, Administração de Empresa, Demografia, Planejamento Urbano e Regional, Psicologia Social, Serviço Social, Economia Social do Trabalho, Ciências Sociais, Políticas Públicas e Sociedade, Ciências Jurídicas, Engenharia de Produção e Sociologia. No campo da interdisciplinaridade, nota-se a preocupação demonstrada nos resumos dos trabalhos científicos, ao considerar o mercado de trabalho, emprego e desemprego nas diversas linhas e categorias de pesquisas.

FONTES

SITE IBGE

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/srmv23pme.pdf. Acesso em 5/11/2007.

SITE: Fundação Perseu Abramo

<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/visit.php?cid=46&lid=191>
Acesso em 30/8/2008.

SITE

<http://www.oitbrasil.org.br/inst/hist/index.php>

Acesso em 14/9/2009.

Cooperativa de trabalho.

GIMENEZ, Denis Maracci.; KREIN, José Dari & BIAVASCHI, Magda B. *As cooperativas de mão-de-obra e os Tribunais Regionais do Trabalho*.

Acesso em 4/10/2008.

http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&lr=&q=%22Gimenez%22+%22Cooperativas+*+m%C3%A3o+*+obra%22

KREIN, J. D. A reforma trabalhista de FHC: análise da efetividade. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho*. 15. Região, v. 24, 2004, pp. 270-299.

Salário mínimo.

<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm#sileiro>

Acesso em 19 de outubro de 2008.

INPC

<http://www.portalbrasil.net/inpc.htm>

Acesso em 19 de outubro de 2008.

SOARES, Pedro. *Folha de S.Paulo*, 25/9/2003. Mais estudo não garante emprego. - Editoria – Dinheiro - p. B2.

Folha de S.Paulo, 18/3/2003. Primeiro emprego tentará abafar críticas. Editoria – Brasil - p. A. 6.

Desemprego por idade

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=798&id_pagina=1

Acesso em 19/10/2008.

Artigos produzidos sobre emprego e desemprego no site da Anpec

<http://www.google.com/syndicatedsearch/u/ANPEC?q=emprego+e+desemprego+trabalhos+anpec+2003&domains=www.anpec.org.br&siteSearch=www.anpec.org.br>

Souza Leonardo, Desemprego só cai em 2005, dizem analistas, domingo 7/3/2004 ,
Editoria: Dinheiro, p. 5.

Folha de S.Paulo Circulação <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml>
Acesso em 28 de fevereiro 2010.

Cadernos e editorias da Folha

http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/cadernos_diarios.shtml. Acesso em 28/2/2010

Leitor Folha

http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml

acesso : em 3 // 2010.

MARRERO, Flávia. Folha de S.Paulo, 12/1/2003. Desempregados sofrem mais na crise.
Editoria Empregos, p. 3.

SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo, 25/1/2003. Procura menor reduz desemprego em dezembro. Editoria Dinheiro, p.B6.

CARVALHO, Denise. Folha de S.Paulo, 29/1/2003. Desemprego volta abater recorde em 2002. Editoria Dinheiro, p.B1a.

ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S.Paulo, 16/2/2003. Desemprego se agrava em 2003. Editoria Dinheiro, p.B6.

ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S.Paulo, 16/2/2003. Lula enfrenta maior desemprego da história . Editoria Dinheiro, p.B6.

ROLLI, Cláudia. Folha de S.Paulo, 18/3/2003. Primeiro Emprego tentará abafar críticas.
Editoria Brasil, p. A6.

LAGE, Amarilis. Folha de S.Paulo, 9/3/2003. Demissão causa 'rupturas' na vida social. Editoria Empregos, pp. 2 a 3.

Reportagem Local. Folha de S.Paulo 29/4/2003. 1º Emprego será lançado no mês de maio. Editoria Brasil p.A11.

BOMBIG, José Alberto. Folha de S.Paulo. 29/5/2003. Desemprego é herança de FHC, diz Mantega. Editoria Dinheiro, p. B5.

SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo. 24/7/2003. Governo Lula gera 443 mil desempregados. Editoria Dinheiro, p. B6.

SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo..27/7/2003. Crise do emprego se agrava na gestão Lula. Editoria Brasil, p. A8.

SALOMON, Marta. Folha de S.Paulo. 27/7/2003. PIB teria que crescer 5% para conter onda. Editoria Brasil, p. A9.

Sucursal de Brasília.Folha de S. Paulo. 27/7/2003. Editoria Brasil, p.A9.

CARVALHO, Mário César. Folha de S. Paulo. 27.7.2003. Na Rua do Trabalho, o emprego virou sonho. Editoria Brasil, p. A10.

Sucursal do Rio. Folha de S.Paulo. 27/7/2003. Editoria Brasil, p. A10.

Folha de S.Paulo. 27/7/2003. O desemprego na Rua do Trabalho. Editoria Brasil, p. A10.

CAVERSAN, Luis. Folha de S. Paulo. 27/7/2003. Desemprego compromete relação familiar. Editoria Brasil, p. A11.

Reportagem local . Folha de S.Paulo., 27/7/2003. De uma vez, 15 empresas demitem 2800. Editoria Brasil, p. A13.

GUIBU, Fabio. Folha de S. Paulo. 27/7/2003. Toritama oferece emprego informal. Editoria Brasil, p. A16.

ROLLI, Claudia. Folha de S.Paulo, 28/8/2003. Reforma não cria postos, diz Wagner. Editoria Dinheiro, p. B11

COTTA, Elaine. Folha de S.Paulo. 23/9/2003. Trabalhador sofreu mais com default. Editoria Dinheiro, p. B6.

SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo. 25/9/2003. Mais estudo não garante emprego. Editoria Dinheiro, p. B2

Sucursal do Rio . Folha de S.Paulo. 11/10/2003. Emprego formal cede espaço para vagas precárias. Editoria Brasil, p. A5.

ALBANO, Mauro. Folha de S.Paulo, 14/10/2003. Escravidão terá seguro-desemprego. Editoria Brasil, p. A6.

Folha de S. Paulo, 14/10/2003. Renda e desemprego. Editoria Opinião, p. A2.

CARDOSO, Cíntia. Folha de S. Paulo. 21/10/2003. Fábricas brasileiras fecham mais vagas, mostra estudo. Editoria Dinheiro, p.B3.

ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo. 26/10/2003. Exportações levam empregos ao interior . Editoria Dinheiro, p. B1.

ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo. 26/10/2003. Exportações 'salva' fabrica de calçados. Editoria Dinheiro, p. B4.

Reportagem Local. Folha de S.Paulo. 26/10/2003. IBGE e Fundação Seade buscam recursos para estender pesquisas. Editoria Dinheiro, p.B1

ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo. 26/10/2003. Emprego sobe em 16 regioes do interior de SP. Editoria Dinheiro, p. B4.

GUIBU, Fábio. Folha de S. Paulo. 26/10/2003. Bebidas e efeito sazonal criam vagas no interior de Pernanbuco. Editoria Dinheiro, p. B4.

FREITAS, Silvana de et al. Folha de S.Paulo, 20/11/2003. Ministro liga trabalho infantil a ajuste fiscal. Editoria Cotidiano. P. C1.

SANTOS, Chico. Folha de S. Paulo, 22/11/2003. IBGE estuda fazer pesquisa nacional sobre desemprego. Editoria Dinheiro, p. B10.

FERNANDES, Fatima e ROLLI, Claudia .Folha de S. Paulo, 23/11/2003. Redução do desemprego ainda é dúvida. Editoria Dinheiro, p. B6.

Reportagem especial a Luziânia – Folha de S.Paulo, 26/11/2003. Pescadores receberão seguro-desemprego. Editoria Brasil, p. A.

LIMA, Bruno. Folha de S.Paulo, 30/11/2003. Mercado sente falta do tradicional . Editoria Empregos, p. 4.

FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo. 18/1/2004. Na década, indústria fecha 805 mil vagas. Editoria Dinheiro, p. B7.

FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo. 18/1/2004. Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos. Editoria Dinheiro, p. B1.

SOARES, Pedro. Folha de S.Paulo. 22/1/2004. Emprego industrial fica estável, diz IBGE. Editoria Dinheiro, p. B8.

KORMANN, Alessandra. Folha de S.Paulo. 9/2/2004. Agarre a sua vaga. Editoria Folhateen, p. 6 a9.

BRAGON, Ranier. Folha de S.Paulo. 17/2/2004. Criar emprego é prioridade, diz Lula. Editoria Brasil, p. A7.

ROLLI, Claudia e Fernandes, Fatima. Folha de S.Paulo. 7/3/2004. 31 milhões trabalham mais que 44 horas. Editoria Dinheiro, p. B6.

SOUZA, Leonardo. Folha de S.Paulo . 7/3/2004. Desemprego só cai em 2005, dizem especialistas.

Editoria Dinheiro p. B5.

PRADO, Maeli. Folha de S.Paulo. 26/3/2004. Dados de pesquisas formam quadro ainda desalentador, diz economista. Editoria Dinheiro, p. B5.

Folha de S.Paulo. 28/4/2004 Desemprego em Alta. Editoria Dinheiro, p. A2.

Sucursal do Rio. Folha de S. Paulo, 19/5/2004 Emprego formal tem crescimento recorde. Editoria Dinheiro, p. B3.

SOARES, Pedro. Folha de S. Paulo, 3/7//2004 Emprego cresceu mais no interior, diz Ipea. Editoria Dinheiro, p. B4.

ROLLI, Claudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo, 1/8/2004 Crescem empregos com salários baixos. Editoria Dinheiro, p. B1.

VILA NOVA, Carolina. Folha de S. Paulo. 12/8/2004. Recorde de jovens desempregados pode incitar crime e terror, diz OIT.

Folha de S.Paulo, 12/8/2004. Desemprego juvenil no mundo em 200. Editoria Mundo, p. A12.

Editorias – Folha de S.Paulo, 18/5/2004. Vazio Estatístico. Editoria Opinião p. A2.

SOFIA, Juliana. Folha de S. Paulo, 19/5/2004 Emprego formal tem crescimento recorde. Editoria Dinheiro, p. B6.

Folha de S. Paulo, 21/5/2004 País precisa crescer mais de 4% para reduzir taxa, dizem analistas. Editoria Dinheiro, p. B9.

Reportagem Local. Folha de S. Paulo, 2/6/2004 Emprego acompanhou PIB, diz estudo. Editoria Dinheiro, p. B5.

STRAUSS, Luí,s Renato. Folha de S. Paulo, 17/6/2004 Proporção de jovens que procuram emprego dobra em dez anos, diz OIT. Editoria Brasil, p. A6.

CARDOSO, Cintia. Folha de S.Paulo, 20/8/2004. Fundação Seade revela mapa da geração de empregos em São Paulo, Editoria Cotidiano, p. C5.

- Sucursal de Brasília. Folha de S. Paulo, 25/8/2004. Setor turístico deve gerar 200 mil empregos neste ano, diz ministro. Editoria Dinheiro, p. B14.
- ORNAGHI, Tiago. Folha de S. Paulo, 12/9/2004. Mecanização engorda fileira de sem-terra. Editoria Dinheiro, p. B8.
- PRADO, Maeli. Folha de S. Paulo, 14/10/2004. Desemprego é menor fora de grandes centros. Editoria Dinheiro, p. B1.
- SOARES , Pedro. Folha de S. Paulo, 15/10/2004. Aumenta a imigração de empresas para o interior. Editoria Dinheiro, p. B5.
- FRANCISCO, Luiz. Folha de S. Paulo. 2/1/2005. Fábrica na Bahia diz ter criado 7.000 postos. Editoria Dinheiro, p. B3.
- CARIELLO, Rafael. Folha de S. Paulo. 9/1/2005. Emprego informal cresce mais do que o PIB. Editoria Dinheiro, p. B5.
- DA CRUZ, Ney Hayashi. Folha de S. Paulo, 14/1/2005. Selic Maior deve afetar emprego após 5 meses”. Editoria Dinheiro, p. B5.
- BILLI, Marcelo. Folha de S. Paulo. 6/2/2005. Metrôpole passa campo na criação de vagas. Editoria Dinheiro, p. B1.
- Reportagem Local, Folha de S. Paulo. 5/4/2005, Desemprego se resolve em até dez anos , diz Palocci. Editoria Dinheiro, p. B1.
- LAGE, Janaina. Folha de S. Paulo 5/7/2005. Informal se concentra em metrópoles , diz IPEA. Editoria Dinheiro, p. B5.
- LEITE, Fabiane e COLLUCI, Cláudia. Folha de S. Paulo. 10/7/2005. Trabalho Infantil migra para o “quintal”. Editoria Cotidiano, p. C1.
- SIMIONATO, Maurício. Folha de S. Paulo, 4/8/2005. 60 mil enfrentam fila por emprego. Editoria Dinheiro, p. B4.
- MATTOS , Adriana. Folha de S. Paulo, 12/8/2005. Medo de perder emprego estressa o brasileiro. Editoria Dinheiro, p. B14.
- Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Sob Lula, país teve maior desemprego desde 1992. Editoria Caderno Especial, p. Especial -3.
- SOARES, Pedro e GOIS, Antonio. Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Mulher eleva presença no emprego, mas ainda tem pior remuneração. Editoria Caderno Especial, p. Especial – 2.
- Sucursal do Rio. Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Mercado se fecha para os menos instruídos. Editoria Caderno Especial, p. Especial – 2.

- SOARES, Pedro e GOIS, Antonio. Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Rico empobrece, e desigualdade diminui. Editoria Caderno Especial, p. Especial -1
- SOARES, Pedro. Folha de S. Paulo, 29/11/2005. Pobreza caiu 8% no país em 2004, diz FGV. Editoria Dinheiro, p. B6.
- Folha de S. Paulo, 26/11/2005. Emprego Estagnado. Editoria Opinião, A2.
- MATTOS, Adriana . Folha de S. Paulo, 25/12/2005. Empresas apostam na demanda interna. Editoria Dinheiro, p. B4.
- BARROS, Guilherme at Al . Folha de S. Paulo, 25/12/2005. Melhora no emprego não atinge renda . Editoria Dinheiro – Seção Mercado aberto, p. B2.
- BILLI, Marcelo . Folha de S. Paulo, 4/2/2006 . Crescem vagas para trabalhador acima dos 40. Editoria Dinheiro, p. B1.
- BILLI, Marcelo . Folha de S. Paulo, 15/2/2006. Emprego na indústria de SP começa estável no ano, dizem Fiesp e Ciesp . Editoria Dinheiro, p. B1.
- Folha de S. Paulo, 19/2/2006 . Perder emprego é o maior dos temores. Editoria Emprego, p. 3.
- Sucursal Rio Folha de S. Paulo, 20/2/2006. Jovem demora mais para ter independência. Editoria Cotidiano, p. C3.
- CANZIAN, Fernando. Folha de S. Paulo, 7/4/2006. Construção civil se recupera e contrata 36,6 mil no bimestre. Editoria Dinheiro, p. B11.
- ROLLI, Claudia e FERNANDES, Fátima. Folha de S. Paulo, 30/4/2006 . Sob Lula, emprego cresce, mas renda cai . Editoria Dinheiro, p. B6.
- Folha de S. Paulo, 4/7/2006 . Forma de Emprego. Editoria Opinião, p. A2.
- GOIS, Antonio . Folha de S. Paulo, 21/7/2006. Aumenta a proporção de trabalhadores mais velhos . Editoria Dinheiro, p. B1.
- CANZIAN, Fernando. Folha de S. Paulo, 30/7/2006 . Emprego Precário é o que mais cresce . Editoria Dinheiro, p. B1.
- Folha de S. Paulo, 1/8/2006 . Vagas precárias. Editoria Opinião, p. A2.
- REIS ,Tiago e FIGUEIREDO, Francisco. Folha de S. Paulo, 3/8/2006 . Senador é incluído em “lista suja do trabalho escravo . Editoria Brasil p. A13’
- DANTAS, Iuri . Folha de S. Paulo, 10/8/2006 . Desemprego aumenta 80% em 12 anos . Editoria Dinheiro p. B4.
- BALBI Sandra e LEITE, Janaina. Folha de S. Paulo, 27/8/2006 Safra de dados desfavoráveis a Lula deve persistir. Editoria Dinheiro p. B1.

GOIS, Antonio . Folha de S. Paulo, 11/9/2006 . 53% dos formandos no país trabalham em outras áreas . Editoria Cotidiano p. C

BARROS, Guilherme et al . Folha de S. Paulo, 4/11/2006 . TI deve gerar 630 mil novos postos de trabalho na AL até 2009 . Editoria Dinheiro p. B2

Folha de S. Paulo, 12/11/2006 . Brasil tem dívida com jovens, diz governo. Editoria Dinheiro p. B4

GOIS, Antonio . Folha de S. Paulo, 12/11/2006 . Jovens chegam ao mercado de trabalho sem qualificação Editoria Dinheiro p. B1

SPITZ , Clarice . Folha de S. Paulo, 18/11/2006 . Negros são metade dos desempregados . Editoria Dinheiro p. B14

CANZIAN, Fernando . Folha de S. Paulo, 10/12/2006 . Renda da classe média cai 46% em 6 anos . Editoria Dinheiro p. B1

CANZIAN, Fernando. Folha de S. Paulo, 17/12/2006. Para 55%, situação econômica vai melhorar . Editoria Dinheiro p. B1

Acesso disponível em 7/4/2010

Artigos produzidos para os encontros anuais da ANPEC
http://www.anpec.org.br/encontro_2003.htm

<http://ideas.repec.org/s/anp/en2003.html>

<http://ideas.repec.org/s/anp/en2004.html>

<http://ideas.repec.org/s/anp/en2005.html>

<http://ideas.repec.org/s/anp/en2006.html>

<http://econpapers.repec.org/scripts/search/search.asp?ft=artigos+anpec+2003>

<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/F44.pdf>

Trabalho escravo

CASTILHO, Monyke. Dignidade recuperada. SRTE/MT lança programa de qualificação para egressos o trabalho escravo. Revista Trabalho jan/fev/ março 2010 p. 16-18 –
http://www.mte.gov.br/trab_escravo/erradicacao_trab_escravo.asp - acesso disponível em 18/4/2010

Jovem no mercado de Trabalho

http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/apresentacao.asp Acesso em 17/8/2010

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1991.

ANTUNES, Ricardo. O que é o Sindicalismo. (Coleção Primeiros Passos) 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense.

AQUINO, Sônia Aparecida Manegaz Tomaz de. *Flexibilização, Desemprego e Direito ao Trabalho* (Mestrado em Direito do Trabalho). Universidade de São Paulo, 1999.

BEZERRA, Gustavo. Antônio das Neves. *Normas Trabalhistas e modelo de desenvolvimento no Brasil Contemporâneo: um capitalismo sem medo*. (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

BILANCIERI, Marcos Vinício. *Políticas Públicas para Geração de Emprego e Renda: um estudo e avaliação do Proger Urbano*. Itu SP: Ottoni, 2006.

BOGUS, Lúcia & PAULINO, Ana Yara. *Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais* - São Paulo: Educ, 1997.

CAMARGO, F. Sartori. Análise estrutural do emprego formal e informal na economia brasileira. Mestrado em Ciências – Economia Aplicada – Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2006.

CAMPOS, A. L. A. O trabalho no capitalismo informacional *Destarte*, Faculdade Estácio de Sá - Vitória, v. 2, 2003, pp. 233-245.

CARRION, Valentin. *Comentário à consolidação das leis do trabalho*. 28. ed atual. por Eduardo Carrion. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: busca prática para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2002.

DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília, DF: UnB, 2000.

DUPAS, Gilberto. *A economia global e exclusão social, pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, volume 10. Sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FRANCALANZA, Paulo Sérgio. *Redução do Tempo de Trabalho: uma solução para o problema do desemprego?* Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FLORI, Priscila Matias. *Desemprego de Jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado juvenil brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo. 2003.

GALVÃO, Andrea. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, FAPESP, 2007.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. Um estudo sobre jovens estudantes – trabalhadores: da inserção ocupacional aos sentidos do trabalho. *Cadernos CERU*, série 2, nº 15, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

HALL, Stuart. *Identidades Culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HINZ, Henrique Macedo. *Direito Coletivo do Trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre História Operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

JIMENEZ, Luciene. *Efeitos do Desemprego Prolongado na Divisão Sexual do Trabalho*: estudo de uma população masculina do ABC – São Paulo (Mestrado Serviço de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo), 2002.

KON, Anita, Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro, p.3 artigo Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/anp/en2004/156.html> acesso em 10/04/2010.

KREIN, J. D. A reforma trabalhista de FHC: análise da efetividade. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho*. 15. Região, v. 24, 2004, pp.270-299.

LEITE, Celso Barroso. *O século do desemprego*. São Paulo: LTR , 1994.

LIMA, Vanderlei Schneider. *Estudo sobre Flexibilização e a Desregulamentação do Direito do Trabalho no Governo FHC*.. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar /Ciências Sociais). Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, 2002.

MACLROY John. O inverno do Sindicalismo in: *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARIANO, Jefferson. *Reestruturação produtiva e emprego na economia paulista*: o setor comercial. Dissertação (Mestrado em Economia Política). (universidade), 2000.

PANKE, Luciana. *As mudanças de argumentos nos discursos de Lula, sob o prisma da temática emprego*. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de São Paulo, 2005.

PASTORE, José. *O Desemprego Tem Cura?* São Paulo, SP: Makron Books, 1998.

----- . *A Agonia do emprego*. São Paulo: LTR, 1997.

----- . *A Evolução do Trabalho Humano*. São Paulo: LTR, 2001.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos & CESPEDES, CLT_ Consolidação das Leis do Trabalho/ obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

POCHMANN, Márcio. Políticas de emprego e renda no Brasil: algumas considerações. In: BOGUS, Lúcia & PAULINO, Ana Yara *Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais.*- São Paulo: Educ, 1997.

----- . *O Emprego na globalização, a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.* São Paulo: Boitempo, 2001.

POLO, Azizeh Otilia Emleh. *Poder e cultura organizacional no Brasil: o indivíduo nas organizações.* (Dissertação mestrado) São Paulo: Universidade São Marcos, 2008.

RAFAEL, Márcia Cristina. *Direito do Trabalho_alterações legislativas e perspectivas.* Curitiba: Juruá, 2005.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do Trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil in ANTUNES , Ricardo, *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos, Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil.* 2ª edição São Paulo: Boitempo, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.* Tradução Ruth Gabriela Bahr; revisão técnica Luiz Carlos Merege. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil.* Rio de Janeiro; Gráfica Editora Laemmert S.A, 1969.

SADER, Emir. Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal, in SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que Democracia?* 2ª ed. São Paulo: Vozes , 1999.

SERENO, Tatiana. *Trajetórias Profissionais, trajetórias de vida*. O significado que o trabalho tem para cada um de nós. São Paulo (Mestrado em Administração de Empresas), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6. ed.. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Pedro. *Folha de S.Paulo*, 25/9/2003 – Mais estudo não garante emprego – Dinheiro, p. B2.

SOUSA, Paulo Renato. *O que são empregos e salários*. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense; 1986 (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, José Mauro. *O impacto das modificações econômicas dos anos 90 na estrutura de emprego*. São Paulo (Mestrado em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)* apresentação de Francisco de Assis Barbosa, tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 12ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TEIXEIRA, Francisco J.S. (org) & OLIVEIRA, Manfredo Araujo de (org) et al . *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho* . 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998

Vários colaboradores. *Manual da redação : Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)